

Joseane de Souza

A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região

Metropolitana de Belo Horizonte:

O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves

Belo Horizonte, MG
UFMG/CEDEPLAR
2008

Joseane de Souza

A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região

Metropolitana de Belo Horizonte:

O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Reynaldo Alves de Brito

Co-orientador: Prof. Dr. José Alberto Magno de Carvalho

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2008

Aos meus pais (ausentes) e
aos meus amores Leonardo,
Maria Luiza e Julia.

AGRADECIMENTOS

A meus familiares, pelo apoio contínuo e incondicional. Esses foram anos difíceis, de muitas perdas e muito sofrimento para todos nós... Em muitos momentos achei que não fosse conseguir... Mas foram muitas as palavras de conforto e de ânimo, mesmo daqueles que visivelmente estavam mais abalados que eu. A todos o meu muito Obrigada! Agradeço especialmente a Matilde, Regina, Sílvia, Dimas, Dilma, Giovani e Mônica pelos conselhos e estímulos. À Matilde agradeço também pelas orientações e leitura. À Dona Elma por ter me recebido como filha.

A Leonardo, por ter suportado pacientemente minhas ansiedades e angústias e por me mostrar, a cada dia, que a vida é muito melhor se compartilhada. Sua presença constante, seu amor, carinho, amizade e maturidade me ajudaram a superar vários de meus problemas e muitas de minhas limitações. Sem você jamais teria conseguido! Te amo!

À Maria Luiza e Julia tanto amor. Peço desculpas por as terem privado muitas vezes de minha companhia e também de muitos programas legais. Agradeço à Emília pelo esforço que vem demonstrando em, de fato, fazer parte dessa família gostosa... Beijinhos a todas vocês!

Às amigas de longa data Ana Paula e Adriana e aos novos amigos Sonaly, Danielle, Renata e Helder pelas contribuições e disponibilidade, além do apoio e incentivo. A todos os outros amigos, pelo companheirismo.

Aos meus colegas de trabalho dentre os quais os professores Pádua, Mauro, Chico Horácio e Daniella pelo companheirismo, estímulo, ajuda, pelos famosos “galhos quebrados” e também pelas “conversas fiadas” que em muitos momentos me ajudaram a superar a exaustão. Em especial ao professor Dilly Medeiros, por ter apostado no meu trabalho e ao professor Alexandre Horta, que apesar do pequeno tempo de convivência vem me apoiando nesse caminho.

A todos os funcionários do CEDEPLAR, como sempre disponíveis e atenciosos.

Aos professores do CEDEPLAR que confiaram na minha capacidade e me admitiram no programa de doutoramento. Em especial aos professores Roberto Nascimento e Carla Jorge, pelos conselhos, apoio e ombro amigo e às professoras Paula, Moema e Simone, por terem me concedido a oportunidade de lecionar em tão prestigiada instituição.

Aos membros da banca de qualificação, os professores André Caetano, Alisson Barbieri, Fausto Brito, José Alberto e Weber Soares pelas contribuições enriquecedoras, as quais espero ter atendido de forma satisfatória.

Ao meu co-orientador, professor José Alberto, pelo apoio e estímulo e por me manter firme nos caminhos da demografia. Em alguns momentos exerceu mais um papel de

pai do que de orientador... Seus ensinamentos, sua postura e sua simplicidade me servirão sempre de exemplo.

Finalmente, ao meu orientador e amigo, professor Fausto Brito, pelas conversas intermináveis, às vezes tranqüilas, outras vezes duras... Todas de fundamental importância para a elaboração e conclusão desse trabalho. É sempre um prazer compartilhar de sua sabedoria e competência! Seu estímulo, confiança e amizade foram imprescindíveis.

RESUMO

Esse trabalho analisa a expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH, com ênfase naquela em direção a Ribeirão das Neves, no Vetor Norte Central.

A expansão urbana de BH e da RMBH estão cada vez mais relacionadas às migrações internas, principalmente aquelas de caráter intrametropolitano e também ao aperfeiçoamento do sistema viário, por permitir a intensificação da pendularidade.

A expansão de BH vem, desde a sua inauguração, ocorrendo prioritariamente em direção às regiões Oeste e Norte do município, determinando a expansão da RMBH nessas mesmas direções.

No Vetor Norte Central o município de Ribeirão das Neves vem se firmando como o lugar de residência dos mais pobres e como “Cidade Dormitório”. Um dos municípios mais pobres de toda a RMBH que vem se transformando na principal frente de expansão metropolitana.

ABSTRACT

This work analyses the urban expansion of BH and of the RMBH with emphasis on that expansion towards Ribeirão das Neves, in the North-Centre Vector.

The urban expansion of BH and RMBH is more and more related to internal migration, mainly, those of intrametropolitan character and also to the improvement of the road system, for allowing the intensification of the pendular movement.

The expansion of BH, since its inauguration, has been taking place, with priority, towards the West and North regions of the urban community, determining the RMBH expansion in the same directions.

For the North-Centre Vector, the city of Ribeirão das Neves has been establishing as the residential place for the poor people, and also as “dormitory city”. It is one of the poorest cities of all the RMBH, which has been changing into the main front of metropolitan expansion.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 - OBJETIVO	17
1.2 – JUSTIFICATIVA	19
1.3 – ESTRUTURA DO TRABALHO.....	22
2. FONTES DE DADOS E METODOLOGIA DA PESQUISA	24
3. A EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE ENTRE 1897 E 1970.....	37
3.1 - A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DE OURO PRETO PARA BH E AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE ATÉ O FINAL DOS ANOS 30.....	37
3.2 – O PERÍODO 1940: A CRIAÇÃO CIDADE INDUSTRIAL JUVENTINO DIAS	52
3.3 – AS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE NOS ANOS 50 E 70: A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO E O INÍCIO DA PERIFERIZAÇÃO.....	57
3.4 – O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DA RMBH, A PARTIR DOS ANOS 70: A INTENSIFICAÇÃO DA PERIFERIZAÇÃO E O ABANDONO DA PRÁTICA DE PLANEJAMENTO.	69
4. O PAPEL DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DA RMBH	77
4.1 – AS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS.....	77
4.2 – AS MIGRAÇÕES INTRA-ESTADUAIS	83
4.3 - OS MIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRA-ESTADUAIS NA RMBH.....	88
5. A MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DA RMBH.....	102
5.1 – A DIVERSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÔMICA DA RMBH	104
5.2 - AS MIGRAÇÕES INTRAMETROPOLITANAS NA RMBH.....	111
5.3 - AS CARACTERÍSTICAS DA EMIGRAÇÃO DE BH PARA CADA VETOR DE EXPANSÃO DA RMBH.....	121
6. A EXPANSÃO URBANA DA RMBH EM DIREÇÃO AO VETOR NORTE CENTRAL – O CASO ESPECÍFICO DE RIBEIRÃO DAS NEVES.....	137
6.1 - O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES.....	142
6.2 – AS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE RIBEIRÃO DAS NEVES	151
6.3 - QUEM SÃO OS IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS DE RIBEIRÃO DAS NEVES.....	158
7. A MOBILIDADE ESPACIAL DIÁRIA NA RMBH: O CASO DE RIBEIRÃO DAS NEVES... 175	
7.1 - A MOBILIDADE RESIDENCIAL DENTRO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E DA CAPITAL PARA A RMBH.....	176
7.1.2 – AS CARACTERÍSTICAS DA MOBILIDADE RESIDENCIAL DE BH PARA RIBEIRÃO DAS NEVES	188
7.2 - A MOBILIDADE PENDULAR NA RMBH.....	190
7.3 - O MOVIMENTO PENDULAR DE RIBEIRÃO DAS NEVES PARA BELO HORIZONTE	196
8. CONCLUSÃO	210
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222
10. ANEXOS	228
ANEXO1: AMOSTRA DA PESQUISA ORIGEM-DESTINO (2002), SEGUNDO O MUNICÍPIO DA RMBH. 229	

ANEXO2 : MICROREGIÕES MINEIRAS – POPULAÇÃO E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (1991-2000).....	230
ANEXO3A: MICRORREGIÕES MINEIRAS – INDICADORES DA MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL (1986- 1991).....	231
ANEXO3B: MICRORREGIÕES MINEIRAS – INDICADORES DA MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL (1995- 2000).....	232
ANEXO4 : RIBEIRÃO DAS NEVES – LOCAL DE TRABALHO DOS PENDULARES EM BELO HORIZONTE (1992 E 2002).....	233

Lista de Tabelas

TABELA Nº 1: BELO HORIZONTE - POPULAÇÃO E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (1897 – 1920).....	42
TABELA Nº 2: BELO HORIZONTE, RRBH* E RMBH - POPULAÇÃO E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (1940-2000).....	61
TABELA Nº3: MINAS GERAIS - IMIGRANTES, EMIGRANTES E SALDO MIGRATÓRIO INTERESTADUAL (1960 – 1991).....	79
TABELA Nº 4: MINAS GERAIS - IMIGRANTES INTERESTADUAIS, SEGUNDO A MESOREGIÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	82
TABELA Nº5: MINAS GERAIS - POPULAÇÃO, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO, SEGUNDO MESOREGIÕES (1991-2000).....	84
TABELA Nº 6: RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS (1986-1991 E 1995-2000) 88	
TABELA Nº7: RMBH - ORIGEM DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS (1986-1991 E 1995-2000).....	89
TABELA Nº8: RMBH - ORIGEM DOS IMIGRANTES INTRAESTADUAIS (1986-1991 E 1995-2000).....	90
TABELA Nº9: RMBH - IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	91
TABELA Nº10: RMBH – IDADE MÉDIA E MEDIANA DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS (1986-1991 E 1995-2000).....	93
TABELA Nº11: RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (1986-1991 E 1995-2000)	96
TABELA Nº12: RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE RENDA (1986-1991 E 1995-2000).....	98
TABELA Nº13: RMBH – POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO - (1970-2000).....	105
TABELA Nº14: RMBH - PRODUTO INTERNO BRUTO, DEFLACIONADO PELO DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB NACIONAL (2000).....	109
TABELA Nº15: BH, RRBH E RMBH – POPULAÇÃO (1940 – 2000).....	112
TABELA Nº16: BH E VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA: POPULAÇÃO, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO (1991 – 2000)	115
TABELA Nº17A: BH E VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA – MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA SEGUNDO A ORIGEM E O DESTINO (1986-1991).....	117
TABELA Nº17B: BH E VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA – MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA SEGUNDO A ORIGEM E O DESTINO (1995-2000).....	117
TABELA Nº18: BH E VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA – INDICADORES DA MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA (1986-1991 E 1995-2000)	118

TABELA Nº19: VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA - COMPOSIÇÃO POR SEXO DOS FLUXOS EMIGRATÓRIOS DE BELO HORIZONTE PARA CADA VETOR DE EXPANSÃO METROPOLITANA (1986-1991 E 1995-2000).....	122
TABELA 20: GRAU DE ALFABETIZAÇÃO DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	125
TABELA Nº21: TEMPO MÉDIO DE ESTUDO DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO (1986-1991 E 1995-2000)....	126
TABELA Nº22: EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE EM DIREÇÃO À RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O GRUPO OCUPACIONAL E O VETOR DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE DESTINO (1986-1991).....	130
TABELA Nº23: EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE EM DIREÇÃO À RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O GRUPO OCUPACIONAL E O VETOR DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE DESTINO (1995-2000).....	131
TABELA Nº24: RENDIMENTO MÉDIO DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000)	132
TABELA Nº25: DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE RENDA E O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	132
TABELA Nº26: RMBH E VETOR NORTE CENTRAL – POPULAÇÃO (1940 – 2000).....	137
TABELA Nº 27: MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO DO VETOR (1940 – 2000)	139
TABELA Nº28: RMBH E VETOR NORTE CENTRAL – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS (1986-1991 E 1995-2000).....	141
TABELA Nº29: MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL – IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS (1986-1991 E 1995-2000).....	142
TABELA Nº30: RIBEIRÃO DAS NEVES – PARCELAMENTO DA TERRA (1949 – 2005).....	145
TABELA Nº31: RIBEIRÃO DAS NEVES – POPULAÇÃO E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO O DISTRITO (1950 – 2000).....	151
TABELA Nº32: RIBEIRÃO DAS NEVES – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DISTRITOS NO INCREMENTO ABSOLUTO (1950 – 2000).....	153
TABELA Nº33: RMBH E RIBEIRÃO DAS NEVES – EVOLUÇÃO DO PIB (1970 – 2003).....	154
TABELA Nº34: RIBEIRÃO DAS NEVES – IMIGRANTES, SEGUNDO O TIPO DE MOVIMENTO MIGRATÓRIO (1986-1991 E 1995-2000).....	156
TABELA Nº 35: RIBEIRÃO DAS NEVES - POPULAÇÃO, SEGUNDO O STATUS MIGRATÓRIO (1991 E 2000).....	157
TABELA Nº 36: RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES, SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA (1991 E 2000).....	158
TABELA Nº37: RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE ORIGEM (1986-1991 E 1995-2000).....	159

TABELA Nº38:RIBEIRÃO DAS NEVES - GRAU DE ALFABETIZAÇÃO DOS IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O SEXO (1986-1991 E 1995-2000).....	162
TABELA Nº39:RIBEIRÃO DAS NEVES - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BELO HORIZONTE, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O SEXO (1986-1991 E 1995-2000).....	163
TABELA Nº40:RIBEIRÃO DAS NEVES - TAXA DE ATIVIDADE DOS IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO (1986-1991 E 1995-2000).....	165
TABELA Nº41:RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	166
TABELA Nº42:RIBEIRÃO DAS NEVES – IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E A FAIXA DE RENDIMENTO (1986-1991 E 1995-2000).....	172
TABELA Nº43:BH – POPULAÇÃO, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO, SEGUNDO AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS (1970 – 2000).....	177
TABELA Nº44:BELO HORIZONTE – INDICADORES DA MOBILIDADE INTRAMUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E TOTAL, SEGUNDO AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS(1997-2002).....	180
TABELA Nº45:BELO HORIZONTE - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES DE ORIGEM E DESTINO (1997-2002).....	181
TABELA Nº46:BH E VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA - MOBILIDADE DE RESIDÊNCIA (1997-2002)	183
TABELA Nº47:BELO HORIZONTE – “TLM” INTRAMUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E TOTAL, SEGUNDO A REGIÃO ADMINISTRATIVA (1997-2002).....	185
TABELA Nº48:RMBH - MOBILIDADE PENDULAR POR MOTIVO EMPREGO (1992 E 2002)	193
TABELA Nº49:RIBEIRÃO DAS NEVES – MOBILIDADE PENDULAR, POR MOTIVO EMPREGO, SEGUNDO O LUGAR DE DESTINO (1992 E 2002).....	197
TABELA Nº50:RIBEIRÃO DAS NEVES – PENDULARES, COM DESTINO A BH, POR MOTIVO EMPREGO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (1997-2002)	202
TABELA Nº51:RIBEIRÃO DAS NEVES – PENDULARES, COM DESTINO A BH, POR MOTIVO EMPREGO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE RENDA DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL (1997-2002)	203
TABELA Nº52:RIBEIRÃO DAS NEVES – PENDULARES, COM DESTINO A BH, POR MOTIVO EMPREGO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O SETOR DE ATIVIDADE (1997-2002).....	205
TABELA Nº53:RIBEIRÃO DAS NEVES – PENDULARES, COM DESTINO A BH, POR MOTIVO EMPREGO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O GRUPO OCUPACIONAL (1997-2002).....	206
TABELA Nº54:RIBEIRÃO DAS NEVES – PENDULARES, COM DESTINO A BH, POR MOTIVO EMPREGO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E A CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1997-2002)	208

Lista de Gráficos

GRÁFICO Nº 1: RMBH - POPULAÇÃO, SEGUNDO O LUGAR DE RESIDÊNCIA (1940-2000).....	62
GRÁFICO Nº2: RMBH – ESTRUTURA ETÁRIA DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS (1986-1991 E 1995-2000).....	92
GRÁFICO Nº3: RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (1986-1991 E 1995-2000)	95
GRÁFICO Nº4: RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (1986-1991 E 1995-2000).....	96
GRÁFICO Nº5: RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO A FAIXA DE RENDIMENTO (1986-1991 E 1995-2000)	99
GRÁFICO Nº6: RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE RENDIMENTO (1986-1991 E 1995-2000).....	100
GRÁFICO Nº7: BH, RMBH E RMBH – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (1940-2000)	113
GRÁFICO Nº 8: BH, RMBH E RMBH – PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO (1940-2000).....	114
GRÁFICO Nº9: ESTRUTURAS ETÁRIAS DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	123
GRÁFICO Nº10: DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	127
GRÁFICO Nº11: EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE EM DIREÇÃO À RMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE (1986-1991 E 1995-2000)	129
GRÁFICO Nº12: DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE PARA A RMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO A FAIXA DE RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	134
GRÁFICO Nº13: EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE PARA A RMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE TRABALHO E O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 E 1995-2000).....	135
GRÁFICO Nº14: RMBH E VETOR NORTE CENTRAL - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (1940-2000).....	138
GRÁFICO Nº15: MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO (%) (1940 A 2000)	140
GRÁFICO Nº16: RIBEIRÃO DAS NEVES – ESTRUTURA ETÁRIA DOS IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH (1986-1991 E 1995-2000).....	160
GRÁFICO Nº17: RIBEIRÃO DAS NEVES – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BELO HORIZONTE, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS (1986-1991 E 1995-2000)	163
GRÁFICO Nº18: RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO OS GRUPOS OCUPACIONAIS (1986-1991)	167

GRÁFICO Nº19: RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O GRUPO OCUPACIONAL (1986-1991)	168
GRÁFICO Nº20: RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO OS GRUPOS OCUPACIONAIS (1995-2000)	169
GRÁFICO Nº21: RIBEIRÃO DAS NEVES – IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O GRUPO OCUPACIONAL (1995-2000)	170
GRÁFICO Nº22: RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE RENDIMENTO (1986-1991 E 1995-2000).....	171
GRÁFICO Nº23: RIBEIRÃO DAS NEVES – ESTRUTURA ETÁRIA DOS IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS, PROVENIENTES DE BH (1997-2002).....	189
GRÁFICO Nº24: RIBEIRÃO DAS NEVES – ESTRUTURA ETÁRIA DOS PENDULARES, POR MOTIVO EMPREGO, COM DESTINO A BELO HORIZONTE (1997-2002)	198
GRÁFICO Nº25: RIBEIRÃO DAS NEVES – PENDULARES, COM DESTINO A BH, POR MOTIVO EMPREGO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE RENDA DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL (1997-2002).....	203
GRÁFICO Nº26: RIBEIRÃO DAS NEVES – PENDULARES, COM DESTINO A BH, POR MOTIVO EMPREGO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O GRUPO OCUPACIONAL (1997-2002)	208

Lista de Mapas

MAPA Nº1: RMBH – DIVISÃO ESPACIAL, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA.....	28
MAPA Nº2: BH – DIVISÃO ESPACIAL, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO	35
MAPA Nº3A: EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO URBANA DE DESTINO (1986-1991).....	119
MAPA Nº3B: EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO URBANA DE DESTINO (1995-2000).....	120
MAPA Nº4 BELO HORIZONTE – “TLM” TOTAL, SEGUNDO A REGIÃO ADMINISTRATIVA (1997-2002).....	186
MAPA Nº5A: BELO HORIZONTE E VETORES DE EXPANSÃO URBANA METROPOLITANA – SALDOS PENDULARES (1992).....	195
MAPA Nº5B: BELO HORIZONTE E VETORES DE EXPANSÃO URBANA METROPOLITANA – SALDOS PENDULARES (2002).....	195
MAPA Nº6A RIBEIRÃO DAS NEVES – LOCAL DE TRABALHO DOS PENDULARES EM BELO HORIZONTE (1992)	200
MAPA Nº6B RIBEIRÃO DAS NEVES – LOCAL DE TRABALHO DOS PENDULARES EM BELO HORIZONTE (2002)	200

1. INTRODUÇÃO

A preocupação do poder público brasileiro com o crescimento urbano desordenado tem como marco os anos 60. Em meados daquela década, o governo federal, através da promulgação das Leis 4591/64, 4380/64 e 4864/65, regulamentou a constituição de condomínios em edificações nas áreas urbanas, criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) e adotou medidas de estímulo à indústria da construção civil, respectivamente. Com essas iniciativas, o governo procurou solucionar o problema do desordenado processo de ocupação e expansão das grandes áreas urbanas brasileiras e, mais precisamente, do déficit habitacional existente nas mesmas naquele período.

Essas medidas se apresentaram pouco eficazes para equacionar o problema do déficit habitacional e controlar o acelerado crescimento das áreas urbanas brasileiras e, ao invés de regredir, a desordem urbana progrediu, levando o governo federal a admitir que o problema seria solucionado - ou pelo menos minimizado - apenas se considerado no contexto metropolitano.

Através da promulgação da Lei Complementar Nº14 de 1973, o governo federal criou as nove principais Regiões Metropolitanas brasileiras, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Belém. Essa iniciativa demonstrou o reconhecimento da necessidade de planejar de forma mais eficiente o espaço urbano, que já se apresentava em processo de conurbação.

A partir daquele período, as Regiões Metropolitanas passaram a possuir um planejamento integrado, elaborado por um Conselho Deliberativo nomeado pelo governo estadual. Esse Conselho era auxiliado pelo Conselho Consultivo, formado por representantes de cada um dos municípios pertencentes à Região Metropolitana. O

objetivo era procurar uma solução única para os problemas que afetavam todos os municípios, em conjunto.

O crescimento populacional das Regiões Metropolitanas foi impulsionado pelas migrações internas, sejam elas de caráter interestadual ou intra-estadual. E, como as migrações internas no Brasil se tornaram expressivas a partir dos anos 50, em resposta ao Plano de Metas do governo JK, apenas a partir daquele período o incremento populacional das Regiões Metropolitanas passou a constituir um problema para o governo brasileiro.

Estimativas apresentadas por MARTINE (1990) indicam que, entre o início dos anos 50 e o final dos anos 80, em torno de 35,4 milhões de pessoas tenham deixado as áreas rurais em direção às áreas urbanas do país. Com tamanha magnitude, nos anos 70 o Brasil já era considerado um país eminentemente urbano, com mais de 55% de sua população residindo em áreas consideradas urbanas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IBGE (TASCHNER e BÓGUS, 1996).

Simultaneamente ao processo de urbanização, a população brasileira tendeu a se concentrar nos grandes centros urbanos, nas regiões metropolitanas e nas cidades de médio porte. Paralelamente ao fenômeno da urbanização ocorria a metropolização, ou seja, a concentração da população nas áreas metropolitanas brasileiras. Nos anos 60, 70 e 80 o ritmo do crescimento populacional das regiões metropolitanas ultrapassou a média nacional (TASCHNER e BÓGUS, 1996).

Seguindo o processo de metropolização, verificou-se, a partir dos anos 60, a periferização da população nas regiões metropolitanas brasileiras. Esse processo tem como característica o crescimento mais acelerado dos municípios periféricos, em relação ao ritmo de crescimento do núcleo das regiões metropolitanas (TASCHNER e

BÓGUS, 1996). Esse fenômeno percebido ainda hoje, embora os ritmos de crescimento dos municípios das RM's apresentem-se em declínio.

Como dito anteriormente, a dinâmica demográfica das regiões metropolitanas é fortemente alimentada pelas migrações internas, principalmente em um contexto de declínio dos níveis de mortalidade e fecundidade observados em praticamente todas as classes sociais e em todos os estados da federação (MOREIRA, 1998).

Além desse fator, o interesse pela dinâmica demográfica das Regiões Metropolitanas também se relaciona: ao arrefecimento das migrações rurais-urbanas, uma vez que atualmente menos de 15% da população brasileira reside nas áreas rurais do país; à concentração cada vez maior da população nas regiões metropolitanas brasileiras, fazendo com que a compreensão da dinâmica demográfica dessas regiões seja de fundamental importância para a compreensão da dinâmica demográfica brasileira de modo geral; e ao recrudescimento das migrações urbanas-urbanas e urbanas-rurais de caráter intrametropolitano.

1.1 - Objetivo

Nesse estudo será analisado o caso específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O objetivo principal é melhor compreender o processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH, em geral, e, em particular, em direção ao Vetor Norte Central. Esse Vetor, além de ser um dos mais pobres se destacou, na última década, como o principal Vetor de expansão da RMBH, posição historicamente ocupada pelo Vetor Oeste, do qual fazem parte os municípios de Contagem, Betim e Ibirité.

O Vetor Norte Central é formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa. O município de Ribeirão das Neves se destaca entre aqueles de maior ritmo de crescimento populacional de toda a RMBH.

Por esse motivo, atenção especial será dada a Neves nos tratamentos empíricos e analíticos desse trabalho.

Nesse sentido, buscar-se-á:

1. Verificar qual o papel das migrações interestaduais e intraestaduais no processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH e que tipo de migrante tem sido atraído pela RMBH.
2. Verificar qual o papel das migrações intrametropolitanas no processo de expansão urbana da RMBH e identificar quais fatores determinam esses movimentos.
3. Verificar qual o papel exercido pelo município de Ribeirão das Neves no processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH, analisando, portanto, as especificidades da mobilidade populacional (principalmente aquelas de caráter intrametropolitano) em direção àquele município, no sentido de identificar que tipo de migrante tem sido atraído por ele.
4. Verificar qual o papel dos movimentos pendulares no contexto da expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH em geral e, especificamente em direção a Ribeirão das Neves.
5. E, finalmente, além de quantificar o fluxo pendular, identificar o perfil sócio-econômico do indivíduo que sai diariamente de Ribeirão das Neves para trabalhar em Belo Horizonte.

1.2 – Justificativa

Vários estudos sobre as migrações internas no Brasil mostram que, dentre as áreas urbanas, as Regiões Metropolitanas se destacam pelo enorme poder de atração que exercem sobre os migrantes, devido à gama de oportunidades que oferecem tais como: possibilidades de emprego, serviços de saúde, educação e lazer.

Em Minas Gerais, o ritmo de crescimento da RMBH vem, pelo menos desde os anos 40, superando o ritmo de crescimento da população estadual e, em consequência disso, o que se observa é uma concentração cada vez maior da população mineira no espaço metropolitano. Atualmente cerca de 25% da população do estado residem na RMBH e como sua experiência **não** constitui uma exceção à regra, ao processo de metropolização seguiu-se, a partir dos anos 70, a periferização, alimentada principalmente pelas migrações intrametropolitanas.

Se por um lado as migrações intrametropolitanas não alteram o ritmo de crescimento da RMBH em seu conjunto, por outro lado influenciam de forma significativa o ritmo de crescimento dos municípios individualmente e, portanto, alteram a distribuição da população no espaço metropolitano, fato esse que deve implicar em uma reorientação das políticas públicas no espaço regional.

Dada a magnitude da migração intrametropolitana, principalmente a emigração com origem em Belo Horizonte, bem como o seu crescimento ao longo do tempo, esse movimento passa a constituir importante objeto de estudo tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista sócio-econômico. Também contribuem para essa importância relativa a associação entre as ações do mercado imobiliário privado e as características do mercado de trabalho dos municípios de origem e destino.

As migrações intrametropolitanas originárias em Belo Horizonte têm se apresentado bastante heterogêneas em sua formação, refletindo as diferenças sociais e

econômicas da população que reside na RMBH. Essa mobilidade reflete, também, o processo de seletividade existente em Belo Horizonte (principal origem) e nos vários municípios da RMBH (destinos), uma vez que indivíduos que ocupam uma mesma posição social (ou posições sociais muito próximas) tendem a fazer escolhas semelhantes em relação ao local de residência, sendo essas escolhas influenciadas principalmente pela restrição orçamentária (FARIA, 2000). Sendo assim, é possível, através de um estudo detalhado das migrações intrametropolitanas, compreender o papel desempenhado por cada município no processo de expansão urbana metropolitana.

A respeito da “seletividade migratória”, é imprescindível informar que esse termo refere-se às diferenças entre os indivíduos quanto à capacidade de se adaptarem em determinadas sociedades. Alguns indivíduos se adaptam mais facilmente a uma nova sociedade que outros, sendo esse processo de adaptação e “sobrevivência” fortemente influenciado pelos atributos pessoais, como os níveis de escolaridade e de rendimento. MARTINE (1980), afirma que a seleção é negativa para o destino e positiva para a origem se, na origem, sobreviverem os “mais fortes” (termo que usa para se referir aos indivíduos com os melhores atributos sócio-econômicos) e forem expulsos (ou eliminados) os “mais fracos” (aqueles com os piores atributos sócio-econômicos).

No entanto, BARBIERI (2007) identifica, além dos fatores acima mencionados, outros determinantes do processo de seletividade populacional. Segundo o referido autor, a seletividade se relaciona, também, “à *dinâmica dos ciclos de vida pessoal e domiciliar*” (BARBIERI, 2007: 226), às motivações e aspirações pessoais, assim como a fatores relacionados à infra-estrutura de transportes e comunicação, às características sócio-econômicas da comunidade local, a capacidade de percepção e reação dos indivíduos as oportunidade econômicas, dentre outros.

Nesse trabalho a seletividade populacional será analisada levando-se em consideração os atributos sócio-econômicos dos indivíduos e as características dos mercados imobiliários das sociedades de origem e de destino, apenas.

Interessa, particularmente, a expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH em direção a Ribeirão das Neves, município que se localiza ao Norte da Capital e que está entre os mais pobres de toda a RMBH. Apesar disso, desde os anos 70 que esse município vem apresentando elevadas taxas de crescimento populacional, superando inclusive a média regional, destacando-se como um dos mais populosos da região metropolitana.

Para vários autores, dentre eles ARANHA (2005), ANTICO (2000), BRITO e SOUZA (1998), BRITO e SOUZA (2005), CAIADO (2005), MOURA, CASTELLO BRANCO e FIRKOWSKI (2005), SOUZA (2005), SOARES (2006), dentre outros, existe uma estreita relação entre a mobilidade residencial intrametropolitana e a mobilidade pendular, uma vez que se tem observado que a ocorrência e a intensificação da primeira têm levado ao recrudescimento da segunda.

Deve-se ainda considerar que, além de aumentarem, os movimentos pendulares têm envolvido distâncias cada vez maiores, refletindo o acelerado processo de expansão das regiões metropolitanas, em geral. Em decorrência da possibilidade de realização da pendularidade, nessas regiões tem aumentado o número de “*ciudades dormitórios*”. De fato, o aumento da pendularidade tem sido observado na RMBH, pois muitos daqueles que se mudam de Belo Horizonte para residirem em outro município da região metropolitana continuam dependendo da Capital mineira para a realização do trabalho, estudo, consumo e lazer.

Além dessas questões, a inclusão da análise dos movimentos pendulares, nesse trabalho, se justifica pela relação existente entre a sua intensidade e direção e o acesso

diferenciado da população ao solo urbano. Sendo assim, sua inclusão é imprescindível para elucidar o papel de Ribeirão das Neves no processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH.

1.3 – Estrutura do trabalho

Esse trabalho está estruturado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo traz esclarecimentos sobre a metodologia de pesquisa adotada, bem como informações sobre as fontes de dados utilizadas: os Censos Demográficos de 1991 e 2000 e as Pesquisas Origem-Destino de 1992 e 2002.

O segundo capítulo dedica-se à análise da expansão urbana de Belo Horizonte e da região metropolitana desde 1897 - o momento da inauguração da nova capital mineira - até os anos 70, período em que foi instituída, pelo governo Federal, a RMBH. Essa revisão de literatura se faz necessária uma vez que se acredita que muitas características presentes ainda hoje no processo de expansão urbana de BH e da RMBH decorrem de medidas de políticas públicas implementadas em décadas anteriores, além de se relacionarem às falhas no planejamento urbano e à implementação de medidas governamentais, por parte do poder público.

O terceiro capítulo considera o processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH nas décadas de 80 e 90, tomando-se como referência os Censos Demográficos de 1991 e 2000. Nele serão avaliadas as migrações interestaduais e intraestaduais em direção a RMBH, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000, tendo em vista a importância cada vez maior dos movimentos migratórios para os processos de expansão urbana. Os fluxos migratórios de 1986-1991 e de 1995-2000 em direção à RMBH serão quantificados - o que permitirá inferências sobre o impacto efetivo dessas

migrações sobre o estoque populacional metropolitano - e qualificados - possibilitando inferências sobre o processo de seletividade migratória em Belo Horizonte na RMBH.

O quarto capítulo analisa o papel da migração intrametropolitana no processo de expansão urbana da RMBH, considerando-se os vetores de expansão, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. Buscar-se-á, assim, identificar tipologias.

No quinto capítulo prossegue-se a análise do papel da migração intrametropolitana, estudando-se o caso específico do Vetor Norte Central. Esse Vetor se firma como importante frente de expansão metropolitana a partir dos anos 60 e se torna, na última década, o principal vetor de expansão da RMBH, passando a ocupar a posição historicamente ocupada pelo vetor Oeste, graças à dinâmica demográfica de Ribeirão das Neves. Por esse motivo, procurar-se-á elucidar, nesse capítulo, o papel exercido por aquele município no processo de expansão urbana da RMBH.

No sexto capítulo será estudada a mobilidade pendular na RMBH, devido à existência de uma relação intrínseca entre a migração intrametropolitana e a mobilidade pendular, enfatizando a pendularidade originária em Ribeirão das Neves com destino a Belo Horizonte, uma vez que se acredita que a possibilidade de realização da pendularidade influenciou um grande número de indivíduos no momento da tomada de decisão quanto à realização da mobilidade residencial em direção àquele município.

2. FONTES DE DADOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

São duas as bases de dados demográficos e sócio-econômicos utilizadas nesse trabalho: os Censos Demográficos de 1991 e 2000, de responsabilidade do IBGE e a Pesquisa Origem-Destino de 1992 e 2002, de responsabilidade das Fundações Cristiano Ottoni e João Pinheiro, respectivamente.

Os Censos Demográficos constituem a principal fonte de dados demográficos e sócio-econômicos para os pesquisadores brasileiros. O Censo de 1991 é frequentemente apontado como um dos mais completos e confiáveis Censos Demográficos e contém 14 quesitos, incluídos entre as variáveis do registro de pessoas, específicos sobre os movimentos migratórios.

Através desses quesitos é possível: identificar a nacionalidade e a naturalidade do migrante; identificar o tempo de residência no município e, conseqüentemente, em que momento ocorreu o movimento migratório; estimar a migração de retorno; estimar a mobilidade rural-urbana (e também urbana-urbana, urbana-rural e rural-rural), inclusive aquelas ocorridas dentro de um mesmo município; confeccionar matrizes origem-destino e através delas identificar a origem e o destino dos migrantes de determinado fluxo, etc.

Dentre as 14 variáveis de migração, naquele Censo, as de número 0321, 3211 e 0322 informam aos pesquisadores a sigla da UF, o nome do município e a situação de residência do migrante na “data fixa” de 01/Setembro/1986, respectivamente. Com a introdução desses quesitos, além das informações sobre a residência anterior, os pesquisadores passaram a contar com informações referentes à residência do migrante em uma data fixa, que normalmente coincide com o meio do intervalo intercensitário.

São informações independentes, que possibilitam mensurar dois conceitos de migração. A migração de data-fixa refere-se aos indivíduos que residiam em 1º/09/1986

em um município diferente daquele em que residia na data de referência do Censo Demográfico de 1991; a migração de última etapa fornece informações sobre o município, a UF ou país estrangeiro de residência anterior dos indivíduos que, no Censo Demográfico de 1991, declararam um tempo de residência no município inferior a 10 anos.

No Censo de 2000, são 13 os quesitos sobre os movimentos migratórios, também incluídos entre as *variáveis de pessoas*. As possibilidades de pesquisa que esses quesitos oferecem, apesar de ainda amplas, são mais restritas comparativamente àquelas do Censo Demográfico de 1991, devido à supressão do quesito referente à informação do nome do município de residência anterior. No último Censo permaneceram apenas as informações de última etapa, referentes à UF e ao país estrangeiro.

Por esse motivo, as análises tratarão dos períodos 1986-1991 e 1995-2000, sendo importante observar que, se por um lado o Censo Demográfico de 2000 restringe os estudos sobre os movimentos migratórios, por outro lado a informação de data-fixa é mais confiável que a de última etapa. A essa conclusão chegaram CARVALHO *et al* (2000), após a realização de testes de consistência¹ dos dados sobre a migração interestadual do Censo de 1991, após a identificação de “transgressores”, ou seja, de indivíduos que informaram, erroneamente, a UF de residência em 1986 e/ou a UF de residência anterior².

Com os dados censitários será possível, então, identificar os fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais em direção a RMBH, assim como a migração intrametropolitana nos períodos 1986-1991 e 1995-2000, permitindo avaliar os impactos

¹ Para maiores informações consultar “Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico Brasileiro de 1991: uma análise de consistência”, CARVALHO, J.A.M. *et al* (2000).

² Por uma questão lógica, para os indivíduos com 5 anos ou mais de residência ininterrupta em uma UF, a UF de residência na data-fixa teria que ser exatamente a mesma UF de residência na data de referência censitária, porém foram identificados por CARVALHO *et al* (2000), 267.100 transgressores.

das migrações sobre o processo de expansão urbana da cidade de Belo Horizonte e da RMBH. Por migração intrametropolitana entende-se a mudança de residência entre municípios pertencentes a uma mesma região metropolitana, em determinado período de tempo.

É imprescindível lembrar, ainda, que as informações censitárias são estatísticas de estoque, referentes a um determinado período, englobando apenas os sobreviventes à mortalidade e à reemigração até a data de referência. Muitos migrantes não foram recenseados porque faleceram ou reemigraram no período intercensitário.

Com essa observação, pretende-se elucidar que os verdadeiros fluxos migratórios são desconhecidos, assim como o impacto real desses movimentos sobre a população de destino. No entanto, como se está trabalhando com a migração de data fixa, acredita-se que o impacto identificado é, na verdade, muito próximo do real, devido ao tempo de exposição dos indivíduos à mortalidade e à reemigração ser relativamente pequeno, além do fato de que a reemigração é, na grande maioria das vezes, para outro município da própria região metropolitana.

Além de permitir quantificar os fluxos migratórios, a associação entre as variáveis de migração com aquelas referentes às condições sócio-econômicas dos indivíduos, em cada Censo Demográfico, permitirá também identificar os perfis dos migrantes. Nesse sentido serão utilizadas informações sobre o grau de alfabetização e escolaridade, sobre a realização ou não de trabalho remunerado no período de referência, sobre o setor de atividade em que esses indivíduos encontravam-se inseridos no mercado de trabalho, bem como a ocupação principal e nível de rendimento, na mesma.

Como são esperados fluxos migratórios de formação heterogênea e pretende-se identificar as especificidades e os perfis demográficos e sócio-econômicos da emigração

de Belo Horizonte para outros municípios da RMBH, o espaço metropolitano foi dividido em 7 Vetores de Expansão, a saber:

1. Belo Horizonte, o núcleo da RMBH;
2. Oeste, formado pelos municípios de Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos;
3. Norte Central, formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa;
4. Norte, do qual fazem parte os municípios de Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Baldim, Jaboticatubas, Nova União, Taquaraçu de Minas, Matozinhos e Capim Branco
5. Leste, formado pelos municípios de Sabará e Caeté;
6. Sul, constituído pelos municípios de Nova Lima, Brumadinho, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Itaguara e Itatiaiuçu;
7. Sudoeste, constituído por Matheus Leme, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Florestal e Esmeraldas.

Esses 7 vetores de expansão foram definidos por BRITO e SOUZA (1998), e vêm sendo utilizados desde então por vários pesquisadores que têm se preocupado com a dinâmica demográfica da RMBH. Essa padronização torna os resultados desses vários estudos comparáveis e complementares. No entanto, é importante elucidar que ao definir os vetores de expansão, os autores levaram em consideração além da proximidade espacial, as características demográficas e sócio-econômicas dos municípios. Sendo assim, aqueles que apresentam características similares foram agrupados em um mesmo vetor de expansão metropolitana.

MAPA Nº1:
RMBH – DIVISÃO ESPACIAL, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO
METROPOLITANA



Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 1992 e 2002.

A pesquisa Origem-Destino (2002) foi realizada, pela Fundação João Pinheiro, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (SEPLAN/MG), Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Minas Gerais (DER-MG), Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A (BHTRANS). A Fundação João

Pinheiro contou, ainda, com o apoio da Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (AMBEL), do Instituto de Geociência Aplicada (IGA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, através da Polícia Rodoviária Federal (DNER) e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), além de todas as prefeituras dos municípios pertencentes à RMBH.

A abrangência da pesquisa OD (2002) se restringiu aos municípios pertencentes à RMBH, tendo sido a mesma realizada por amostragem. A amostra referente às informações dos indivíduos totalizou 2,78% da população residente na RMBH, naquele período, tendo a amostra domiciliar correspondido a 2,09% do total dos domicílios. As amostras de domicílios e pessoas variaram significativamente entre os vários municípios (ANEXO N°1). No caso específico de Ribeirão das Neves, as amostras corresponderam a 1,7% dos domicílios e a 2,38% da população total do município, naquele período.

Foram realizados pela Fundação João Pinheiro testes de consistência na preparação da base de dados, para garantir sua boa qualidade. De fato, os dados se apresentaram bastante robustos e confiáveis.

A pesquisa Origem-Destino (2002) foi dividida em 4 módulos: OD domiciliar, OD linha de travessia, OD linha de contorno e OD rodoviária.

No módulo OD domiciliar encontram-se informações referentes ao domicílio, à família e ao indivíduo, dispostas em 4 tabelas.

Na primeira tabela encontram-se as seguintes informações pertinentes ao domicílio e à família: número do questionário, setor censitário de residência, tipo de residência (condomínio vertical, condomínio horizontal ou domicílio isolado), o regime de ocupação (próprio quitado, próprio em pagamento, alugado, cedido, outros), os valores do aluguel e do condomínio, número de moradores no domicílio, renda total

domiciliar, renda per capita de seus moradores, tempo de residência no domicílio, tempo de residência na RMBH, endereço de residência anterior na RMBH, bem como variáveis que informam as condições de vida dos moradores no domicílio, tais como aquelas referentes à existência de rede de água e esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, dentre outras.

Na segunda, encontram-se informações referentes aos indivíduos, tais como: número do questionário/número da pessoa, situação domiciliar (grupo convivente, chefe, cônjuge, filho/filha do chefe, pai/mãe do chefe, irmão do chefe, parente do chefe, hóspede, mora sozinho e empregado residente), sexo, idade, naturalidade, tempo de residência no município e na RMBH, local de moradia anterior na RMBH (nome do município de residência anterior), bem como informações sobre a escolaridade e a atividade do indivíduo no mercado de trabalho.

Se o indivíduo declarou estar estudando, no momento de realização da pesquisa, foi também perguntado o local de estudo (nome do município onde estudava, naquele período). Além dessa informação o pesquisador conta com outra referente ao grau de escolaridade do indivíduo (analfabeto, alfabetizado sem escolarização, maternal o pré-primário, até a quarta série incompleto, até a quarta série completo, de quinta a oitava incompleto, de quinta a oitava completo, segundo grau incompleto, segundo grau completo, superior incompleto, superior completo e pós graduação).

Se o indivíduo declarou ter realizado atividades remuneradas nos meses que antecederam a pesquisa, há informações sobre o local de trabalho (nome do município), ocupação principal e outras ocupações, renda da ocupação principal e nas outras ocupações, contribuição para a previdência social, dentre outras.

No tabela 3 do módulo OD domiciliar encontram-se informações referentes ao sistema de transportes utilizados pelos indivíduos, além de outras informações que

permitem inferências sobre a opinião pública em relação à eficácia do mesmo, na RMBH. Finalmente, a tabela 4 do referido módulo, contém as viagens e os deslocamentos realizados pelos indivíduos no dia anterior à pesquisa, sendo possível, inclusive, detectar, além de outras características do deslocamento, o seu motivo (trabalho, lazer, estudo, por exemplo). É importante elucidar, ainda, que em todas as tabelas da OD domiciliar os dados estão dispostos segundo as áreas homogêneas, o que permite vários níveis de agregação dos mesmos.

No módulo “Linha de Contorno” encontram-se informações, disponibilizadas em duas tabelas, referentes à hora e à data (dia da semana e do mês) em que foi realizado o deslocamento, bem como o seu sentido espacial, o tipo de veículo e o motivo do deslocamento, dentre outras. Já a OD Rodoviária teve como objetivo complementar as informações da OD Linha de Contorno, contemplando deslocamentos externos à RMBH, sendo que nas viagens com mais de um deslocamento, inquiriu-se sobre o meio de transporte utilizado para chegar ou sair da rodoviária.

A OD Linha de Travessia, último módulo da pesquisa, apresenta estimativas referentes ao número de automóveis, utilitários, motos, táxis, ônibus, peruas, caminhões utilizados pela população, em sua mobilidade diária na RMBH. No caso de ônibus, caminhões e peruas, por exemplo, tem-se, ainda, informações referentes ao número de passageiros.

Como se pode observar, a pesquisa OD busca quantificar os movimentos populacionais diários, na RMBH, identificando-se o tipo de transporte utilizado pela população e analisar a eficiência do sistema de transporte público, tendo em vista seu maior objetivo que é fornecer instrumentos para o (re) planejamento do sistema de transportes na região metropolitana. No entanto, pelo número de variáveis que contém as possibilidades de pesquisas oferecidas pela pesquisa são significativamente amplas.

Nesse trabalho, foram utilizadas as informações da OD domiciliar referentes à família, aos indivíduos, e aos deslocamentos por eles realizados diariamente na RMBH. Essas informações foram concatenadas – através da variável “número do questionário” e “área homogênea” - e passaram a constituir uma única tabela, tornando-se possível avaliar o fluxo pendular entre os vários municípios da RMBH, “filtrar” o motivo do deslocamento (utilizou-se apenas o motivo emprego) e caracterizar o perfil sócio-econômico dos pendulares. Com esses dados e através da confecção de matrizes origem-destino serão trabalhadas a mobilidade de residência dentro do município de Belo Horizonte, a mobilidade de residência da Capital para outros municípios e a mobilidade pendular na RMBH.

É conveniente atentar para o fato de que a migração intrametropolitana será analisada, prioritariamente, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e que, portanto, a pesquisa Origem-Destino não será utilizada para fundamentar comparações com os resultados obtidos através dos dados censitários. A vantagem em sua utilização para estudar a mobilidade residencial consiste no fato de que sua base de dados, disponibilizada por áreas homogêneas (ou seja, de forma mais desagregada que os dados censitários) permite vários níveis de desagregação. Para tanto, nesse trabalho o município de Belo Horizonte será dividido em doze regiões de planejamento:

1. Área Central, formada pelo Centro e pela região dos bairros Floresta, Funcionários e Savassi;
2. Centro-Sul, formada pelas regiões dos bairros Serra, São Lucas, Mangabeiras, Anchieta, São Pedro, Santo Antônio, São Bento, Santa Lúcia e BH Shopping;
3. Oeste, constituída pelas regiões dos bairros Havaí, Chácara Leonina, Jardim América, Barroca, Salgado Filho, Nova Gameleira, Nova

- Cintra, Vista Alegre, Gutierrez, Grajaú, Nova Granada, Gameleira, Calafate e Prado;
4. Betânia, que abrange as regiões dos bairros Palmeiras, Betânia, Estrela Dalva, Estoril e Mansões;
 5. Barreiro, que inclui o Barreiro de Baixo, Santa Helenas, Bairro das Indústrias, Milionários, Pilar, Olhos D'água, Olaria, Petrópolis, Tirol, Lindéia e o Vale do Jatobá;
 6. Ressaca, que abrange as regiões dos bairros São José, Primavera, Glória, Coqueiros, Alípio de Melo, Califórnia e Dom Bosco;
 7. Noroeste, formada pelo Padre Eustáquio, Messias, Engenho Nogueira, Carlos Prates, Caiçara, Bonfim, Lagoinha, Santo André, Coração Eucarístico e João Pinheiro;
 8. Pampulha, que inclui as regiões dos arredores dos bairros Dona Clara, Aeroporto, Liberdade, Ouro Preto, Paquetá, Castelo, Santa Terezinha, Saramenha, Bandeirantes, São Luiz, Santa Amélia, Santa Mônica, Planalto, Céu Azul e Braúnas
 9. Leste, formada pela Pompéia, Esplanada, Paraíso, Sagrada Família, Santa Inês, Horto, Bairro da Graça, Concórdia, Santa Efigênia, Baleia, Paraíso, Taquaril, São Geraldo, Boa Vista e Nova Vista;
 10. Nordeste, envolvendo os bairros São Paulo, Palmares, Cidade Nova, Renascença, Cachoeirinha e Nova Floresta;
 11. Aarão Reis, constituída pelas regiões dos bairros São Gabriel, Aarão Reis, Montevideu, Belmont, Jardim Vitória, Ribeiro de Abreu I e II, Providência, Matadouro, Tupi, Guarani, Clóris, Floramar, Jardim Guanabara e Jardim Pampulha; e

12. Venda Nova, constituída pelo Parque São Pedro, Serra Verde, Jardim Europa, Jardim dos Comerciários, Lagoinha, Mangueira, Leblon, Copacabana, Santa Mônica (parte) e São João Batista.

Oficialmente são nove as regiões de planejamento de Belo Horizonte: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Porém, é conveniente lembrar que nesse trabalho o município será subdividido em 12 regiões, porque se optou por destacar algumas áreas, dentro de algumas regiões administrativas oficiais, pela dinâmica demográfica diferenciada que apresentam em relação à área em que estão oficialmente incluídas.

Essa divisão espacial foi utilizada por BRITO, na manipulação dos dados da pesquisa OD 1992³ e será mantida para possibilitar as comparações diretas, permitindo-se, inclusive, analisar a evolução das dinâmicas demográficas regionais, ao longo do tempo.

³ Os dados da pesquisa Origem-Destino 1992 foram manipulados por pesquisadores do CEDEPLAR, sob a orientação do Professor Fausto Brito, em pesquisa realizada, em 1995, para a Prefeitura de Belo Horizonte.

MAPA Nº2:
BH – DIVISÃO ESPACIAL, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO



Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 1992 e 2002.

Essa desagregação permitirá analisar a dinâmica demográfica interna da capital e a interação demográfica entre as regiões de planejamento de Belo Horizonte e a RRMBH (resto da região metropolitana). Os demais municípios da RMBH serão considerados em sua totalidade, não havendo qualquer tipo de desagregação.

Para analisar a mobilidade pendular da população na RMBH, será utilizada, além da pesquisa Origem-Destino 2002, a pesquisa Origem-Destino 1992. Os dados da pendularidade em dois momentos distintos fornecerão elementos para fundamentar

inferências/conclusões sobre o comportamento dessa mobilidade ao longo do tempo, no que se refere à intensidade, tendências e trajetórias, sobre o processo de seletividade existente em Belo Horizonte e na RMBH, assim como o papel exercido por Ribeirão das Neves no contexto da expansão urbana metropolitana.

3. A EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE ENTRE 1897 E 1970

3.1 - A transferência da Capital de Ouro Preto para BH e as principais características do processo de expansão urbana de Belo Horizonte até o final dos anos 30

Em 1720, quando Minas Gerais se tornou independente de São Paulo, o município de Ouro Preto foi escolhido para se tornar a sua sede administrativa por concentrar a atividade mineradora, principal atividade econômica da Província naquele período. Com a decadência da economia mineradora no final do século XVIII, Ouro Preto tornou-se um município sem expressão econômica dentro e fora da Província, permanecendo ainda por muito tempo como sua Capital, em função da inexistência de outro município que conseguisse centralizar e coordenar a atividade econômica de Minas Gerais (COSTA, 1983).

Em decorrência disso, o poder político de Ouro Preto foi gradativamente se enfraquecendo. Sua localização espacial, associada ao precário sistema viário de acesso ao mesmo, contribuiu para acelerar esse enfraquecimento uma vez que dificultava a comunicação entre a Capital e os demais municípios mineiros.

Por esses motivos, começou-se a disseminar a idéia de que Ouro Preto não podia continuar sendo a capital de Minas Gerais. Essa idéia foi se fortalecendo ao longo do tempo, resultando em um consenso de que a sede do governo mineiro deveria ser transferida para uma região de maior dinamismo econômico ou, pelo menos, que apresentasse grande possibilidade de vir a se tornar, em curto espaço de tempo, uma região com tal característica. Isso porque se esperava, com essa transferência, que a nova capital conseguisse polarizar a economia mineira, até então caracterizada por alto nível de dispersão. Em outras palavras, pretendia-se criar um centro econômico dentro da Província através da construção de uma nova Capital.

Através de um processo eleitoral, foi escolhido o Sítio Curral Del Rei para sediar a nova Capital mineira. Segundo o PLAMBEL (1986), essa decisão foi política, tendo em vista que os custos de transferência da Capital para a Várzea do Marçal (na região de São João Del Rei) seriam significativamente menores.

Nas proximidades do Sítio, considerando a área espacial que nos anos 1970 viria a constituir a Região Metropolitana de Belo Horizonte, situavam-se os municípios de Caeté, Nova Lima, Sabará e Santa Luzia, além de pequenos arraiais e vilas. Naquela ocasião, destacavam-se por seu nível de desenvolvimento econômico os municípios de Nova Lima e Santa Luzia, cuja principal atividade era a mineração e a agropecuária, respectivamente⁴.

Por se localizar no centro do estado, muitos acreditavam que a nova capital polarizaria de fato a economia mineira. Porém, especula-se que a vitória do referido sítio deveu-se aos *“congressistas partidários de Ouro Preto, que, opondo-se à mudança, votaram por Belo Horizonte, acreditando ser impossível, no prazo de 4 anos, conforme estipulava a lei, realizar-se a mudança da capital para um arraial tão pobre e sem estrada de ferro”* (SINGER, 1974: 218). Em 1893 tiveram início as obras de construção da Cidade e, contrariando as expectativas, sua inauguração se deu no dia 12 de Dezembro de 1897.

Logo no início das obras, a comissão construtora sentiu o problema de escassez de mão de obra especializada, tendo em vista a alta demanda pela mesma e dada a limitação de prazo para a conclusão das obras. Se, por um lado, a comissão construtora necessitava de grande quantidade de trabalhadores qualificados, por outro lado, residiam no antigo Arraial que deu origem ao município apenas 2.000 habitantes, cujo *“tipo geral deste povo é doenti; magros e amarelos, pouco desempenados na maioria,*

⁴ Nova Lima polarizava a economia do espaço geográfico atualmente correspondente aos municípios de Betim, Contagem, Ibirité, Raposos e Rio Acima enquanto Santa Luzia a região correspondente aos municípios de Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Vespasiano e Lagoa Santa.

havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos” (PLAMBEL, 1979: 49), pessoas consideradas inaptas para a pesada atividade da construção civil.

O problema da escassez relativa de mão-de-obra foi solucionado em 1895, quando o governo estadual autorizou a entrada de imigrantes estrangeiros em Minas Gerais. A partir daquela data podiam residir na Província prioritariamente dois tipos de migrantes estrangeiros, a saber:

1. *Trabalhadores agrícolas*: nesse caso, o governo deu preferência a famílias estrangeiras, que trabalhavam em atividades agrícolas na Europa, para trabalharem nas colônias localizadas nas áreas rurais no entorno Belo Horizonte, objetivando aumentar a produção de alimentos, para garantir o abastecimento da população da nova capital.
2. *Trabalhadores da construção civil*: nesse caso, o governo deu preferência a homens solteiros, especializados em construção de palácios.

A construção da nova capital de fato atraiu muitos estrangeiros, tendo sido esse poder de atração reforçado pela baixa capacidade de retenção e forte poder de expulsão populacional da Europa, decorrente da profunda crise econômica pela qual passava no final do século XIX. Os imigrantes internacionais, em sua grande maioria europeus, contribuíram para o processo de ocupação do solo e expansão territorial de Belo Horizonte. Porém, não havia na área urbana espaço para abrigar a população estrangeira nem a população nativa mais pobre, também atraída pelas obras de construção do município. Esses indivíduos se instalaram, então, nas áreas suburbanas e rurais.

Segundo LE VEN (1977), no plano original, o processo de ocupação do espaço belo-horizontino deveria ser controlado pelo estado, através do mercado de terras. Nesse sentido, o poder público expropriou e reapropriou de terras a baixo custo; cedeu,

doou e indenizou, estabelecendo ele mesmo o valor da indenização; e vendeu lotes. Controlando o preço da terra, o governo pretendia “*seleccionar*” os habitantes das áreas urbana, suburbana e rural. A área urbana havia sido planejada para abrigar a população com melhores condições sócio-econômicas, principalmente os funcionários públicos transferidos de Ouro Preto, enquanto a população mais pobre deveria residir em áreas suburbanas e rurais, mais distantes do centro, consideradas menos nobres e caracterizadas pela escassez ou ausência absoluta de infra-estrutura.

Além de usar a estratégia de diferenciação do preço da terra de acordo com a dotação de recursos urbanos, o poder público planejou um sistema viário que separasse de forma explícita a área urbana das demais e, ao mesmo tempo, permitisse o fácil acesso da população mais pobre à área central. Para separar e valorizar a área urbana foi construída a Avenida do Contorno, tendo sido a Avenida Afonso Pena construída para viabilizar o acesso da população de baixa renda à área central, uma vez que ligava o extremo Sul ao extremo Norte do município. A construção da Avenida Afonso Pena explicita a intenção do poder público de orientar a ocupação e expansão do município no sentido Sul-Norte, ou seja, de dentro para fora, com crescimento prioritariamente em direção à região Norte, já que ao Sul a expansão ficaria naturalmente limitada pela Serra do Curral.

No entanto, o Estado falhou em seu propósito de controlar a ocupação do solo e expansão do município, na medida em que favoreceu o processo de concentração da terra: o governo estadual permitiu que poucos indivíduos (ou grupos de indivíduos) se tornassem proprietários de um grande número de lotes. Em decorrência dessa concentração, o mercado imobiliário belo-horizontino passou a se caracterizar por intensa especulação.

A especulação imobiliária contribuiu para intensificar o processo de ocupação *de fora para dentro*, contrariando o plano original. Isso porque, a elevação excessiva do preço do lote tornou a área urbana inacessível à maioria da população. De acordo com o PLAMBEL (1979: 57), *“cinco anos após a inauguração da cidade planejada e realizada pelo Poder Público, já se queixa o prefeito do preço dos lotes que expulsa para a área suburbana, os candidatos a morar no centro da capital”*.

Segundo dados fornecidos pelo PLAMBEL (1979), em 1912 o município de Belo Horizonte possuía 38.822 habitantes, dos quais aproximadamente 69% residiam em área suburbana e rural e apenas 31% na área urbana. Esses dados mostram que em termos relativos a área urbana permanecia praticamente vazia, enquanto as colônias agrícolas e as áreas suburbanas foram rapidamente ocupadas.

Outra característica, que também contraria o plano original, é que a ocupação das áreas suburbanas e rurais se deu prioritariamente no sentido Leste-Oeste. A fazenda do Barreiro, por exemplo, foi uma das primeiras a serem ocupadas. Em 1897, ano de inauguração da nova capital, havia naquela Colônia 31 famílias residentes, totalizando 185 habitantes.

Na tentativa de contornar esses problemas, foram criadas áreas com poucas exigências urbanísticas, destinadas à população de baixa renda. A exemplo pode-se mencionar o caso da incorporação à área suburbana de uma parte da área urbana compreendida pelas avenidas Cristóvão Colombo, Contorno, Itacolomy e Amazonas, e também o Barro Preto, onde se tem registro de concessão de espaços para “operários”, “inferiores” e “praças” da Brigada Policial do Estado.

Entre 1897 e 1920 a população de Belo Horizonte cresceu aceleradamente, como se pode notar na TABELA N°1. Esse ritmo de crescimento associa-se aos

movimentos migratórios, uma vez que o novo município exercia enorme poder de atração populacional por ser a capital de Minas Gerais.

TABELA Nº1:
BELO HORIZONTE - POPULAÇÃO E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO
(1897 – 1920)

Período	População	Taxa
1.897	12.000	
1.900	13.472	3,86
1.912	38.822	8,82
1.920	55.563	4,48

Fonte: Le Ven, 1977: 100

Porém, é imprescindível ressaltar que o ritmo de crescimento da população suburbana e rural era significativamente superior ao ritmo de crescimento da população urbana, dada a intensa especulação imobiliária, comentada anteriormente (PLAMBEL, 1979). Segundo o PLAMBEL (1986), o aumento acelerado da população das áreas suburbanas e rurais tornava cada vez mais acentuado o problema de escassez de infraestrutura e, como essa ocupação era dispersa, sua solução se tornava cada vez mais complexa. Nesse contexto, o PLAMBEL (1986) identificou a existência de uma cidade oficial dotada de equipamentos administrativos, educacionais, culturais, comerciais e industriais, contracenando com uma cidade real que refletia as necessidades e carências de serviços urbanos da maior parcela da população.

Ainda tomando como referência a TABELA Nº 1, é possível notar que entre 1912 e 1920 houve um arrefecimento do ritmo de crescimento populacional de Belo Horizonte, em função da crise econômica que atingiu a capital mineira durante a Primeira Guerra Mundial. Esse período foi marcado por aumento do desemprego, devido à queda da produção industrial em resposta à política de redução dos subsídios do governo ao setor; aumento do preço do material de construção, em sua maioria

importado; redução do salário real dos trabalhadores e intensa emigração. Segundo o PLAMBEL (1986: 37)

A eclosão da 1ª. Guerra Mundial e a paralisação das importações vêm atingir a cidade, em construção, de maneira aguda, ocorrendo a recessão nas obras e empreendimentos econômicos e o desemprego, o que provoca a evasão maciça de operários, principalmente imigrantes. Em 1916, cerca de 600 residências encontravam-se fechadas, bem como casas comerciais, oficinas e estabelecimentos industriais. As construções particulares que, em 1912 atingiram um total de 393, em 1919 limitavam-se a 27.

Ainda de acordo com o PLAMBEL (1986), nos primeiros anos após sua inauguração, portanto, no início de seu processo de ocupação e expansão, as relações existentes entre Belo Horizonte e municípios vizinhos eram fracas e seguiam o tradicional padrão capital-interior. Mas a inauguração da Capital implicou maior dinamismo econômico, principalmente da região polarizada por Santa Luzia. Naquele município, a produção agropecuária aumentou para garantir o abastecimento da população residente em Belo Horizonte.

A partir de 1914 o governo local procurou realizar investimentos no sistema municipal de transportes, com o objetivo de facilitar a mobilidade pendular da população das áreas suburbanas e rurais para a área urbana e vice-versa (PLAMBEL, 1979). Além da duplicação de algumas linhas de bonde, que ligavam alguns bairros mais afastados ao centro da cidade, foram instaladas novas linhas e, inclusive, trens de subúrbio, principalmente entre o centro e a região Oeste, especificamente em direção ao Carlos Prates, Barro Preto, Prado, Calafate, Gameleira e Contagem.

Verificou-se nos anos de 1910 o início da construção de rodovias destinadas a ligar Belo Horizonte a outros municípios mineiros e também a outras capitais. Em 1915, por exemplo, foi inaugurada a estrada que ligava a capital mineira ao município de Santa Luzia; foram construídos trechos rodoviários ligando Belo Horizonte ao Rio de

Janeiro e também a São Paulo. E cogitava-se, ainda, a construção de uma rodovia ligando a capital ao triângulo mineiro.

Em relação à economia, é importante notar que se a indústria brasileira era incipiente e bastante atrasada em relação ao processo de industrialização de economias consideradas avançadas naquele período, o processo de industrialização de Minas Gerais, especificamente o de Belo Horizonte, era tardio e defasado em relação aos processos paulista e carioca. No entanto a inauguração da nova capital implicou maior dinamismo desse setor.

Segundo SINGER (1974), no momento de sua inauguração Belo Horizonte já possuía algumas indústrias, sendo que muitas delas surgiram juntamente com o município, dado que havia uma série de fatores favoráveis ao desempenho do setor, tais como mercado consumidor em expansão e distância de outros mercados associada a uma péssima estrutura viária, o que dificultava tanto as importações quanto as exportações realizadas pelo estado.

Mas, apesar desse maior dinamismo e do incipiente processo de industrialização, a nova Capital não se transformou instantaneamente em centro econômico do estado. A economia mineira permaneceu dispersa; as economias regionais permaneceram autônomas e polarizadas pela dinâmica econômica de outros estados da federação, apresentando dificuldades de se relacionar com as economias de outras regiões de Minas Gerais.

Em 1908, a indústria têxtil de Belo Horizonte era a 2ª maior de Minas Gerais, perdendo somente para Juiz de Fora, não apenas em número de estabelecimentos, mas também pelo número de trabalhadores que empregava. Além de indústrias têxteis, havia em Belo Horizonte outras indústrias, a saber: indústrias de meias e camisas (2); de

punhos e colarinhos (1); de calçados (1, de pequeno porte); de madeira e mobília (9); de velas e sabão (1); carroças e carros (1); cerâmica (3) e de óleo (1).

Porém, se após poucos anos de sua inauguração Belo Horizonte se destacava como um centro industrial expressivo em Minas Gerais, isso era antes um reflexo da estagnação da indústria mineira do que um reflexo do desenvolvimento do setor industrial da nova Capital (SINGER, 1974).

Segundo SINGER (1974), seguindo a tendência da indústria brasileira, a indústria mineira, principalmente a belo-horizontina, experimentou uma fase de intenso crescimento nos anos de 1910, colocando a Capital como o terceiro município mais industrializado de Minas Gerais, em 1920. Naquele ano

... “Belo Horizonte já perdera a condição de uma economia essencialmente dependente das suas funções de Capital do Estado. Sua indústria adquirira certa expressão... é preciso notar que o número dos que nela se ocupam mais do que dobrou entre 1912 e 1920. Cresceu particularmente a quantidade dos que trabalham no setor ‘Vestuário e Toucador’ que incluía fiação e tecelagem, que passam de 381 em 1912, para 2.126 em 1920. Este aumento tão rápido – 460% em 8 anos – mostra como nesta época Belo Horizonte já se estava industrializando com certa intensidade...” (SINGER, 1974:233-234)

No entanto, de acordo com o PLAMBEL (1979:129),

“no período da Guerra (1914-1918) não houve impulso industrial em Belo Horizonte. O primeiro impulso só ocorreu quando da criação de uma indústria siderúrgica em Sabará, município vizinho da Capital, em 1922. A partir de então, Belo Horizonte tornou-se um centro supridor de produtos de consumo e entreposto comercial”.

O fato é que, na primeira década do século XX a indústria que se desenvolveu no Brasil e também em Minas Gerais era caracterizada por produtos de baixo valor agregado. Não se verificou, naquele período, o desenvolvimento da indústria pesada, dentre elas a indústria siderúrgica, considerada a base da indústria de transformação. No caso específico de Minas Gerais, o atraso na implantação da indústria siderúrgica se

explica pela limitação do mercado; precariedade em relação à infra-estrutura; escassez de mão-de-obra especializada e alta carga tributária (SINGER, 1974).

Apenas após a primeira Guerra Mundial os poderes públicos federal e estadual realizaram esforços no sentido de implantar a indústria siderúrgica de maior porte no Brasil e em Minas Gerais, respectivamente. Como Belo Horizonte, além de se localizar em uma região caracterizada pela abundância de matéria-prima para a indústria siderúrgica, havia sido construída para se tornar o centro político e econômico de Minas Gerais, era de se esperar que essa indústria se desenvolvesse primeiro nos limites espaciais do município, o que de fato não ocorreu, devido principalmente à:

1. Incapacidade de realização de investimentos do setor privado, cujo processo de acumulação de capital era sustentado pelo setor agrário-exportador;
2. Incapacidade de realização de gastos por parte do estado. Segundo DULCI (1999), é importante chamar a atenção para o fato de que o poder público estadual, apesar de se caracterizar como 'industrializante', não tinha a menor pretensão de realizar investimentos diretos no setor produtivo, mas apenas de criar as condições propícias para a realização dos mesmos por parte do setor privado. Nesse sentido, a incapacidade do Estado comprometia a oferta de fatores relacionados à infra-estrutura básica necessária ao setor industrial. E, finalmente,
3. Escassez de energia elétrica no município naquele período (PLAMBEL, 1979).

Por esses motivos, a primeira indústria Siderúrgica de grande porte foi implantada em Sabará, em 1922, como resultado da apropriação da Companhia

Siderúrgica Mineira de Sabará pelo capital estrangeiro, basicamente Belga e Luxemburguês⁵. Dada a proximidade espacial dos dois municípios, a indústria siderúrgica sabarense influenciou o processo de recuperação econômica da nova Capital.

Havendo recuperação econômica observa-se que há, também, a recuperação do ritmo de crescimento populacional. De acordo com os dados do PLAMBEL (1986), entre 1920 e 1930 a população de Belo Horizonte cresceu a um ritmo médio anual superior a 9% e, em 1930, sua população era de aproximadamente 140 mil habitantes.

Em decorrência de tão elevado ritmo de crescimento, nos anos 20

“Belo Horizonte começa a viver o clima de cidade grande, com a expansão do comércio (em decorrência do crescimento do mercado local e de municípios vizinhos) e das indústrias e com o aparecimento de grandes casas bancárias mineiras... com a instalação de hospitais, hotéis de luxo, pensões de estudantes, universidades e colégios...” (PLAMBEL, 1986:44).

Os anos vinte marcaram o início do processo de expansão de Belo Horizonte em direção às regiões Norte e Leste, através da incorporação dos municípios de Venda Nova e General Carneiro, respectivamente. Se por um lado isso implicava o aumento da população da capital, por outro lado, significava maior arrecadação de impostos de indivíduos que de fato já usufruíam os serviços urbanos ali ofertados.

⁵ Segundo DULCI (1999), é importante ressaltar que desde 1909 o governo federal apresentava políticas voltadas para a implantação da indústria siderúrgica nacional, não havendo qualquer limitação à participação do capital estrangeiro, desde que parte do minério extraído pelas empresas estrangeiras fosse beneficiada no território brasileiro.

Estimulado por tal política, a união de capitais ingleses constituiu, em 1911, a ‘Itabira Iron Ore Co.’, a qual tinha a intenção de explorar o minério de ferro de Itabira. No entanto, o contrato entre a referida Companhia e o governo mineiro só foi assinado em 1927 porque, segundo DULCI (1999), o poder público estadual, seguindo a orientação política federal, adotou uma estratégia de consolidação da indústria siderúrgica mineira buscando garantir que parte do minério extraído nas minas de Itabira fosse beneficiado em território mineiro, o que contrariava os interesses da empresa, que desejava exportar todo o minério extraído na região.

Nesse interregno, surgiram várias indústrias siderúrgicas nas proximidades de Belo Horizonte, as quais atendiam os interesses do poder público estadual, uma vez que todo o mineral extraído pelas mesmas seria beneficiado no território mineiro. A exemplo pode-se mencionar “o Alto Forno Pedro Gianetti, em 1922, em Rio Acima; a firma Hime & Cia., em 1925, em Barão de Cocais; a firma J. S. Brandão & Cia., também em 1925, em Caeté, incorporada pela Companhia Ferro Brasileiro, de capitais franceses, em 1931” (DINIZ, 1997: 83).

A cidade se expandia também em direção à região Oeste, como se pode notar através da reprodução da fala do Prefeito Flávio Fernandes dos Santos: “*Vai caminhando assustadoramente e a passos largos o poente, a ex-colônia do Carlos Prates e os bairros do Calafate e Barro Preto, estão fadados a grande desenvolvimento*” (PLAMBEL, 1979: 163).

Paralelamente à ocupação e expansão do município, ocorria outro processo igualmente importante: a especialização do espaço belo-horizontino. Em linhas gerais, pode-se dizer que na região Norte residiam os trabalhadores menos qualificados, sendo a Lagoinha um reduto de desempregados; na região Leste residiam basicamente os militares e os trabalhadores do serviço de saúde; na região Oeste a população operária com presença marcante de imigrantes estrangeiros e, no Centro-Sul, a população com alto nível de renda, dentre eles os funcionários públicos transferidos de Ouro Preto.

Durante os anos 20, enquanto os investimentos públicos seguiram priorizando as áreas centrais da zona urbana do município, sua periferia continuou crescendo mais rapidamente e, analogamente ao que vinha ocorrendo nas décadas anteriores, esse crescimento permaneceu espacialmente disperso. Em decorrência, os problemas referentes à escassez de infra-estrutura tornavam-se mais agudos, principalmente o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica.

A rede viária, embora em expansão desde a década anterior, era insuficiente para atender satisfatoriamente a toda a população. Por esse motivo, novos investimentos foram realizados. O governo local buscou no auto-ônibus a solução para esse problema, em substituição ao serviço de bonde, inclusive para reduzir o consumo de energia elétrica.

Pela gravidade desses problemas em tão curto prazo, pode-se inferir que o governo falhou no processo de planejamento urbano e, inclusive, no processo de sua

implementação. O município não suportava tão elevado ritmo de crescimento populacional, principalmente nas áreas suburbanas e rurais, uma vez que o governo havia previsto uma ocupação de dentro para fora e não de fora para dentro, como de fato ocorreu. Por esse motivo, *“a instalação de serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos constituiu-se, pois, em desafio à administração pública” já que o crescimento da cidade, como se viu na análise anterior, se deu da periferia para o centro”* PLAMBEL (1979: 180)

Nos anos 20, a nova Capital se tornou, além de centro administrativo, também o centro cultural e de saúde do estado de Minas Gerais, em função da implantação da Universidade Federal de Minas Gerais e da ampliação da rede hospitalar, respectivamente.

A partir de 1930, Getúlio Vargas incentivou a realização de investimentos no setor industrial brasileiro e entre aquela data e 1934 tal setor apresentou crescimento bastante significativo. Segundo CORSI (1997), esse desempenho parece ter influenciado as decisões do governo federal em adotar algumas medidas de estímulo ao desenvolvimento do setor industrial brasileiro, tais como:

1. A criação de organismos de fomento e regulação, como o Conselho Nacional do Petróleo (1938), para controlar o refinamento e a distribuição do combustível no país, e o Conselho Nacional das Águas e Energia (1939), dentre outros;
2. A declaração da moratória ao pagamento da dívida externa;
3. O monopólio cambial;
4. A criação de um imposto sobre as operações cambiais, com o objetivo de constituir um fundo de investimento e, finalmente,

5. Um plano de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional.
(CORSI, 1997: 4).

Porém, é importante ressaltar que quando se discute o interesse de Getúlio Vargas no processo de industrialização brasileira, discute-se o desafio de implantar no país a indústria de base. Pode-se dizer, então, que a década de 30 foi marcada por intenso esforço por parte do governo federal em consolidar a indústria de base e de bens de consumo no país, de modo a modernizá-lo e torná-lo menos vulnerável às economias externas. Esforços que se concretizaram apenas no início dos anos 40, com a construção da CSN, em 1941, e da Cia. Vale do Rio Doce, em 1942.

Se, por um lado, o governo federal desejava transformar o Brasil em um país industrializado, por outro lado havia um enorme desejo do governo mineiro em industrializar o Estado e, assim como no caso da nação, reduzir a sua vulnerabilidade econômica. É importante ressaltar que, paradoxalmente, entre 1930 e 1935 praticamente não houve política pública voltada para a industrialização de Minas Gerais (DULCI, 1999). Apenas em 1936, como reflexo da política getulista, o governo estadual criou uma ‘Zona Industrial’ em Belo Horizonte, com o objetivo de estimular o crescimento do setor industrial do município.

Na realidade Minas Gerais tentou atrair para seu território a primeira grande indústria siderúrgica do país – a CSN – que, devido a questões políticas aliadas à carência de energia elétrica e à precariedade do sistema viário mineiro, acabou sendo implantada no Estado do Rio de Janeiro em 1941. A ‘Zona Industrial’ de Belo Horizonte se transformou, cinco anos mais tarde, na ‘Cidade Industrial Juventino Dias’, ainda hoje a principal concentração industrial mineira.

Ao longo dos anos 30, o poder público procurou reordenar o crescimento do município, visando um maior crescimento da população urbana comparativamente ao

crescimento das populações das zonas suburbana e rural. O governo redefiniu algumas dessas áreas numa tentativa de amenizar alguns problemas oriundos do crescimento acelerado e desconcentrado das áreas periféricas. Mas, infelizmente, essa medida mostrou-se inócua.

Outra importante característica desse período é o fato de a especulação imobiliária ter se tornado mais intensa, transformando-se em objeto de preocupação do poder público. Em 1935 o governo local impôs medidas restritivas ao lançamento de novos loteamentos na tentativa de controlar o processo especulativo imobiliário na capital e, através dele, o processo de ocupação e expansão do município. No entanto o *‘tiro saiu pela culatra’* uma vez que essas medidas, no lugar de inibir acabaram acelerando o processo de formação de novas periferias, pois estimularam o surgimento de novos bairros, vilas e loteamentos clandestinos sendo desnecessário dizer que a carência de infra-estrutura não apenas permanecia generalizada, mas se tornava ainda mais aguda.

O que se pode afirmar em relação ao processo de ocupação do solo e expansão do município, ao longo dos anos 30, é que a nova capital continuou avançando em direção à região Oeste. Esses processos foram estimulados pela construção da Avenida Amazonas, planejada para facilitar o acesso da população residente naquela região ao Centro, que antes feito pelos bairros Calafate e Prado. Naquele período a cidade se expandiu também em direção à região Noroeste, onde se verificou o surgimento de novos bairros populares, como Renascença e Sagrada Família, e em direção à região Norte, com a abertura da Avenida Antônio Carlos.

3.2 – O período 1940: A criação Cidade Industrial Juventino Dias

No início dos anos 40, a indústria mineira era representada pela indústria extrativa mineral, basicamente de minério de ferro. O minério extraído em Minas Gerais era exportado para outros estados e principalmente para mercados estrangeiros, onde era transformado. Naquele período, os governos federal e estadual acreditavam que o beneficiamento do minério de ferro (pelo menos parte dele) deveria ocorrer internamente, o que traria inúmeros benefícios econômicos para a população, para Minas Gerais e para o país. Em outras palavras, acreditavam que o Brasil deveria exportar o aço, cujo valor agregado é maior do que o do minério bruto. Por esse motivo, criou-se, em 1941, através do decreto-lei estadual nº 778, a Cidade Industrial Juventino Dias, no município de Contagem, localizado a Oeste da Capital.

Segundo GUIMARÃES (1957), a Cidade Industrial foi construída naquele município devido à:

- Proximidade espacial de Belo Horizonte, o que implicava a existência de um mercado consumidor para os produtos industrializados e, portanto, a realização da mercadoria;
- Disponibilidade de mão-de-obra, uma vez que a proximidade espacial permitia um movimento pendular de média duração;
- Proximidade das fontes de matérias primas;
- Diversidade de matérias primas da região, o que possibilitaria maior diversificação do parque industrial;
- Proximidade das vias de comunicação, de modo a facilitar não só a importação de matérias-primas como também o escoamento da produção, sem custos onerosos;
- Proximidade das fontes fornecedoras de energia elétrica.

Além desses fatores, a existência de uma rede bancária em Belo Horizonte, bem como o desejo de preservar a paisagem urbanística da nova capital - no sentido de manter afastado da área residencial o setor industrial e sua poluição visual e atmosférica - também foram levados em consideração.

Segundo DINIZ (1997), a localização da Cidade Industrial pode ser também justificada pelo fato de Contagem estar fora da área de concessão da Cia. Força e Luz, subsidiária da empresa *Bond and Share*, responsável pelo fornecimento de energia elétrica para Belo Horizonte. Segundo o autor, os serviços fornecidos por aquela empresa eram de péssima qualidade e de alto custo.

Em seu plano original, a Cidade Industrial possuía uma área de 4 milhões de metros quadrados, dividida em áreas específicas para abrigar indústrias metalúrgicas e siderúrgicas, de produtos químicos, alimentação, eletricidade e instrumentos científicos, construções, tecidos, combustíveis, tendo ainda uma área central destinada aos órgãos administrativos.

Segundo observações de DULCI (1999: 61), havia em Minas Gerais “*uma nítida linha de continuidade no que se refere à concepção do papel do Estado como agente da recuperação econômica regional*”, ou seja, o poder público mineiro desejava a industrialização e realizaria esforços no sentido de estimular investimentos privados no setor, mas não desejava ele mesmo realizar esse tipo de investimento.

Nesse sentido, o governo se responsabilizou pela pavimentação das ruas e construiu a Usina Hidrelétrica de Gafanhoto, no Rio Pará, a 90 Km de Belo Horizonte, para garantir o abastecimento de energia, uma das principais barreiras à entrada de empresas de grande porte em Minas Gerais. Além disso, com o intuito de atrair várias indústrias, arrendou lotes às empresas que apresentassem um projeto de construção de um estabelecimento no local, sendo a sua posse condicionada à construção do mesmo

no prazo estabelecido. Além desses incentivos *“there were differentiated tariffs for energy according to consumption, and also progressive reductions in the tariff according to the relation value of production/energy consumption”* (MOURA, 1983: 81). Essas ações mostram claramente que o poder público procurava superar os principais entraves à concretização da industrialização de Minas Gerais.

Porém, segundo GUIMARÃES (1957), mesmo com tantos incentivos por parte do estado, em 1946, ano de sua inauguração, poucas eram as indústrias instaladas na Cidade Industrial, podendo-se mencionar a fábrica de cimento Itaú e a Cia. Industrial de Estamparia. Segundo DINIZ (1997), em 1947 eram apenas 10 empresas instaladas, totalizando mil funcionários e entre 1947 e 1950 a Cidade Industrial permaneceu praticamente estagnada. Essa estagnação foi também registrada por GUIMARÃES (1957:41), quando o autor afirmou que *“em 1950, quando aí estivemos, existia pouco mais de 10 estabelecimentos industriais dos quais alguns não chegaram a funcionar e outros haviam paralisado suas atividades”*.

A justificativa para tão inexpressiva ocupação encontra-se nos problemas relacionados à infra-estrutura, basicamente transporte e energia elétrica. Embora investimentos tenham sido realizados no sistema viário desde o final dos anos 1910, o mesmo era ainda bastante precário, dificultando a importação de matéria prima e o escoamento da produção para outros estados da federação e para o exterior. Em relação à energia elétrica, a capacidade produtiva da Usina Gafanhoto, construída no início dos anos 40, era relativamente pequena, sendo insuficiente para garantir a realização de uma produção em larga escala.

Segundo COSTA (1983), um outro problema refere-se à habitação dos trabalhadores da Cidade Industrial. Curiosamente, no plano original de tal complexo não havia espaço reservado para a residência dos trabalhadores, o que também

desestimulou investimentos na região, devido aos custos de transportes da mão-de-obra, os quais elevam os custos da produção. Porém, contrariando as diretrizes do plano original, as empresas não só construíram casas para seus trabalhadores nas proximidades das fábricas como facilitaram sua aquisição, descontando prestações mensais na folha de pagamentos de seus funcionários. Como outros fatores desestimulantes de investimentos naquela região, pode-se mencionar, ainda, a grande distância da Cidade Industrial em relação aos maiores centros urbanos brasileiros e o limitado mercado interno mineiro.

Devido à localização do pólo industrial - a montante de Belo Horizonte - recomendou-se evitar a instalação de indústrias pesadas na região, uma vez que isso implicaria na poluição da capital⁶. Sendo assim, em 1947, o governo criou um novo distrito industrial, na região de Santa Luzia e Vespasiano, na margem do Rio das Velhas, dadas as seguintes vantagens locacionais: facilidades para escoamento dos detritos industriais; proximidade das fontes de matéria prima e razoável sistema de transporte.

No início da década de 40 foram construídos, também, o complexo de lazer da Pampulha e a Cidade Universitária que, juntamente com a implantação da cidade industrial, representaram a tentativa do governo municipal de recuperar a imagem de Belo Horizonte como cidade rica e moderna. Nesse sentido, procurou-se garantir o alto padrão de ocupação nas proximidades da lagoa, mas não se conseguiu evitar a ocupação do seu entorno pela população de baixo nível de renda.

Pode-se dizer que, durante essa década, o município cresceu em todas as direções e caminhou para a metropolização. Em 1940 a população de Belo Horizonte, igual a 211.377 habitantes, já ultrapassara os 200 mil para os quais a cidade havia sido

⁶ Naquela época não havia a preocupação com as questões relacionadas à preservação do meio ambiente. Os detritos industriais seriam despejados no Córrego Arrudas, cujo volume de água era demasiadamente pequeno para arrasta-los para além da Capital.

projetada e, naquela década, seu incremento ocorreu de forma acelerada a uma taxa média em torno de 5,25% ao ano. Em 1948, o prefeito Octacílio Negrão de Lima reconheceu que *“Belo Horizonte não tem possibilidades de oferecer serviços de infraestrutura demandados pela população crescente”* (PLAMBEL, 1979: 262). Reconheceu, então, que a expansão da Capital deveria ser planejada, ou melhor, replanejada.

A cidade crescia principalmente em direção à região Oeste, como nos períodos anteriores, mas na década de 40 esse crescimento se tornara ainda mais intenso devido à instalação da Cidade Industrial, naquela região, como se mencionou anteriormente. Destaca-se, também, o seu crescimento em direção à região Norte, induzido pela construção do complexo de lazer da Pampulha e pela instalação do distrito industrial de Santa Luzia e Vespasiano.

A década de 40 foi também marcada:

- Pela criação, por parte do poder público municipal, de espaços relativamente próximos à área central, destinados à população de baixo nível de renda, como é o caso do conjunto IAPI, na região da Lagoinha;
- Pela reafirmação do caráter nobre e elitista da região Sul, com o surgimento dos bairros de Lourdes, Santo Agostinho e Cidade Jardim, esse, inclusive, fora dos limites da Avenida do Contorno;
- Pela reafirmação da região Oeste como região operária, em decorrência da implantação da Cidade Industrial;
- Pelo processo de verticalização da área central do município que, em 1946, já se encontrava em estágio bastante avançado.

3.3 – As características do processo de expansão urbana de Belo Horizonte nos anos 50 e 70: a intensificação do processo de metropolização e o início da periferização

Entre 1951 e 1955 Minas Gerais esteve sob o comando de Juscelino Kubitscheck, que acreditava que a precariedade em relação a serviços de infra-estrutura era o grande responsável pela inércia da economia mineira. Nesse sentido, desenvolveu o planejamento de desenvolvimento de Minas Gerais em torno do ‘*binômio energia e transportes*’, os dois grandes problemas do estado. Realizou investimentos na construção de várias hidrelétricas, inclusive concluindo as obras da usina de Salto Grande, considerada por DINIZ (1997) o primeiro passo para a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Em 1952 criou a CEMIG, empresa responsável pela administração de todas as usinas hidrelétricas do estado, sendo importante ressaltar que entre 1952 e 1956 a CEMIG, através da realização de vultosos investimentos, financiados em parte pelo capital estadual e em parte pelo capital estrangeiro, ampliou sua capacidade produtiva de 13 mil para 114 mil quilowatts.

Segundo o PLAMBEL (1979: 274)

“O desenvolvimento do parque industrial de Contagem relacionou-se diretamente à criação da CEMIG em 1952, dando ao crescimento da indústria mineira, na década de 50, taxas superiores à da indústria nacional”.

Em seu mandato, JK realizou também investimentos no sentido de melhorar e ampliar o sistema viário estadual. Porém, essa obra não teve o impacto nem a repercussão daqueles realizados no setor de energia, de forma que, apesar de ter melhorado, o sistema viário mineiro permanecia precário. Nesse período a Avenida Amazonas foi prolongada até a Cidade Industrial e foram abertas as Avenidas Silviano Brandão e Pedro II.

Em 1956, Juscelino Kubitscheck iniciou o seu mandato no governo federal com o objetivo de promover cinquenta anos de crescimento e desenvolvimento

econômico em apenas cinco anos de governo. Houve, naquele período, uma mudança na concepção do papel do poder público enquanto agente econômico, tendo o governo federal participado direta e indiretamente da economia, através de investimentos na produção e geração de empregos e da adoção de políticas públicas, de modo a incentivar o aumento da participação do setor privado, principalmente do capital internacional.

Em relação ao desempenho real da economia, é indiscutível o sucesso do esforço industrializante de JK. As taxas de crescimento econômico apresentaram-se consideravelmente elevadas. A menor taxa de crescimento, a verificada em 1957, foi igual a 7,7% em relação à produção interna do ano anterior e, o crescimento populacional no mesmo período foi inferior a 3,5% ao ano, o que resultou em um aumento do PIB per capita de aproximadamente 4%.

Minas Gerais se beneficiou muito da atenção dada pelo governo federal ao setor de infra-estrutura. Nesse período a CEMIG construiu a Usina de Três Marias em associação com a Comissão Vale do São Francisco; financiando também a Usina de Furnas, garantido a compra de até 50% da energia que seria gerada por ela. Dessa forma, o problema de energia elétrica de Minas Gerais estava praticamente solucionado.

Em relação ao setor de transportes,

“the construction of Brasília, the new capital of the country, made Minas Gerais a necessary link between Rio de Janeiro and Sao Paulo, and the new city. The transport and roads system war greatly expanded, integrating several parts of the Minas territory so far relatively isolated. In short the constuction of Brasilia put an end to the secular problem of transports and communication in the State of Minas Gerais”. (COSTA, 1983: 88).

Segundo DINIZ (1997), no segundo quinquênio da década de 50 várias indústrias, inclusive estrangeiras, se instalaram em Minas Gerais, principalmente na Cidade Industrial de Contagem, implicando no crescimento e diversificação produtiva do referido parque industrial. Segundo COSTA (1983), em 1960 na Cidade Industrial havia 80 indústrias, as quais empregavam 14.863 funcionários, destacando-se a Cidade

Industrial como pólo industrial do estado de Minas Gerais, posição que ocupa ainda hoje. Na realidade, o plano de metas representou para o estado a continuidade das políticas juscelinistas relacionadas ao '*binômio energia e transportes*' e sem dúvida alguma resultou em um crescimento econômico mineiro, sobretudo do setor industrial, em Contagem.

Sabendo-se que o crescimento econômico do governo JK se deu de forma extremamente concentrada na região Sudeste e, somando-se a isso a melhoria do sistema de transporte brasileiro, verificou-se a partir dos anos 50 uma intensificação das migrações internas, principalmente daquelas do tipo rurais-urbanas. Segundo MARTINE (1990), entre 1950 e 1960 aproximadamente 7 milhões de pessoas se mudaram das áreas rurais para as áreas urbanas brasileiras, notadamente para as grandes cidades. Apesar de tamanha magnitude, nos anos 60 o Brasil ainda se apresentava como um país rural, apesar de seu grau de urbanização ter evoluído de 36,2%, em 1950, para 45,4%, em 1960⁷.

O êxodo rural foi ainda maior nos anos 60. Estimativas também apresentadas por MARTINE (1990) para aquele período indicam um total de 12,8 milhões de migrantes rurais-urbanos. O Censo de 1970 revelou o Brasil como um país urbano, sendo importante enfatizar que as migrações rurais-urbanas das décadas de 60 e 70 ocorreram, prioritariamente, em direção às cidades de grande porte.

Na década de 50 as grandes cidades brasileiras se expandiram para além de seus limites administrativos, e esse crescimento populacional não foi proporcionalmente acompanhado por investimentos em infra-estrutura. Em decorrência disso, no final dos anos 50 observou-se o que se convencionou chamar '*crise urbana*', uma vez que a produção e distribuição de bens e serviços urbanos foram realizadas de maneira bastante

⁷ CAMARANO, A. A. e BELTRÃO, K. I. (2000)

precária e desigual. Nesse período se intensificaram os processos de metropolização dos grandes centros urbanos, iniciados nos anos 40; os parcelamentos do solo e a verticalização.

Se por um lado a região sudeste atraía um grande número de emigrantes de outras regiões brasileiras, internamente Minas se apresentava como um estado expulsor de população, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro, o que se explica em função do atraso da indústria mineira em relação à do eixo Rio/São Paulo⁸. Mesmo durante seu processo de desenvolvimento industrial, cujo marco é a década de 1950, Minas Gerais apresentou saldo migratório negativo, destacando-se entre os estados brasileiros que mais perderam população durante o século XX.

Porém, se Minas Gerais desponta no cenário nacional como um estado expulsor de população, internamente algumas regiões se destacaram por atrair considerável número de imigrantes e apresentaram elevado ritmo de crescimento populacional. Pode-se destacar como macro-regiões mineiras de atração “*Belo Horizonte e, principalmente, aquelas que tiveram o seu acesso favorecido pelos novos eixos rodoviários como a Rio-Bahia, São Paulo-Brasília, Rio-Belo Horizonte (neste caso, particularmente a região de Juiz de Fora)*” (BRITO e SOUZA, 1995: 262).

A conjugação da permanência de altos níveis de fecundidade, redução dos níveis de mortalidade e intensa imigração garantiu que a taxa de crescimento populacional de Belo Horizonte permanecesse elevada durante muito tempo, e que as taxas de crescimento dos municípios que atualmente formam, com Belo Horizonte, a

⁸ É importante ressaltar que se a grande concentração de investimento na região Sudeste, durante o governo JK, implicou na intensificação do processo da divisão do trabalho, entre as várias regiões brasileiras, dentro da região Sudeste havia outra divisão de trabalho. Se em São Paulo e no Rio de Janeiro desenvolveu-se um setor industrial voltado para a produção de bens de consumo duráveis, em Minas prevaleceu a indústria intermediária. E, embora a economia mineira tenha crescido no período, o atraso de Minas em relação aos estados mais ricos se tornou também maior, ou seja, o crescimento econômico mineiro foi relativamente menor do que aquele verificado em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Região Metropolitana, viessem a aumentar consideravelmente, ao longo do tempo, como se pode notar na TABELA Nº 2.

TABELA Nº 2:
BELO HORIZONTE, RRMBH* E RMBH - POPULAÇÃO E
TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (1940-2000)

Período	População			Taxa de Crescimento			Participação Relativa		
	BH	RRMBH	RMBH	BH	RRMBH	RMBH	BH	RRMBH	RMBH
1.940	211.377	157.407	368.784						
1.950	352.724	170.195	522.919	5,25	0,78	3,55	91,70	8,30	100,00
1.960	693.328	237.955	931.283	6,99	3,41	5,94	83,41	16,59	100,00
1.970	1.235.030	484.460	1.719.490	5,94	7,37	6,32	68,73	31,27	100,00
1.980	1.780.855	895.537	2.676.392	3,73	6,34	4,52	57,04	42,96	100,00
1.991	2.020.161	1.502.746	3.522.907	1,15	4,82	2,53	28,27	71,73	100,00
2.000	2.238.526	2.119.645	4.358.171	1,17	3,97	2,44	26,14	73,86	100,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

* Todos os municípios da RMBH, com exceção de Belo Horizonte.

Como já mencionado, entre 1940 e 1950 a população de Belo Horizonte cresceu em média 5,25% ao ano e assim que as políticas de incentivo à industrialização começaram a apresentar resultados a taxa de crescimento populacional do município, que já era bastante elevada, aumentou para aproximadamente 7% ao ano, conforme dados da TABELA Nº2. Segundo o PLAMBEL (1986), os movimentos migratórios explicaram em torno de 59% do incremento populacional absoluto de Belo Horizonte, naquele período.

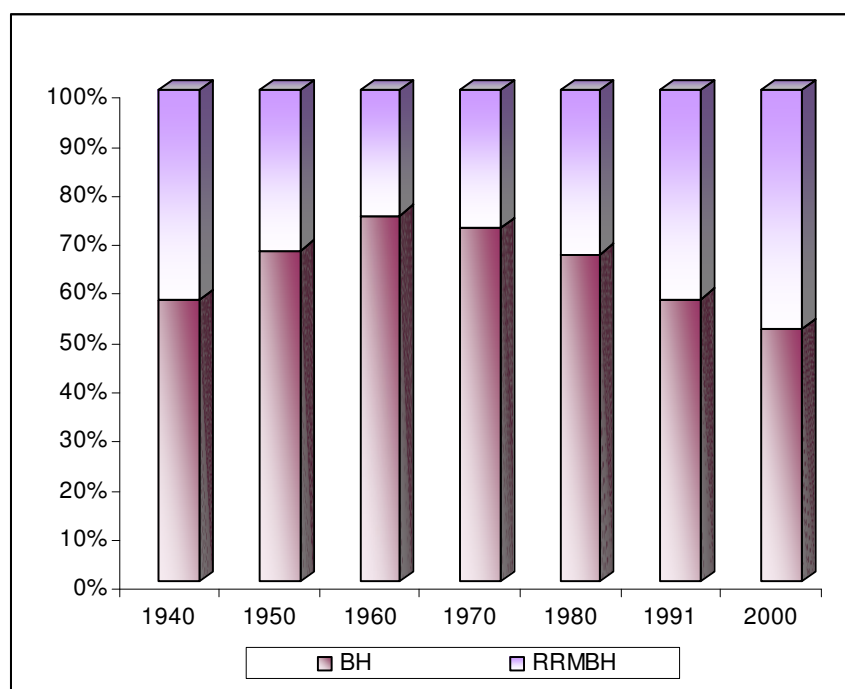
A RRMBH, que entre 1940 e 1950 apresentara taxa de crescimento inferior a 1% ao ano, entre 1950 e 1960 cresceu a um ritmo médio anual de 3,4% e o ritmo de crescimento populacional da RMBH⁹ sofreu um incremento, nesse intervalo, de 3,6% para 5,94%, induzido principalmente pelo acelerado ritmo de crescimento populacional da grande metrópole. Entre 1940 e 1950, 91,7% do incremento da população da RMBH

⁹ Como é sabido, a Região Metropolitana de Belo Horizonte vivencia dois processos de expansão: vertical e horizontal. Em função da expansão horizontal, que se dá através da incorporação de novos espaços periféricos, considerou-se, em todos os períodos dessa Tabela, o conjunto de 34 municípios que no ano 2000 formavam a RMBH.

deveu-se ao crescimento do núcleo, sendo essa participação relativa igual a 83,4%, entre 1950-1960 (TABELA N°2).

Como se mencionou anteriormente, na década de 50 se intensificou o processo de metropolização iniciado nos anos 40. Naquele período foram observadas relações mais intensas entre a capital e alguns municípios vizinhos, principalmente com aqueles que se encontravam em processo de industrialização. E, como resultado da diferença de ritmo de crescimento populacional existente entre a capital e a RRMBH, a concentração da população no grande centro urbano apresentou-se mais elevada, nos anos 50, comparativamente àquela verificada nos anos 40 (GRÁFICO N° 1).

GRÁFICO N° 1:
RMBH - POPULAÇÃO, SEGUNDO O LUGAR DE RESIDÊNCIA (1940-2000)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

No entanto deve-se notar que o crescimento populacional foi bastante diferenciado no espaço metropolitano. Na região Oeste, foi observado o lançamento de

vários loteamentos no Barreiro e nos municípios de Contagem, Betim e Ibirité, constituindo a primeira frente de conurbação de Belo Horizonte.

Segundo o PLAMBEL (1986), na década de 1950, dos 113 loteamentos lançados em Belo Horizonte, Contagem e Betim, aproximadamente 58 (totalizando 50.400 lotes) localizavam-se em Contagem e Betim. De acordo com o referido documento, esses loteamentos foram lentamente ocupados, devido ao caráter especulativo dos mesmos, mas, apesar disso, a população da região Oeste cresceu assustadoramente não apenas em função desses lançamentos mas, também, devido à ocupação de loteamentos mais antigos e das invasões. Para se ter uma idéia, entre 1950 e 1960 a população de Contagem cresceu, em média, 16,5% ao ano, um ritmo de crescimento populacional muito superior àquele verificado em Belo Horizonte no mesmo período.

Em relação ao processo de expansão da capital, é preciso elucidar que, nos anos 50, o complexo da Pampulha continuou a induzir parcelamentos de terra na região Norte, mas em menor ritmo comparativamente à década anterior. Esse processo foi tão intenso que se pode afirmar que, naquela década, teve início a segunda frente de conurbação de Belo Horizonte, desta vez com os municípios de Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

É oportuno ressaltar que, de modo geral,

“A nova periferia que se forma neste contexto urbano industrial apresenta um padrão extremamente precário que traz as marcas do improvisado, do inacabado e da carência absoluta e reflete o ritmo acelerado de construção exigido pela dinâmica de crescimento da cidade, caracterizando-se como espaço da simples reprodução da força de trabalho, totalmente excluído da fruição do urbano” (PLAMBEL, 1986: 79)

Se por um lado as áreas periféricas da RMBH e de Belo Horizonte cresciam aceleradamente, por outro lado o Centro permanecia relativamente vazio, uma vez que

era tido como um espaço reservado às atividades terciárias (SÍLVIO VASCONCELLOS, 1947 in PLAMBEL, 1986). Mas apesar disso, o processo de verticalização iniciado em períodos anteriores se intensificou. Inclusive, foram construídos na área central do município alguns edifícios residenciais que, devido à inexistência de regulamentação específica, seguiram aquela estipulada para os prédios comerciais.

Nos anos 50 os imóveis da região central eram altamente sujeitos à especulação imobiliária, devido à concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos indivíduos. Em decorrência do elevado preço da terra, os imóveis na área central, principalmente os residenciais, eram caríssimos. Então, mesmo com as altas taxas de crescimento populacional e com uma razoável oferta de imóveis residenciais naquela área, ela permanecia relativamente vazia. De acordo com o PLAMBEL (1979: 276), “*o crescimento das favelas foi muito mais acelerado do que o da capital como um todo*”. É indispensável dizer que os movimentos pendulares se intensificaram, principalmente aqueles que tinham como destino o município de Belo Horizonte, tendo em vista a concentração no mesmo das oportunidades de emprego e da disponibilidade de equipamentos urbanos.

Em função dessas disparidades, de tão elevado ritmo de crescimento populacional e da intensificação dos movimentos pendulares, percebe-se, no período, o agravamento dos problemas de infra-estrutura, que já existiam na metrópole. Segundo relatório da SAGMACS¹⁰ (PLAMBEL, 1979 e 1986), nos anos 50, aproximadamente 47% da população belo-horizontina vivia em condições subumanas, ou seja, era carente em relação a serviços de abastecimento de água, esgoto, educação e assistência médica, por exemplo.

¹⁰ SAGMACS: Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais.

Segundo tal relatório, em parte esses problemas eram explicados pela própria situação sócio-econômica brasileira, naquele período, caracterizada pela baixa oferta de emprego, baixos salários, e pela incapacidade financeira do setor público.

Por outro lado, é importante elucidar que, naquele período, Belo Horizonte já se caracterizava como pólo de atração regional, sendo responsável pelo crescimento/desenvolvimento de vários outros municípios ao seu redor. Por esse motivo, a ausência de planejamento regional é freqüentemente apontada como um dos fatores responsáveis pela “*desordem urbana*” verificada no município no final dos anos 50.

Naquela ocasião, o Prefeito Amintas de Barros demonstrou a preocupação de fazer um plano diretor para Belo Horizonte, reconhecendo a necessidade de “*disciplinar*” o crescimento da capital, principalmente das áreas periféricas ainda localizadas dentro dos limites da Avenida do Contorno, ou seja, na área urbana do projeto original. O plano diretor também deveria conter regulamentações para a instalação de parques industriais e para a aprovação de novos loteamentos e vilas no município, bem como uma solução para as favelas que já haviam se formado.

Era uma proposta inovadora tendo em vista que o “*Serviço do Plano Diretor*”, existente no município desde a administração do Prefeito Américo Renné Gianetti (1951) restringiu-se ao melhoramento da estrutura viária, através da construção de vias como a Avenida Américo Vespúcio, para ligar as Avenidas Antônio Carlos e Pedro II e a Avenida Silva Lobo, para ligar a Avenida Amazonas à Avenida Teresa Cristina, dentre outras.

Na década de 60 o governo mineiro incentivou o processo de industrialização do estado através do BDMG, INDI e CDI, além da adoção de políticas de incentivo fiscal e abertura à entrada de capital estrangeiro. Em decorrência dessas políticas foram

verificadas algumas mudanças substantivas na economia de Belo Horizonte e de alguns municípios da RMBH. Dentre elas destacam-se:

- Em Betim a instalação da Refinaria Gabriel Passos, ainda nos anos 60, e da FIAT Automóveis e do Distrito Industrial Paulo Camilo, nos anos 70 e em Contagem a implantação e ocupação do CINCO (Centro Industrial de Contagem), também nos anos 70, contribuíram para firmar a região Oeste como pólo industrial do aglomerado urbano;
- Em Santa Luzia verificou-se, nos anos 70, a implantação de um distrito industrial, mudando as características sócio-econômicas do município;
- Ao Sul, a mineração se intensificou nos municípios de Nova Lima e Ibirité;
- E ao Norte verificou-se a exploração de calcáreo em Vespasiano, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo.

Paralelamente a todas essas transformações, o setor terciário da região também se ampliou e se modernizou com a instalação do CEASA e MAKRO, nas regiões Noroeste e Oeste da capital, respectivamente.

É importante ressaltar que, se por um lado, no início dos anos 60, a economia brasileira apresentava elevadas taxas de crescimento em resposta às políticas públicas federais, por outro lado a economia mineira teve um desempenho superior à média nacional, devido às políticas de estímulo ao setor industrial, anteriormente comentadas.

Durante os anos 60, a RMBH passou a ser reconhecida como o centro econômico do Estado de Minas Gerais. Para alguns autores, naquele período Belo Horizonte começou a exercer, de fato, o seu principal papel: o de polarizar a economia mineira.

Além de se destacar pela concentração e dinamismo econômico, a RMBH também passou a se destacar pela alta concentração e pelo elevado ritmo de crescimento populacional. Nos anos 60, sua população cresceu, em média, a um ritmo de 6,32% ao ano. A RRMBH não apenas aumentou o seu ritmo de crescimento para 7,37% a.a., como ultrapassou o ritmo de crescimento da Capital que, apesar de continuar elevado e igual a 5,94% a.a., já se apresentava em declínio (TABELA N°2). Naqueles anos teve início o processo de periferação da população na RMBH.

Como consequência desse frenético ritmo de crescimento populacional, associado à falta de planejamento regional e urbano, a “*desordem urbana*” aumentou ao invés de diminuir. Entre 1963 e 1964, por exemplo, verificou-se um intenso processo de ocupação de terras e de formação de vilas clandestinas, em Belo Horizonte.

É importante ressaltar que o problema do desordenado processo de ocupação e expansão urbana, e mais precisamente o déficit habitacional, não se faziam presentes apenas na Capital mineira, mas em todos os grandes centros urbanos brasileiros, sendo motivo de preocupação de praticamente todas as esferas governamentais.

Uma primeira ação do governo militar para tentar solucionar o problema da desordem urbana foi regulamentar a expansão dos grandes centros urbanos, através da promulgação das Leis 4591/64, 4380/64 e 4864/65. No caso específico de Belo Horizonte, em Setembro de 1964 foi criada a Superintendência de Terras Urbanas e Rurais (SUTUR), que tinha a finalidade de “*estudar e propor as normas necessárias à efetivação da reforma urbana e determinar os preços dos lotes a serem lançados no mercado*”, mas se torna “*desnecessário afirmar que a Lei N° 1.072 se tornou letra morta dada a incompatibilidade de seus propósitos com os do modelo político econômico inaugurado em Abril*” (PLAMBEL, 1979: 314).

Naquele mesmo ano, com o intuito de solucionar ou pelo menos minimizar o problema do déficit habitacional, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). Mas suas ações se tornaram mais efetivas apenas após 1967, quando passou a receber fundos do FGTS. Infelizmente, ainda no final dos anos 60, o BNH deixou de cumprir sua principal função e passou a financiar a indústria da construção civil, privilegiando a população de renda mais elevada.

Internamente ocorria exatamente o mesmo que se verificava na esfera nacional, ou seja, o poder público estadual, apesar de ter se tornado mais atuante, agiu de forma a privilegiar a população de renda média e alta e, inclusive, a favorecer o processo de acumulação de capital, na medida em que priorizou investimentos necessários ao processo de industrialização¹¹ e também na medida em que continuou distribuindo de maneira desigual as infra-estruturas urbanas, disponibilizando-as apenas para quem pudesse pagar por elas.

Agindo dessa forma, o Estado contribuiu para o fortalecimento do processo de segregação espacial, já existente em Belo Horizonte desde o plano original de construção do município, e para a extrapolação dessa segregação para os demais municípios da RMBH. Em outras palavras, a periferização ocorreu de forma diferenciada, segundo o nível sócio-econômico dos indivíduos e a dotação de serviços urbanos, em cada município da RMBH, sendo esse último um dos determinantes do preço da terra.

Nos anos 60, Belo Horizonte e alguns municípios vizinhos, apesar de constituírem administrações independentes, já estabeleciam intensas relações quotidianas de dependência (AZEVEDO E MARES GUIA, 2003). Essa relação entre o grande centro e os municípios periféricos existente também em outros estados da

¹¹ Como exemplo pode-se mencionar as inversões na manutenção e ampliação do sistema viário necessário tanto para o escoamento da produção quanto para o deslocamento da mão-de-obra.

federação levou o governo federal a admitir que a *'desordem urbana'* seria solucionada, ou pelo menos minimizada, apenas se considerada no contexto metropolitano, ou seja, se o planejamento urbano extrapolasse os limites físicos da capital, alcançando os municípios vizinhos.

3.4 – O processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH, a partir dos anos 70: a intensificação da periferização e o abandono da prática de planejamento.

As principais Regiões Metropolitanas brasileiras, dentre elas a RMBH, foram institucionalizadas em 1973¹², objetivando a realização de serviços que atendessem a demanda da população da capital e da periferia. Segundo AZEVEDO e MARES GUIA (2003: 210), naquela ocasião *“as Regiões Metropolitanas contavam com uma estrutura institucional e a disponibilidade de recursos financeiros, que permitiram a implementação de vários projetos, especialmente na área de saneamento básico, transporte e tráfego urbano”*. Os recursos financeiros para a implementação dos planejamentos urbanos para as áreas metropolitanas tinham origem na esfera federal e estadual.

No caso específico de Minas Gerais, o governo, consciente dos processos de metropolização e periferização da população da região metropolitana e dos problemas deles decorrentes, criou o PLAMBEL, em 1971, órgão responsável pelo planejamento sócio-econômico de Belo Horizonte e do conjunto de municípios que, juntamente com a Capital, formaria a Região Metropolitana de Belo Horizonte em 1973. No ano de sua

¹² Em 1973 foram criadas as 9 principais Regiões Metropolitanas Brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Belém.

implementação, a RMBH possuía 14 municípios¹³ e uma população aproximada de 1.800.000 habitantes.

Como foi discutido ao longo desse capítulo, não apenas Belo Horizonte, mas toda a RMBH se expandiu ao longo do tempo. Nesse processo de expansão metropolitana foram observados dois fenômenos: a verticalização e a expansão horizontal. O primeiro caracteriza-se pelo confinamento da população em prédios residenciais e o segundo pela ocupação de áreas ociosas dentro dos próprios municípios que já pertenciam a RMBH e também pela incorporação de novos municípios, que passaram a sofrer influência direta de Belo Horizonte e demais municípios. Como consequência da expansão horizontal, atualmente a RMBH é formada por 34 municípios e conta com uma população de 4.358.171 habitantes.

Nos anos 70 a RMBH crescia a uma taxa média anual de 4,52% enquanto a RRRMBH crescia a uma taxa de 6,34% ao ano. Como se pode notar, a metropolização e a periferização seguiam seu curso, porém de forma mais lenta comparativamente ao ritmo desses processos na década anterior.

A exemplo do que vinha ocorrendo nas últimas décadas, nos anos 1970 Belo Horizonte e a RMBH cresceram em todas as direções, mas principalmente para o Oeste e para o Norte. A primeira já havia se consolidado nos anos 60, como pólo industrial da RMBH; na região Norte, intensificou-se a ocupação da região de Venda Nova, São Benedito, Santa Luzia e Ribeirão das Neves, consolidando o processo de conurbação de Belo Horizonte nessa direção, iniciado nos anos 50. Além disso, observou-se, naquele período, a intensificação do processo de verticalização do centro, ao mesmo tempo em que se detectou uma redução de aproximadamente 13.500 habitantes nessa região.

¹³ A RMBH foi institucionalizada em 1973 e, de acordo com a Lei federal nº 14 de 08/06/73 constituída por 14 municípios, a saber: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão Das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

A década de 70 verificou-se a especialização da área central da Capital como um espaço comercial. Na zona Sul, o processo de verticalização antes tímido se intensificou, porém mantendo-se como um espaço reservado, pela atuação do governo municipal e pelo mercado imobiliário privado, para a população de nível sócio-econômico mais elevado. Data desse período a verticalização dos bairros Santa Lúcia, Santo Antônio, São Bento e Luxemburgo.

Também nos anos 70 a expansão de Belo Horizonte e da RMBH foi acompanhada pela realização de investimentos na rede viária, de forma a garantir a mobilidade pendular de um número cada vez maior de pessoas, com maior rapidez. Naquela década tiveram início as obras de construção do metrô de superfície, a ampliação da Avenida Cristiano Machado e do complexo viário da lagoinha e a construção da via Leste-Oeste. Esses investimentos reforçaram o sentido natural de expansão do município e da RMBH nas direções Norte e Oeste.

A década de 70 foi também marcada pelo lançamento de um grande número de loteamentos na RMBH. Segundo COSTA (2003: 162), “*estudos da época realizados pelo PLAMBEL apontavam, na primeira metade da década, a produção de 44 mil novos lotes, o que correspondia a uma extensão de terras suficiente para abrigar 220 mil pessoas, ou seja, 14% da população total da região metropolitana em 1970*”. A autora identificou 3 tipos diferenciados de loteamentos, a saber:

- Tipo chácaras, com lotes de 2.000 m², em média. Esses parcelamentos normalmente possuíam infra-estrutura e eram usados como segunda residência da família. Muitos deles eram fechados e de acesso restrito.
- Com lotes de 360 a 1000 m², localizados na área urbana e dotados de infra-estrutura.
- Populares com lotes de até 360 m², sem infra-estrutura.

Esses loteamentos se diferenciavam, ainda, em relação à sua localização: os melhores parcelamentos localizavam-se na região Sul de BH e da RMBH, enquanto a maioria dos loteamentos populares ao Norte, fortalecendo ainda mais o processo de segregação espacial da população no município e na RMBH.

Entre 1972 e 1976 o mercado imobiliário metropolitano priorizou o lançamento de loteamentos dotados de infra-estrutura, obedecendo as exigências legais para os parcelamentos da terra. No entanto é necessário elucidar que em municípios onde a fiscalização era menor, como em Ribeirão das Neves e Ibirité, por exemplo, o mercado imobiliário continuou produzindo loteamentos para a população de nível de renda mais baixo.

A qualidade dos loteamentos foi a principal estratégia do mercado imobiliário para controlar o uso e ocupação do solo na RMBH, pois através de sua influência direta sobre o preço do lote, o mercado imobiliário selecionava os habitantes das regiões mais nobres da capital, expulsando para as áreas periféricas do próprio município ou, ainda, para outros municípios da RMBH a população de nível sócio-econômico mais baixo. Indubitavelmente, esse processo explica a consolidação da conurbação de Belo Horizonte em direção a Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano.

Se no início dos anos 1970 o mercado imobiliário se caracterizou por priorizar a população de elevado nível de renda, seu segundo quinquênio caracterizou-se por voltar-se para a produção de loteamentos populares, isto é, para a produção de *“espaços de dimensões suficientes para abrigar algumas centenas de milhares de pessoas desprovidas das mais elementares condições de habitabilidade e acessibilidade urbana”* (COSTA, 2003: 163). É conveniente elucidar que o lançamento de loteamentos carentes de infra-estrutura urbana foi uma característica do mercado imobiliário nacional e não apenas mineiro, naquele período.

Se no contexto nacional o aumento da oferta de loteamentos para população de baixa renda, verificada no final dos anos 70, se explica pelo aumento do nível de desemprego, perda de poder aquisitivo da classe trabalhadora, concentração de renda e pela inflação alta e crescente, internamente esse problema se justifica pelo padrão de crescimento econômico estabelecido por Minas Gerais: uma economia caracterizada por baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, dado o nível tecnológico do setor industrial; concentração de renda e baixos níveis salariais, a exemplo do que vinha ocorrendo na economia brasileira.

Naquele período verificou-se o lançamento de loteamentos populares em Ribeirão das Neves (incluindo aqueles que foram lançados em Justinópolis, um de seus distritos), Ibitaré e Betim e também nos municípios de Igarapé, Matheus Leme e Esmeraldas¹⁴. Normalmente eram clandestinos, caracterizados pela escassez de oferta de serviços públicos como abastecimento de água e rede de esgoto, ausência de área destinada à construção de equipamentos comunitários como escolas e hospitais, além de se localizarem em regiões muito distantes do núcleo da RMBH.

Além do lançamento desses loteamentos, a oferta habitacional para a população de baixa renda se intensificou devido a uma atuação efetiva da COHAB-MG e do INOCOOP, que naquele período entregaram à população grandes conjuntos habitacionais como os conjuntos Cristina e Palmital, localizados na região Norte. Segundo o PLAMBEL (1995: 82), “*São Benedito, onde se localizam os conjuntos Palmital e Cristina, recebeu, em curtíssimo período, uma leva de 30 mil novos moradores, atingindo uma taxa irreal de crescimento de 43% ao ano em duas décadas*”.

¹⁴ Esses municípios foram incorporados a RMBH apenas recentemente, na década de 90.

A intensificação dos parcelamentos populares implicou na acentuação das desigualdades na oferta dos serviços urbanos. Como exemplo, na área central e zona sul entre 99 e 100% da população tinham acesso aos serviços urbanos como abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo e luz elétrica, enquanto nas periferias mais afastadas aproximadamente 40% dos domicílios tinham água tratada, 13% possuíam rede de esgoto e 16% eram servidos pelo serviço de coleta de lixo (PLAMBEL, 1986).

A partir dos anos 80, a prática de planejamento regional e urbano foi, aos poucos, abandonada. No caso específico das regiões metropolitanas, essa mudança implicou em perdas significativas, tendo em vista o corte de verbas federais destinadas às mesmas, ficando a responsabilidade de planejamento do espaço metropolitano inicialmente atribuída ao governo Estadual e, posteriormente, ao governo municipal. Nesse contexto, os órgãos criados para realizarem os planejamentos dessas áreas se enfraqueceram e, inclusive, foram extintos.

No caso específico de Minas Gerais, o PLAMBEL começou a se enfraquecer no início dos anos 80 e em 1987, com a criação da Secretaria Estadual de Assuntos Metropolitanos (AMBEL), aquela instituição deixou de ser responsável pelas decisões referentes ao planejamento regional, que ficaram a cargo da administração Estadual até 1989. Naquele ano, a responsabilidade sobre o planejamento regional foi transferida ao governo municipal.

Perdendo paulatinamente suas atribuições, o PLAMBEL acabou sendo extinto em 1996 e suas responsabilidades foram divididas entre a Secretaria Estadual de Planejamento e a Fundação João Pinheiro (AZEVEDO e MARES GUIA, 2003). Segundo os mesmos autores citados, a AMBEL tem autonomia para realizar o planejamento da RMBH, mas na prática seu poder é limitado, uma vez que:

- O governo estadual controla os instrumentos efetivos de política pública, na medida em que controla a oferta de serviços públicos tais como abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, dentre outros.
- Não conta com recursos financeiros próprios para a realização dos projetos, pois o “*fundo de desenvolvimento metropolitano*” ainda não foi regulamentado, e sua regulamentação não é de interesse de alguns municípios, tendo em vista que terão que realizar contribuições volumosas, não completamente compensáveis econômica e politicamente.

Em termos de planejamento regional e urbano, o que se tem observado são formações de parcerias entre municípios, como medida alternativa para solucionar problemas comuns aos mesmos. Sendo assim, o crescimento da RMBH passou, então, a ser orientado basicamente pelo mercado imobiliário privado.

Segundo o PLAMBEL (1986), em função das penalidades impostas aos novos parcelamentos pela Lei Federal Nº 6.766/1979, verificou-se o arrefecimento dos lançamentos dos loteamentos populares, a partir dos anos 80. Por outro lado, na década de 80, o mercado imobiliário privado intensificou a oferta de loteamentos para a população de alto nível de renda. E, se na década de 70 esses parcelamentos consagraram-se como segunda residência ou espaços de lazer para a classe média e alta que mantinha sua residência principal no grande centro urbano, nos anos 80 o espaço antes ocasionalmente ocupado foi aos poucos se transformando em primeira residência da família, que buscava nos condomínios fechados a melhoria da qualidade de vida, seja pela proximidade da natureza seja por questões relacionadas à segurança. (PLAMBEL, 1995 e ANDRADE, 2003).

Se por um lado a prática de planejamento regional e urbano foi sendo paulatinamente abandonada, por outro lado a metropolização e a periferização continuavam seguindo seu curso mais lentamente. Esses processos têm se mostrado cada vez mais influenciados pelos movimentos migratórios internos, tendo em vista as reduções dos níveis de fecundidade e mortalidade. Por esse motivo, a análise da expansão de Belo Horizonte e da RMBH nos anos 80 e 90 será feita a partir da compreensão do papel exercido pelas migrações interestaduais e intraestaduais nesse contexto. Esse será o objeto de estudo do próximo capítulo.

4. O PAPEL DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DA RMBH

Para melhor compreensão do processo de expansão de Belo Horizonte e da RMBH nos anos 1980 e 1990, entende-se como imprescindível analisar o papel dos movimentos migratórios na constituição da população dessas regiões. Nesse sentido, serão analisados os movimentos migratórios interestaduais e intra-estaduais em direção a RMBH, e, posteriormente, os movimentos intrametropolitanos. Deve-se lembrar que será considerada apenas a informação de data-fixa em cada Censo, devido à eliminação no último Censo Demográfico do quesito que fornece o nome do município de residência anterior (informação de última etapa).

4.1 – As migrações interestaduais

No contexto das migrações internas, Minas Gerais sempre se destacou, pelo menos até os anos 80, como um grande fornecedor líquido de população para outros estados da federação, colocando-se lado a lado com a região Nordeste, por sua vez bastante conhecida pela enorme perda líquida populacional, principalmente para a região Sudeste do país. Segundo BRITO e SOUZA (1995: 260), “entre 1900 e 1920, Minas foi responsável por 40% das emigrações líquidas ocorridas no Brasil, assim como nas duas décadas seguintes. O que significou uma perda estimada de 838.552 pessoas para outros estados”. Segundo estimativa dos referidos autores, apenas na década de 40 Minas Gerais apresentou um saldo migratório de -601.788 pessoas e uma Taxa Líquida de Migração que indicava que a população mineira, ao final dos anos 40, seria aproximadamente 60% maior, na ausência dos movimentos migratórios.

Apesar dos elevados saldos migratórios negativos, a população mineira crescia aceleradamente. Nos anos 1950, Minas Gerais apresentou um crescimento populacional em torno de 2,4% ao ano, resultante de um alto crescimento vegetativo devido ao declínio da mortalidade combinado à permanência da fecundidade em altos patamares. Naquele mesmo período as cidades mineiras cresceram em torno de 5,2% ao ano enquanto as áreas rurais apresentaram crescimento populacional inferior a 1%. As diferenças de ritmos de crescimento entre as populações rurais e urbanas se explicam pelo enorme êxodo rural verificado em Minas Gerais – e em todo o Brasil – naqueles anos, como se comentou no Capítulo 1.

Paralelamente ao fluxo rural-urbano, permaneciam intensos os fluxos migratórios interestaduais, com Minas Gerais mantendo sua posição de grande fornecedor de mão-de-obra para outros estados brasileiros. Segundo BRITO e SOUZA (1995:262), de modo geral *“a articulação de um crescimento espacialmente concentrado da economia com um sistema de transporte eficaz levou a um aumento enorme nas migrações internas”*. Segundo estimativas desses autores, nos anos 50 a perda líquida populacional de Minas Gerais foi de aproximadamente 600 mil pessoas, valor muito próximo àquele verificado nos anos 40.

No período 1960-1970, o saldo migratório mineiro foi negativo e muito alto, como se pode notar na TABELA N°3. No período, em termos líquidos, Minas Gerais perdeu 1.514.750 habitantes para outros estados da federação. Segundo BRITO e SOUZA (1995), aqueles foram anos de recessão econômica no país, atingindo Minas Gerais através da estagnação da atividade agrícola e do arrefecimento do volume de investimentos no setor industrial mineiro.

TABELA N°3:
MINAS GERAIS - IMIGRANTES, EMIGRANTES E SALDO MIGRATÓRIO
INTERESTADUAL (1960 – 1991)

Período	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
1960-1970	526.999	2.041.749	-1.514.750
1970-1980	612.597	1.238.859	-626.262
1981-1991	797.653	1.019.541	-221.888

Fonte: Carvalho, Brito, Ribeiro e Rigotti (1998)

A partir dos anos 70, observam-se, simultaneamente, duas mudanças no padrão migratório mineiro: o aumento do número de imigrantes e a redução do número de emigrantes interestaduais, alterando significativamente o saldo migratório interestadual apresentado por Minas Gerais (TABELA N°3). Segundo CARVALHO et all (1998), essas modificações sugerem ter havido um aumento dos poderes de atração e de retenção populacional do estado, justificados pelo bom desempenho da economia mineira naquele período, resultante de

“uma agressiva política de incentivos fiscais e a criação de um aparato institucional de fomento e captação de investimentos comandados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico, pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais e executados pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial” (BRITO e SOUZA, 1995: 263).

Como consequência desse conjunto de medidas, vários setores da economia que estavam estagnados ou apresentando crescimento irrisório passaram a crescer a taxas significativamente altas. Segundo CARVALHO *et all* (1998), entre 1970 e 1980, o PIB mineiro cresceu 10% ao ano, em média, devido ao bom desempenho da indústria de transformação, extração mineral, construção civil, setor de serviços (industriais) e também devido ao bom desempenho da agropecuária, sendo criados no Estado, naquele período, 1.478.000 novos postos de trabalho.

Nos anos 1980, a economia mineira, assim como a brasileira, encontrava-se em recessão. Segundo CARVALHO *et all* (1998), naquele período o número de emigrantes mineiros continuou diminuindo e o número de imigrantes interestaduais em Minas

Gerais continuou aumentando. O fato é que em um período de tempo muito curto as características dos movimentos migratórios mineiros se alteraram significativamente e entre 1981-1991 o saldo migratório interestadual mineiro, apesar de ter permanecido negativo (igual a -221.888 pessoas), foi bastante inferior àquele verificado nas décadas anteriores.

Os resultados apresentados por CARVALHO *et all* (1998), referentes às informações da última etapa migratória, são compatíveis com aqueles encontrados em MATOS *et all* (2004) e também em BRITO e AUGUSTO (2006), cujas estimativas tiveram como referência as informações “*data-fixa*”. Esses últimos identificaram que entre 1986 e 1991 a perda líquida populacional mineira foi de 107.505 mil pessoas e que entre 1995 e 2000 Minas apresentou, pela primeira vez, ganho líquido populacional igual a 39.125 pessoas. Esse pequeno, mas positivo, saldo migratório interestadual é uma das principais características da mudança do padrão migratório até então vigente: de fornecedor de mão de obra para outros estados, Minas se transforma, nos anos 90, em receptor líquido de população.

Segundo MATOS *et all* (2004), a inversão do saldo migratório de negativo para positivo deveu-se principalmente às mudanças nas características das trocas populacionais entre Minas Gerais e São Paulo. Segundo o autor, ao mesmo tempo em que ocorreu um aumento do número de emigrantes paulistas para Minas Gerais, ocorreu uma redução do número de emigrantes mineiros para São Paulo e, em decorrência disso, o saldo migratório de Minas em relação a São Paulo passou de -90.268 para 23.458 indivíduos. No entanto, algumas regiões mineiras, como Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas continuaram apresentando saldos migratórios negativos com aquele estado.

Além desse fator, CARVALHO *et all* (1998) inferiram que existe uma forte participação da migração de retorno na mudança do padrão migratório mineiro, através da verificação de que os principais estados de origem dos imigrantes interestaduais em Minas Gerais coincidem com os principais estados de destino dos mineiros que deixaram o estado em algum momento anterior.

No período 1986-1991 entraram em Minas Gerais 371.891 indivíduos provenientes de outros Estados brasileiros e entre 1995-2000 o volume da imigração interestadual foi de 447.783 pessoas, sendo que em ambos os períodos, São Paulo e Rio de Janeiro contribuíram com mais de 50% do fluxo. Além desses, destacaram-se também como principais origens os estados da Bahia, Espírito Santo e Goiás.

Tanto entre 1986-1991 quanto entre 1995-2000 salientam-se como principais destinos desses imigrantes em Minas Gerais a Mesoregião Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a Zona da Mata mineira. Internamente a essas mesoregiões destacam-se como destinos prioritários as seguintes microrregiões: RMBH, Uberlândia e Juiz de Fora, respectivamente.

TABELA Nº 4:
MINAS GERAIS - IMIGRANTES INTERESTADUAIS, SEGUNDO A MESOREGIÃO DE DESTINO (1986-1991 e 1995-2000)

Mesoregião Mineira	1986-1991		1995-2000	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Campo das Vertentes	8.970	2,41	9.994	2,23
Central Mineira	3.573	0,96	4.318	0,96
Jequitinhonha	8.286	2,23	10.136	2,26
Metropolitana de Belo Horizonte	84.846	22,81	91.146	20,36
RMBH	71.976	19,35	79.615	17,78
Noroeste de Minas	7.678	2,06	11.064	2,47
Norte de Minas	19.282	5,18	24.662	5,51
Oeste de Minas	9.391	2,53	13.035	2,91
Sul e Sudoeste de Minas	72.451	19,48	100.203	22,38
Triângulo Min./Alto Paranaíba	72.353	19,46	83.914	18,74
Uberlândia	33.473	9,00	40.337	9,01
Vale do Mucuri	8.657	2,33	9.030	2,02
Vale do Rio Doce	28.540	7,67	31.583	7,05
Zona da Mata Mineira	47.865	12,87	58.697	13,11
Juiz de Fora	17.119	4,60	22.562	5,04
Minas Gerais	371.891	100,00	447.783	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Como se pode notar na TABELA Nº4, em se tratando dos movimentos migratórios interestaduais,

“fica evidente que a região metropolitana não possui poder de atração suficiente para se isolar como área de absorção de migrantes de outros estados. Nesse caso, as regiões próximas às áreas economicamente mais dinâmicas do país e com pólos regionais importantes, como Uberlândia, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Varginha e Pouso Alegre, destacam-se como novas opções de destino”. (RIGOTTI e VASCONCELLOS, 2003:51)

De modo geral, o que se pode dizer em relação ao destino dos imigrantes é que eles procuram se dirigir para as regiões onde há centralização da atividade econômica, uma vez que nessas se concentram as oportunidades de emprego.

Para os migrantes, amplos mercados de trabalho representam maiores chances de sucesso na realização do movimento migratório e, por esse motivo, não surpreende o fato da RMBH atrair grande número de imigrantes interestaduais, uma vez que nela há concentração da atividade econômica devido ao grande número de empresas em várias

idades que compõem esse aglomerado. Também não surpreende a atração exercida por Uberlândia e Juiz de Fora em parte pela proximidade espacial com São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, e em parte pelo dinamismo econômico apresentado por essas micro-regiões nas últimas décadas.

Os dados censitários indicaram ter havido uma pequena redução no poder de atração exercido pela RMBH, pois do total de imigrantes interestaduais no período 1986-1991 aproximadamente 19,35% tiveram como destino algum município daquela microrregião ao passo que entre 1995-2000 esse percentual reduziu-se para 17,78%. Porém, essa redução foi apenas relativa, tendo a RMBH recebido um número maior de imigrantes interestaduais entre 1995-2000 (76.615 pessoas) do que entre 1986-91 (71.976).

E, com valores tão elevados, ela permanece entre as principais regiões receptoras do Estado, embora não se isole como área de absorção dos imigrantes interestaduais, como dito anteriormente. Em função disso, não se pode negar a importância dessas migrações para o processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH.

4.2 – As migrações intra-estaduais

As migrações intra-estaduais, apesar de não influenciarem no ritmo de crescimento populacional do estado, são significativas porque alteram a distribuição espacial dessa população e, juntamente com a mortalidade e a fecundidade, determinam o ritmo de crescimento e a estrutura etária de cada município, individualmente.

Na TABELA N°5 encontram-se os dados da população de Minas Gerais, por meso-regiões. De acordo com esses dados pode-se notar que a população do estado

aumentou de 15.743.533 habitantes, em 1991, para 17.905.134 habitantes, em 2000, apresentando um ritmo de crescimento médio anual de aproximadamente 1,47%.

TABELA Nº5:
MINAS GERAIS - POPULAÇÃO, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO, SEGUNDO MESOREGIÕES (1991-2000)

Meso-região	População				Taxa Cresc. 1991-2000	Delta
	1991		2000			
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)		
1 – Noroeste de Minas	305.285	1,94	334.534	1,87	1,04	1,35
2 - Norte de Minas	1.359.049	8,63	1.495.284	8,35	1,09	6,30
3 – Jequitinhonha	658.238	4,18	679.850	3,80	0,37	1,00
4 - Vale do Mucuri	395.319	2,51	382.977	2,14	-0,36	-0,57
5 - Triângulo Mineiro/A.Paranaíba	1.595.818	10,14	1.871.237	10,45	1,82	12,74
6 - Central Mineira	348.315	2,21	381.601	2,13	1,04	1,54
7 - Metropolitana de B. Horizonte	4.620.624	29,35	5.588.300	31,21	2,18	44,77
RMBH	3.522.908	22,38	4.358.171	24,34	2,44	38,64
8 - Vale do Rio Doce	1.461.427	9,28	1.535.177	8,57	0,56	3,41
9 - Oeste de Minas	726.059	4,61	839.112	4,69	1,65	5,23
10 - Sul/Sudoeste de Minas	1.961.401	12,46	2.251.629	12,58	1,57	13,43
11 - Campo das Vertentes	464.907	2,95	511.956	2,86	1,10	2,18
12 - Zona da Mata	1.847.093	11,73	2.033.478	11,36	1,09	8,62
Minas Gerais	15.743.533	100,00	17.905.134	100,00	1,47	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais de 1991 e 2000

Porém, o ritmo de crescimento apresenta-se bastante heterogêneo se forem consideradas as meso-regiões como unidades espaciais de análise. Grosso modo, pode-se dizer que as regiões mais pobres do Estado apresentaram crescimento populacional mais lento, enquanto as mais ricas apresentaram um crescimento populacional mais acelerado, entre 1991 e 2000.

A taxa de crescimento populacional da meso-região Metropolitana de Belo Horizonte destaca-se não apenas por ter sido a mais elevada, mas também por se apresentar consideravelmente superior à média estadual, naquele período. Essa meso-região é formada pelas micro-regiões de Sete Lagoas, Conceição do Mato Dentro, Pará

de Minas, RMBH, Itabira, Itaguara, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete. Dentre elas, destaca-se o ritmo de crescimento populacional apresentado pela RMBH, de 2,44% ao ano, o maior ritmo de crescimento populacional de todo o Estado de Minas Gerais¹⁵.

Essa grande heterogeneidade no ritmo de crescimento é resultante do comportamento diferenciado das três variáveis determinantes da dinâmica demográfica: Fecundidade, Mortalidade e Migração. A literatura demográfica mostra que, normalmente, as populações mais pobres apresentam níveis de fecundidade mais elevados e, analisando-se isoladamente o efeito dessa variável, essas populações cresceriam, então, mais aceleradamente. No entanto, segundo a literatura específica sobre os movimentos migratórios, as regiões mais pobres apresentam, de modo geral, baixo poder de atração e retenção e grande poder de expulsão populacional, enquanto as mais ricas se caracterizam pelo alto poder de atração e retenção e baixo poder de expulsão.

Segundo os dados da TABELA N°5, as regiões mineiras que mais cresceram, no período 1991-2000 foram justamente as mais prósperas, como se comentou anteriormente. Isso porque apesar dos baixos níveis de fecundidade e mortalidade, elas atraem um grande número de migrantes, anualmente. Nessas regiões, as taxas de crescimento populacional estão sendo cada vez mais influenciadas pelos movimentos migratórios.

Além de se destacarem pelos elevados ritmos de crescimento, a Mesoregião Metropolitana de Belo Horizonte e a microrregião RMBH se destacaram, também, pela alta concentração populacional e por suas participações relativas – influenciadas pelo efeito direto e indireto das migrações - no incremento absoluto da população de Minas Gerais.

¹⁵ As taxas de crescimento e as participações relativas no incremento absoluto (Deltas) das microrregiões mineiras encontram-se na tabela do ANEXO N°1.

Com os Censos Demográficos de 1991 e 2000 foram confeccionadas, considerando-se as 66 microrregiões mineiras de planejamento, duas matrizes origem-destino, uma para o período 1986-1991 e outra para 1995-2000. Através dessas matrizes é possível mensurar a mobilidade populacional dentro de uma mesma microrregião (valores da diagonal principal) e também entre as várias micro-regiões de planejamento do Estado.

Os movimentos intra-regionais serão, por ora, negligenciados. Apenas os movimentos inter-regionais serão apreciados.

Os resultados das matrizes origem-destino revelaram que os movimentos migratórios intraestaduais aumentaram, em Minas Gerais, entre as duas *datas-fixas*. O Censo de 1991 revelou que entre 1986-1991 em torno de 535.973 pessoas realizaram pelo menos uma mudança de residência entre duas micro-regiões mineiras de planejamento e, entre 1995-2000 esse valor foi de 580.365 pessoas¹⁶. Em ambos os períodos, o número de microrregiões com saldo migratório negativo foi consideravelmente superior ao número daquelas com saldo positivo. De modo geral, as microrregiões que apresentaram saldo negativo são, no contexto estadual, as mais atrasadas economicamente, enquanto as que apresentaram saldo migratório positivo as mais desenvolvidas.

Considerando aquelas que apresentaram saldo migratório positivo, deve-se destacar as microrregiões de Uberaba e Uberlândia no Triângulo Mineiro, e Varginha, no Sul de Minas, que, em decorrência de seu desempenho econômico, apresentaram saldos migratórios relativamente baixos, porém positivos e crescentes, ao longo do período analisado.

¹⁶ As estimativas dos indicadores da migração intraestadual por microrregião mineira encontram-se nas tabelas do ANEXO N°2A e 2B.

Porém, tanto entre 1986-1991 quanto entre 1995-2000 a RMBH, destacou-se como a microrregião mineira que exerceu o maior poder de atração sobre os migrantes intraestaduais, tendo apresentado migrações líquidas iguais a 85.121 e 77.780, entre 1986-1991 e 1995-2000, respectivamente. Esses valores classificam a RMBH como a maior receptora líquida dos migrantes intra-estaduais, nos dois períodos.

Deve-se notar que o saldo migratório intraestadual da RMBH apresentou-se menor em 1995-2000 comparativamente àquele estimado para o período 1986-1991. Dessa observação se pode inferir que, embora a RMBH continue atraindo um grande número de imigrantes intra-estaduais, seu poder de expulsão parece estar aumentando.

Essa verificação é reforçada através da análise do índice de reposição, estimado através do quociente entre imigrantes e emigrantes de cada microrregião, em cada período. Os dados indicam que para cada indivíduo que saiu da RMBH, entre 1986-1991, entraram 2,18 oriundos de alguma outra microrregião mineira, tendo esse valor reduzido para 1,90 no período 1995-2000. Essa variação negativa deveu-se ao aumento mais acelerado do número de emigrantes da RMBH para outras microrregiões mineiras comparativamente ao aumento do número de imigrantes que a RMBH recebeu dessas mesmas regiões, nesse interregno.

Foram estimadas, também, as taxas líquidas de migração (TLM). Esses indicadores permitiram analisar o impacto dos movimentos migratórios sobre o estoque populacional da RMBH, entre 1986-1991 e 1995-2000, e indicaram que as migrações intra-estaduais contribuíram significativamente para o seu incremento, embora com uma importância decrescente.

4.3 - Os migrantes interestaduais e intra-estaduais na RMBH

Os tópicos anteriores demonstraram que a RMBH se destaca como a microrregião de maior poder de atração populacional do Estado de Minas Gerais, considerando-se os fluxos migratórios inter e intra-estaduais. Nos períodos 1986-1991 e 1995-2000, a RMBH recebeu um total de 229.037 e 244.268 imigrantes, respectivamente (TABELA Nº 6). Se em números absolutos o número de imigrantes aumentou, é conveniente lembrar que o poder de atração da RMBH parece ter reduzido ao longo do tempo, tendo em vista o arrefecimento de seus saldos migratórios.

TABELA Nº 6:
RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS
(1986-1991 e 1995-2000)

Imigrantes	1986-1991		1995-2000	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Interestaduais	71.976	31,43	79.615	32,59
Intra-estaduais	157.061	68,57	164.653	67,41
Total	229.037	100,00	244.268	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Do ponto de vista do processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH, a migração intra-estadual é, com certeza, mais significativa, embora os movimentos interestaduais sejam também expressivos (TABELA Nº6). Essa observação vai ao encontro das conclusões de RIGOTTI e AMORIM (2002: 99), quando afirmam que *“passada a fase dos grandes investimentos estatais que favoreceram os fluxos migratórios de longas distâncias, a proximidade geográfica tem desempenhado um papel cada vez mais relevante”*.

Nos dois quinquênios, destacaram-se como principais origens dos imigrantes interestaduais da RMBH os estados das regiões Sudeste e Nordeste (TABELA Nº7). E como se comentou anteriormente, a elevada participação relativa dos estados do Sudeste

indica que a migração interestadual em direção a Minas Gerais se caracteriza por forte componente de migração de retorno, uma vez que esses estados são os maiores receptores dos emigrantes mineiros (CARVALHO *et al.*, 1998).

TABELA N°7:
RMBH - ORIGEM DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS
(1986-1991 e 1995-2000)

Macro-regiões e UF's	1986-1991		1995-2000	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Norte	6.333	8,80	6.132	7,70
Nordeste	16.553	23,00	23.064	28,97
<i>ES</i>	9.016	12,53	8.967	11,26
<i>RJ</i>	9.789	13,60	9.042	11,36
<i>SP</i>	20.240	28,12	21.830	27,42
Sudeste	39.045	54,25	39.839	50,04
Sul	3.603	5,01	3.873	4,86
Centro-Oeste	6.442	8,95	6.707	8,43
Total	71.976	100,00	79.615	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Considerando os movimentos intra-estaduais, a microrregião Vale do Rio Doce, a Metropolitana de Belo Horizonte e a Zona da Mata estão entre as principais regiões de origem (TABELA N°8). Nessas regiões há um setor industrial relativamente desenvolvido e, portanto, trabalhadores em potencial para a atividade industrial da região metropolitana. Além disso, a microrregião Metropolitana de Belo Horizonte conta com outro fator elementar, que é a proximidade espacial em relação à RMBH.

Além de atrair população de regiões industrializadas do estado, a RMBH exerce grande atratividade sobre a população residente nas regiões mais pobres do estado, como Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, respectivamente. Nesse caso, o baixo dinamismo econômico das regiões expulsa muitos de seus moradores, que percebem na RMBH oportunidades de melhoria da qualidade de vida.

TABELA N°8:
RMBH - ORIGEM DOS IMIGRANTES INTRAESTADUAIS
(1986-1991 e 1995-2000)

Mesoregião de origem	1986-1991	(%)	1995-2000	(%)
Campo das Vertentes	3.432	2,19	3.165	1,92
Central Mineira	9.222	5,87	8.774	5,33
Jequitinhonha	16.665	10,61	21.912	13,31
Metropolitana de Belo Horizonte	23.786	15,14	30.795	18,70
Noroeste de Minas	1.449	0,92	18.944	11,51
Norte de Minas	14.903	9,49	8.750	5,31
Oeste de Minas	8.825	5,62	3.507	2,13
Sul/Sudoeste de Minas	3.878	2,47	6.149	3,73
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4.412	2,81	11.872	7,21
Vale do Mucuri	11.216	7,14	1.496	0,91
Vale do Rio Doce	41.690	26,54	34.269	20,81
Zona da Mata	17.583	11,20	15.020	9,12
total	157.061	100,00	164.653	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

É natural, ao se estudar os movimentos migratórios, o despertar da curiosidade em relação ao destino dos imigrantes em uma determinada região. Aliás, como se pretende analisar o processo de expansão urbana de BH e da RMBH, essa identificação se torna imprescindível. Nesse aspecto serão considerados, além de Belo Horizonte, seis vetores de expansão metropolitana¹⁷.

Belo Horizonte é o destino preferencial dos imigrantes inter e intraestaduais, na RMBH. Tão elevado grau de atratividade se relaciona, em primeiro lugar, ao fato de Belo Horizonte ser a capital do estado de Minas Gerais, mas, além de concentrar o poder político, a capital concentra também infra-estrutura urbana e é, sem dúvida, o município mais desenvolvido de toda a região metropolitana.

Destacam-se também como importantes regiões receptoras, os Vetores Oeste e Norte Central, respectivamente. No Vetor Oeste, os municípios de Contagem e Betim são na verdade os grandes receptores e no Vetor Norte Central, Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

¹⁷ A constituição espacial desses vetores encontra-se definida na Introdução. Há também o MAPA N°1 que permite a visualização dos mesmos.

TABELA Nº9:
RMBH - IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, SEGUNDO O VETOR
DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 e 1995-2000)

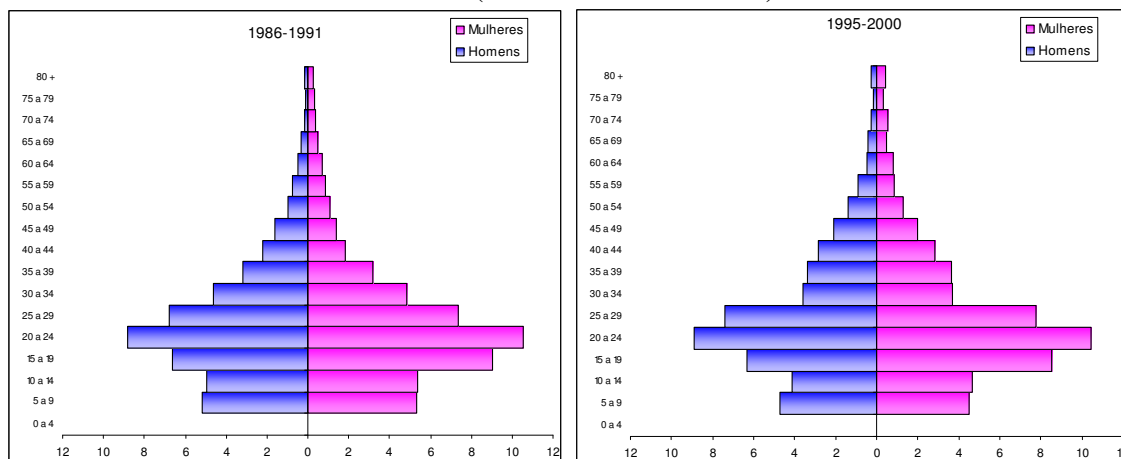
BH e Vetores de Expansão	1986-1991		1995-2000	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Belo Horizonte	124.625	54,41	120.623	49,31
Vetor Oeste	56.046	24,47	63.828	26,09
Norte Central	24.461	10,68	30.588	12,50
Norte	6.178	2,70	8.438	3,45
Leste	4.651	2,03	5.507	2,25
Sul	5.233	2,28	5.685	2,32
Sudoeste	7.841	3,42	9.958	4,07
RMBH	229.035	100	244.627	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

No entanto, é imprescindível salientar que apesar de Belo Horizonte se destacar como destino preferencial dos migrantes interestaduais e intraestaduais, seu poder de atração apresentou-se em declínio, se considerados os períodos 1986-1991 e 1995-2000. Observe-se que, enquanto o número de imigrantes inter e intraestaduais na RMBH aumentou, o número - absoluto e, portanto, relativo - daqueles que tiveram a Capital como destino diminuiu, ao passo que o poder de atração dos demais Vetores de expansão, principalmente dos Vetores Oeste e Norte Central, tendeu a aumentar.

É natural, também, ao se estudar os movimentos migratórios a indagação sobre “quem” são os imigrantes de determinada região. Foram construídas, então, duas pirâmides etárias, a primeira considerando os imigrantes que chegaram na RMBH entre 1986-1991 e outra para aqueles que lá chegaram no período 1995-2000. (GRÁFICO Nº2)

GRÁFICO Nº2:
RMBH – ESTRUTURA ETÁRIA DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS E
INTRAESTADUAIS (1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Como essas pirâmides foram elaboradas a partir de informações referentes à “*data fixa*”, toda a população considerada tinha, necessariamente, cinco anos ou mais de idade, na data de referência de cada Censo. Além disso, deve-se lembrar que essas pirâmides não ilustram a estrutura etária do real fluxo migratório ocorrido entre cada uma das datas fixas e o respectivo ano censitário, mas apenas dos indivíduos de cada uma dessas coortes migratórias que sobreviveram à mortalidade e à reemigração, na RMBH, até a data de referência de cada Censo. As características demográficas e sócio-econômicas dos fluxos migratórios reais são desconhecidas, dada a ocorrência do duplo decremento.

Tanto no fluxo migratório do período 1986-1991 quanto naquele do período 1995-2000 detectou-se o predomínio de mulheres. Em ambos os períodos essas correspondiam a praticamente 53% do total de imigrantes. Os imigrantes que chegaram na RMBH entre 1986-1991 e entre 1995-2000 são, em sua grande maioria, jovens: as barras inferiores das duas pirâmides etárias são bastante largas, especialmente aquelas referentes aos grupos etários 15-19, 20-24 e 25-29 anos.

As mudanças verificadas entre essas estruturas etárias são bastante sutis e podem ser constatadas através da avaliação do comportamento das idades médias e medianas, sabendo-se que quanto maior o valor de tais indicadores, mais envelhecida a população em questão.

Os imigrantes que chegaram na RMBH entre 1995-2000 eram, em média, mais velhos que aqueles que chegaram no período 1986-1991. Além disso, 50% dos indivíduos que chegaram na RMBH no período 1995-2000 tinham idade máxima de 25,1 anos, contra uma idade mediana de 23,7 anos estimada para aqueles que lá chegaram no período 1986-1991.

TABELA Nº10:
RMBH – IDADE MÉDIA E MEDIANA DOS IMIGRANTES INTERESTADUAIS E
INTRAESTADUAIS (1986-1991 e 1995-2000)

Indicador	1986-1991	1995-2000
Idade Média	26,5	28,6
Idade Mediana	23,7	25,1

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Além do perfil etário, buscou-se obter, também, algumas informações sobre a situação sócio-econômica desses indivíduos, na tentativa de melhor conhecer os migrantes atraídos pela RMBH, entre 1986-1991 e 1995-2000. A análise se baseou em dois indicadores, a saber: nível de escolaridade e de rendimento.

Para melhor avaliar o nível de escolaridade buscou-se identificar, em primeiro lugar, o grau de analfabetismo dessa população. Por analfabeto entende-se o indivíduo incapaz de ler e escrever um bilhete simples, no seu próprio idioma (IBGE, 2000). Tomando como referência essa definição, julgou-se mais prudente avaliar o nível de escolaridade apenas dos indivíduos com 20 anos ou mais de idade.

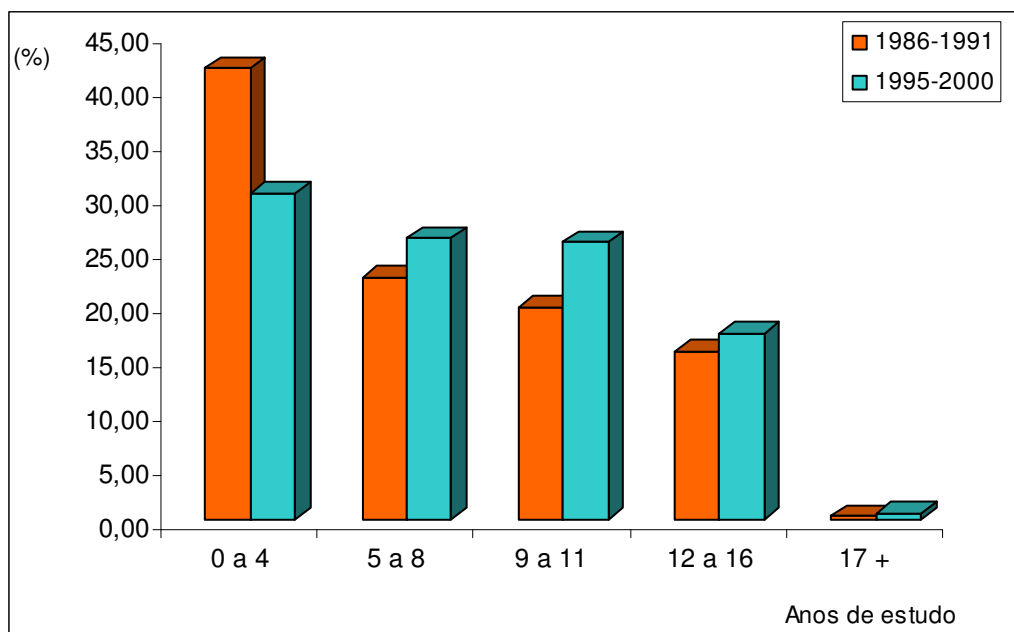
O grau de analfabetismo entre os imigrantes que chegaram na RMBH nos períodos 1986-1991 e 1995-2000 é, em geral, baixo. O Censo de 1991 indicou que entre aqueles que chegaram na RMBH entre 1986-1991, 9,4% eram analfabetos, valor que se apresenta reduzido para 5,89% entre aqueles que para lá se mudaram no período 1995-2000.

Essa variável não é considerada o melhor indicador do nível de escolaridade de uma população, uma vez que o mercado tem exigido trabalhadores cada vez mais treinados e capacitados, principalmente naqueles segmentos mais informatizados. Sob a ótica do mercado de trabalho, indivíduos com menos de 4 anos completos de estudo são considerados analfabetos funcionais, pois o fato de o indivíduo saber ler e escrever, somente, não o torna devidamente qualificado. Por esse motivo analisou-se, também, a variável “*anos de estudo*”.

Tomando-se como referência essa variável pode-se dizer que os imigrantes que vieram para a RMBH entre 1986-1991 e entre 1995-2000 eram indivíduos com baixo nível de instrução formal. A escolaridade média apresentou-se, nos dois períodos, inferior a 8 anos, indicando que os imigrantes que chegaram na RMBH naqueles períodos não possuíam sequer o primeiro grau completo.

É inegável ter havido melhoria da qualidade do imigrante atraído pela RMBH, se considerarmos o nível de escolaridade dos mesmos. As mudanças relativas, que podem ser apreciadas no GRÁFICO N°3, alteraram, positivamente, as escolaridades médias e medianas. A escolaridade média do imigrante aumentou de 7,00 para 7,87 anos de estudo, mas o impacto foi significativamente maior sobre a escolaridade mediana, que aumentou de 5,75 para 7,39 anos de estudo. Estas mudanças sugerem ter havido um processo de seletividade populacional mais rigoroso na RMBH, no último quinquênio.

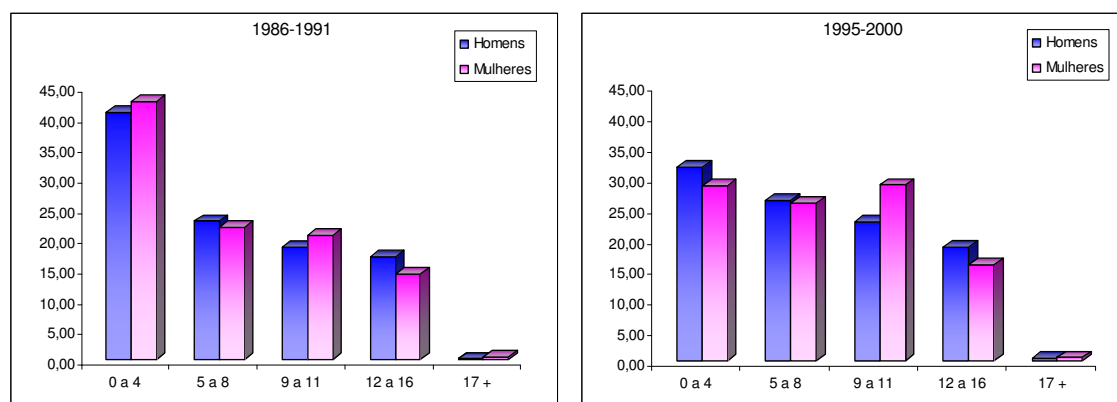
GRÁFICO N°3:
RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE
(1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Analisando-se a escolaridade e levando-se em consideração o sexo dos imigrantes, verificou-se que no fluxo migratório do período 1986-1991, as mulheres tinham escolaridade inferior, ainda que os diferenciais entre os sexos fossem pequenos. Se o fluxo do período 1995-2000 era constituído por homens e mulheres com nível de instrução mais elevado, a variação positiva foi mais acentuada entre as mulheres. A presença relativamente elevada de mulheres com 9 a 11 anos de estudo, elevou a escolaridade média e mediana feminina para 7,99 e 7,56 anos de estudo, respectivamente, ambas superiores aos valores masculinos (TABELA N°11 e GRÁFICO N°4).

GRÁFICO Nº4:
RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (1986-
1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

TABELA Nº11:
RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE
(1986-1991 E 1995-2000)

Anos de estudo	1986-1991			1995-2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	41,00	42,78	41,89	31,73	28,76	30,28
5 a 8	22,95	21,92	22,44	26,30	25,89	26,10
9 a 11	18,69	20,64	19,67	22,81	28,85	25,75
12 a 16	17,16	14,17	15,66	18,68	15,86	17,31
17 +	0,20	0,49	0,35	0,48	0,63	0,56
Absoluto	22.819	22.966	45.785	27.202	25.865	53.067
Média	7,19	6,90	7,00	7,85	7,99	7,87
Mediana	5,99	5,50	5,75	7,15	7,56	7,39

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

O nível de renda foi analisado considerando-se a remuneração do trabalhador em sua ocupação principal. Por ocupação principal entende-se a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa em seu trabalho principal. Esse é, por definição, aquele para o qual o indivíduo dedica o maior número de horas trabalhadas por semana, independentemente do valor da remuneração do mesmo. Se, no mercado de trabalho, o indivíduo exercer duas (ou mais ocupações) e houver coincidência de horas

trabalhadas, é considerado trabalho principal aquele no qual o indivíduo estiver inserido por um tempo maior e, no caso de coincidência de tempo, aquele que proporcionar maior rendimento para o indivíduo (IBGE, 2000). Nessas estimativas foram considerados todos os indivíduos com 10 anos ou mais de idade, em cada uma das coortes migratórias em questão.

O Censo Demográfico de 1991 indica que dentre os imigrantes que chegaram na RMBH entre 1986-1991, que exerceram alguma atividade remunerada no período, praticamente 41% declararam um rendimento de, no máximo, 1 salário mínimo (TABELA N°12). Se esse limite for ampliado para até 3 salários mínimos, detecta-se o rendimento de 80,74% dos imigrantes daquela coorte migratória que sobreviveram na RMBH (à mortalidade e à reemigração) até a data de referência daquele Censo Demográfico.

As estimativas dos níveis médio e mediano refletem a concentração de indivíduos com baixos níveis de rendimento, naquele fluxo. Se a renda estimada média girava em torno de 2,56 salários mínimos, a renda mediana (que indica o rendimento máximo de 50% dos indivíduos daquele fluxo) apresentou-se igual a 1,25 salários mínimos (TABELA N°12).

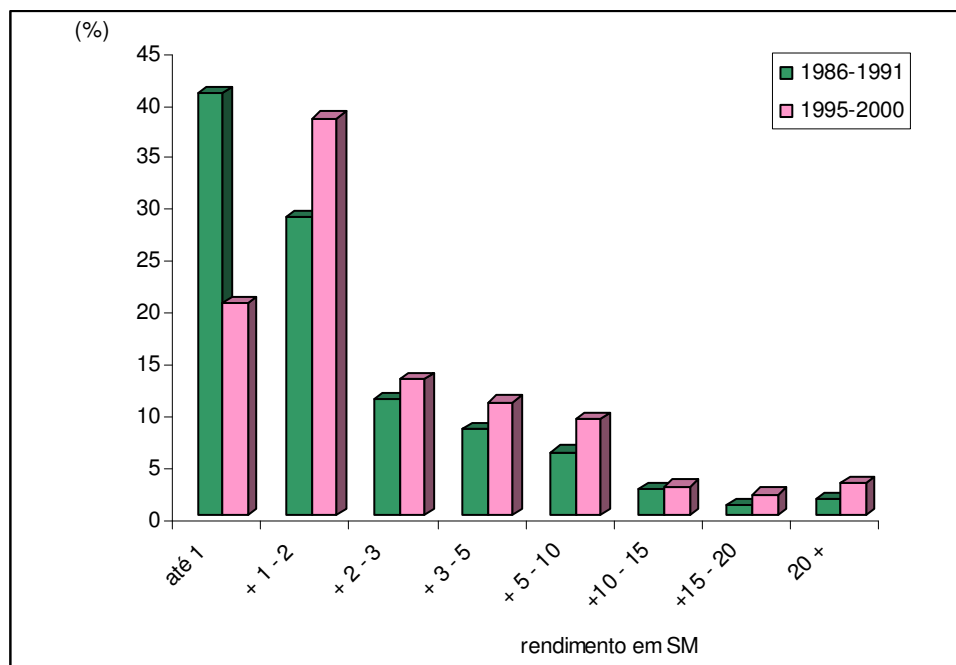
TABELA N°12:
RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE RENDA
(1986-1991 E 1995-2000)

Rendimento (em SM)	1986-199			1995-2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
até 1	31,61	54,91	40,71	13,20	30,72	20,43
+ 1 até 2	30,72	25,77	28,79	37,34	39,81	38,37
+ 2 até 3	13,48	7,73	11,24	15,77	9,35	13,13
+ 3 até 5	9,84	5,74	8,24	12,57	8,55	10,92
+ 5 até 10	7,37	4,02	6,06	10,60	7,36	9,27
+ 10 até 15	3,34	1,03	2,43	3,54	1,74	2,80
+ 15 até 20	1,39	0,33	0,98	2,60	1,18	2,02
+ 20	2,24	0,47	1,55	4,36	1,29	3,07
Absoluto	73.363	47.010	120.373	72.059	50.552	122.586
Médio	3,10	1,71	2,56	4,87	2,63	3,94
Mediano	1,71	0,79	1,25	1,99	1,48	1,77

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

São notórias as mudanças positivas na estrutura relativa de rendimento entre as duas coortes migratórias (GRÁFICO N°5) e o resultado foi a elevação das rendas média e mediana para 3,94 e 1,77 salários mínimos, respectivamente.

GRÁFICO N°5:
RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO A FAIXA DE RENDIMENTO
(1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

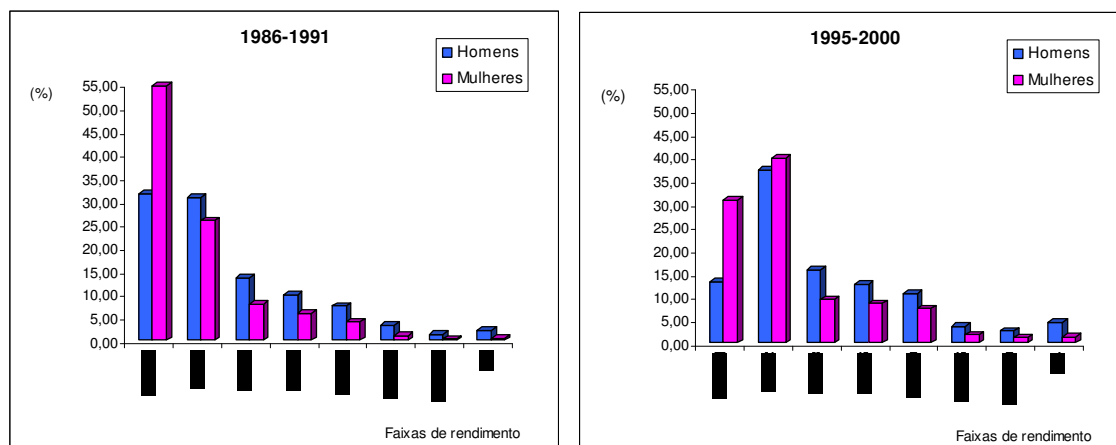
A situação econômica das mulheres imigrantes é, em geral, pior que a situação masculina. Antes de se prosseguir com essa análise julga-se importante salientar que essas diferenças são, na verdade, uma característica do mercado de trabalho brasileiro.

A esse respeito é importante considerar que BRUSCHINI (2000), ao estudar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período 1985-1995, apesar de ter constatado algumas mudanças em suas características, como por exemplo, o aumento da participação feminina e a elevação da renda média masculina e também feminina, não verificou nenhuma mudança substancial em relação às desigualdades salariais. Em seu estudo, detectou que em um dado setor de atividade os rendimentos médios masculinos apresentam-se maiores que os femininos. A essa verificação acrescentou que “*a tendência de as mulheres serem mais mal remuneradas, qualquer que seja o setor*”

econômico no qual trabalham, já tem sido bastante evidenciada pela literatura”.
(BRUSCHINI, 2000: 43).

As distribuições relativas do rendimento feminino são piores que os masculinos tanto entre aqueles que chegaram na RMBH entre 1986-1991 quanto entre 1995-2000. A concentração de mulheres na primeira faixa de renda apresentou-se, em ambos os casos, significativamente superior aos valores masculinos. Como se trata de números relativos, a menor participação masculina foi compensada por uma participação mais elevada nas demais faixas, implicando, em rendas média e mediana superiores para os homens. É interessante salientar, ainda, que eram relativamente poucos os homens e mulheres, nas duas coortes migratórias, nas faixas de rendimentos mais elevadas.

GRÁFICO Nº6:
RMBH – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE RENDIMENTO
(1986-1991 E 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Os níveis de escolaridade e rendimento dos imigrantes atraídos pela RMBH são, em geral, muito baixos, embora melhorias relativas tenham sido detectadas, tanto em um quanto em outro caso. No entanto, os resultados apresentados permitem afirmar,

com segurança, que a RMBH tem atraído indivíduos com atributos sócio-econômicos relativamente ruins.

Pode-se afirmar, então, que o processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH está associado a movimentos migratórios (inter e intraestaduais), cujos fluxos são formados, principalmente, por indivíduos pobres. Nesse sentido, o processo de metropolização verificado na RMBH é, na verdade, a expressão da “*metropolização da pobreza*” no Estado de Minas Gerais.

Até o presente momento, as análises negligenciaram os movimentos migratórios internos à RMBH, no entanto eles são de fundamental importância para a compreensão da redistribuição espacial da população no espaço metropolitano. São, portanto, imprescindíveis para esse trabalho e serão tratados no Capítulo 4.

5. A MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DA RMBH

Uma sociedade urbana nasce de uma revolução que transforma radicalmente a sociedade tradicional pré-existente. No cerne dessa revolução temos o processo de industrialização e o crescimento econômico dele decorrente. E, devido aos processos de industrialização e urbanização surgem as grandes cidades e, junto com elas, as favelas, os guetos, os subúrbios, etc. (LEFÉBVRE, 1999).

LEFÉBVRE (1999) admite que o modo de vida urbano se espalhe a ponto de alcançar regiões que ainda não se industrializaram. E, dessa forma, explica o surgimento das pequenas cidades nas proximidades daquelas de maior porte, lembrando que as primeiras se caracterizam por forte dependência econômica em relação às últimas.

Em processo evolutivo, as cidades e regiões vizinhas se transformam. Perdem muitas de suas características tradicionais e dão lugar a uma nova cidade, na maioria das vezes caracterizada pela convivência dos opostos (ricos x pobres; centro x periferia; público x privado); pela diversidade e concentração de pessoas e de atividades, etc. Para LEFÉBVRE (1999), o espaço urbano é, por excelência, o lugar da desordem, o lugar de maior expressão da segregação social e, portanto, o lugar do conflito.

Por concentrar vários mercados e, portanto, oportunidades de trabalho, consumo e lazer, o meio urbano tende a exercer enorme poder de atração sobre um grande número de indivíduos. Conseqüentemente tende a se expandir em função do crescimento vegetativo e também, e cada vez mais, dos movimentos migratórios.

As regiões metropolitanas são, na atualidade, a maior expressão do fenômeno da urbanização. São formadas por um conjunto de cidades, com características diversas e podem ser entendidas como *“uma conjugação de espaços marcados por elementos de*

extrema modernização e outros de atraso, que extrapolam o limite da cidade e se interrelacionam no contexto amplo da rede urbana” (SOARES, 2006: 19).

Nas regiões metropolitanas, o crescimento populacional de algumas cidades se relaciona diretamente ao processo de industrialização e urbanização mas, em outras, a dinâmica demográfica relaciona-se apenas indiretamente a esses dois processos, e diretamente a outros fatores, como por exemplo, a elevação do preço da terra das regiões mais desenvolvidas (do ponto de vista da industrialização e da urbanização) do espaço metropolitano (SOARES, 2006). As regiões metropolitanas são, portanto, heterogêneas em sua formação e, por esse motivo, atraem pessoas com características sócio-econômicas diversificadas.

Nessas regiões tende a existir, também, um intenso processo de segregação, uma vez que *“toda sociedade apresenta necessariamente uma organização, uma estrutura, uma estratificação social”* (FARIA, 2000: 424).

A segregação sócio-espacial da população, definida como sendo *“o processo através do qual a população é forçada a se concentrar em uma área específica”* (MARCUSE, 2001 in SOARES, 2006: 20), é facilmente percebida pela distribuição espacial da população. Como se mencionou anteriormente, indivíduos com padrões sócio-econômicos semelhantes tendem a tomar decisões similares em relação a algumas questões, dentre elas em relação à escolha do lugar de residência (FARIA, 2000). Além disso, a autora reconhece que outras variáveis – como a disponibilidade de bens e serviços – por afetarem os preços dos imóveis, também influenciam as escolhas dos indivíduos.

As migrações intrametropolitanas não alteram a população absoluta da região metropolitana em seu conjunto. No entanto, refletem o processo de segregação sócio-espacial da população ali existente, alteram expressivamente a distribuição espacial da

população no espaço metropolitano e influenciam nos ritmos de crescimento de cada um de seus municípios. E, por isso, estão intrinsecamente relacionadas ao processo de expansão urbana dessas regiões.

Inegavelmente, nas últimas décadas, as migrações intrametropolitanas vêm ganhando importância nos estudos demográficos. Isso se explica por uma série de fatores e, dentre os mais importantes, pode-se mencionar:

- o arrefecimento das migrações rurais-urbanas, muito intensas nos anos 50, 60 e 70;
- a tendência para o recrudescimento das migrações de curta distância;
- a tendência para a concentração da população nas regiões metropolitanas, principalmente nos grandes centros urbanos;
- a perda gradual de prestígio da grande metrópole como local prioritário de residência, para um número cada vez maior de indivíduos, que levou ao aumento das migrações urbanas-urbanas e urbanas-rurais restritas ao espaço intrametropolitano.

Levando-se em consideração os dois últimos itens, torna-se inquestionável a importância da compreensão das características da migração intrametropolitana, para melhor entendimento do processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH.

5.1 – A diversificação demográfica e sócio-econômica da RMBH

Atualmente composta por 34 municípios, a RMBH se caracteriza por ser bastante heterogênea em sua formação, no que diz respeito às suas características demográficas e sócio-econômicas. Sua população, de 4.358.288 habitantes, em 2000, é resultante de um incremento em torno de 153%, em apenas 30 anos. Convém ressaltar que esse incremento se deu a um ritmo médio cada vez menor e apresenta-se bastante

diferenciado entre os seus vários municípios (TABELA Nº13). Como se comentou anteriormente, essas variações se relacionam, dentre outros fatores, às migrações interestaduais, intraestaduais e, principalmente, às migrações intrametropolitanas, como se verá adiante.

TABELA Nº13:
RMBH – POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL E PARTICIPAÇÃO
RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO - (1970-2000)

Municípios da RMBH	População				Tx Crescimento			Delta		
	1970	1980	1991	2000	70-80	80-91	91-00	70-80	80-91	91-00
Baldim	9.362	7.567	8.383	8.155	-2,11	0,94	-0,31	-0,19	0,10	-0,03
BH	1.235.030	1.780.855	2.020.161	2.238.526	3,73	1,15	1,17	57,04	28,29	26,12
Betim	37.815	84.183	170.935	306.675	8,33	6,65	6,84	4,85	10,25	16,24
Brumadinho	17.874	18.018	19.308	26.614	0,08	0,63	3,70	0,02	0,15	0,87
Caete	25.166	30.634	33.251	36.229	1,99	0,75	0,98	0,57	0,31	0,36
C. Branco	4.147	4.930	6.344	7.900	1,74	2,32	2,51	0,08	0,17	0,19
Contagem	111.235	280.477	449.588	538.208	9,69	4,38	2,06	17,69	19,99	10,60
Esmeraldas	15.698	16.215	24.298	47.090	0,32	3,75	7,78	0,05	0,96	2,73
Florestal	4.430	4.809	5.053	5.647	0,82	0,45	1,27	0,04	0,03	0,07
Ibir./Sariz/M.C	19.508	39.970	92.675	160.853	7,44	7,95	6,44	2,14	6,23	8,16
Igar./S.J.B	7.675	16.563	27.401	42.994	8,00	4,68	5,23	0,93	1,28	1,87
Itaguara	9.030	9.763	10.671	11.302	0,78	0,81	0,65	0,08	0,11	0,08
Itatiaiuçu	-	-	7.366	8.517	-	-	1,66	-	0,87	0,14
Jaboticatubas	12.159	11.569	12.176	13.530	-0,50	0,47	1,20	-0,06	0,07	0,16
LSanta/Confins	14.053	19.508	29.824	42.752	3,33	3,93	4,16	0,57	1,22	1,55
M Leme/Juatuba	11.929	18.657	27.031	40.533	4,57	3,43	4,69	0,70	0,99	1,62
Matozinhos	8.674	16.201	23.606	30.164	6,45	3,48	2,81	0,79	0,88	0,78
Nova Lima	33.992	41.223	52.400	64.387	1,95	2,20	2,36	0,76	1,32	1,43
Nova União	3.958	4.066	4.865	5.427	0,27	1,64	1,25	0,01	0,09	0,07
P.Leopoldo	20.670	29.999	41.596	53.957	3,80	3,02	2,99	0,97	1,37	1,48
Raposos	10.133	11.810	14.242	14.289	1,54	1,72	0,04	0,18	0,29	0,01
R. Neves	9.707	67.257	143.852	246.846	21,36	7,16	6,30	6,01	9,05	12,32
Rio Acima	5.118	5.073	7.066	7.658	-0,09	3,06	0,91	0,00	0,24	0,07
Rio Manso	5.214	4.445	4.461	4.646	-1,58	0,03	0,46	-0,08	0,00	0,02
Sabará	45.149	64.204	89.738	115.532	3,58	3,09	2,90	1,99	3,02	3,09
Santa Luzia	25.301	59.892	137.825	184.903	9,00	7,87	3,38	3,61	9,21	5,63
Taquaraçu M	4.034	3.455	3.383	3.523	-1,54	-0,19	0,46	-0,06	-0,01	0,02
Vesp./SJ.Lapa	12.429	25.049	54.868	91.431	7,26	7,39	5,95	1,32	3,52	4,37
RMBH	1.719.490	2.676.392	3.522.367	4.358.288	4,52	2,53	2,44	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970 a 2000

Belo Horizonte, que já se destacou por apresentar o maior ritmo de crescimento populacional de toda a RMBH nos anos 50 e 60, está, atualmente, ente os municípios da

RMBH que apresentam lento crescimento populacional. E com um ritmo de crescimento tão pequeno, a capital tem exercido influência cada vez menor no incremento absoluto da população da RMBH. Se entre 1970-1980 o crescimento populacional de Belo Horizonte representava em torno de 57% do crescimento populacional da RMBH, entre 1991-2000 sua participação nesse incremento foi de apenas 26,12%. Atualmente a população da RMBH tem crescido praticamente em função do crescimento populacional dos municípios periféricos.

A influência exercida pela dinâmica demográfica de cada município sobre a RMBH é singular. Mas é preciso chamar a atenção para o fato de que o crescimento populacional de apenas 3 municípios periféricos, a saber, Betim, Ribeirão das Neves e Contagem, respectivamente, representa aproximadamente 39% do crescimento populacional da RMBH. Esses municípios, por sua vez, apresentaram, entre 1991 e 2000, taxas de crescimento significativamente maiores que a de Belo Horizonte, porém bem menores comparativamente às suas próprias taxas verificadas nas décadas anteriores, uma vez que o ritmo de crescimento populacional vem declinando também nas cidades periféricas.

O caso mais notável é o de Ribeirão das Neves: entre 1970 e 1980 a população daquele município cresceu a um ritmo frenético e igual a 21,36% ao ano; nos anos 80 esse ritmo foi de 7,16% e, nos anos 90 de 6,30%. Apesar de ter experimentado uma redução significativa em seu ritmo de crescimento, Ribeirão das Neves está entre os municípios que mais crescem em toda a RMBH. Sua taxa de crescimento populacional é inferior apenas àquela apresentada por Betim e pelo conjunto Ibirité/Sarzedo/Mário Campos.

Alguns poucos municípios apresentaram aumento em sua taxa de crescimento populacional, como é o caso de Brumadinho e Esmeraldas. No caso de Brumadinho,

pode-se dizer que a variação positiva foi induzida pela expansão metropolitana em direção à região Sul, impulsionada pela abertura de loteamentos para população de alto nível de renda naquele município e também em Nova Lima. No caso de Esmeraldas, esse incremento foi impulsionado pela abertura de loteamentos para a população de baixo nível de renda.

Além de possuírem populações absolutas e ritmos diferenciados de crescimento populacional e de contribuírem de formas variadas para o incremento absoluto da população da RMBH, esses municípios possuem extensões territoriais significativamente diferentes. O maior município é Jaboticatubas com 1.114Km² e o menor Mário campos com uma área de apenas 35Km². A capital estadual possui extensão territorial relativamente pequena, correspondente a apenas 3,49% da extensão territorial de toda a RMBH. Por possuírem diferentes populações absolutas e extensões territoriais, a densidade demográfica apresenta-se bastante variada. Taquaraçu de Minas e Jaboticatubas são os que apresentam as menores densidades demográficas: 11 e 12 hab/Km², respectivamente. No extremo oposto temos Belo Horizonte com 6.763 hab/Km².

Outra variável demográfica que deve ser considerada para melhor demonstrar as diferenças existentes entre os vários municípios da RMBH é a composição da população, segundo a naturalidade¹⁸. Os dados revelaram que em 2000, 53,15% da população metropolitana residia no município de nascimento, sendo importante ressaltar que esse valor inclui os movimentos migratórios de retorno pleno¹⁹, ou seja, os migrantes (nesse caso, naturais) com menos de 5 anos de residência no município, que residiam no mesmo, na data fixa. Por diferença, 46,85% da população residia em

¹⁸ Apesar de cientes das limitações impostas por essa variável em relação à fundamentação de quaisquer conclusões acerca dos movimentos migratórios como intensidade, processo de seletividade, mobilidade social, dentre outras, nesse trabalho sua utilização se resumirá à análise da composição da população.

¹⁹ É considerado um retornado pleno, o migrante com menos de 5 anos de residência em uma determinada unidade geográfica e que lá residia há exatamente 5 anos (na data fixa). (BRITO *et all*, 2002)

localidade diferente daquela onde nasceu, lembrando que nesse caso estão incluídos os migrantes intrametropolitanos, intraestaduais, interestaduais e estrangeiros.

Apesar de ser um dado grotesco, as informações referentes à naturalidade constituem importante indicador sobre como as migrações contribuíram de forma bastante diversificada na constituição das populações de cada município da RMBH. Através do Censo Demográfico de 2000 foi possível verificar que, naquele período, 68,32% da população de Ribeirão das Neves era de não-naturais; já em Belo Horizonte, os não-naturais representavam menos de 40% da população e, em alguns municípios, como Baldim, Rio Manso, Itatiaiuçu e Taquaraçu de Minas, os não-naturais representavam bem menos que 30%.

Esses municípios são também muito diferentes em relação à sua situação sócio-econômica. Segundo os dados da TABELA N°14, em 2000 mais de 40% do PIB metropolitano foi produzido em Belo Horizonte, o que permite classificar a capital mineira como o município mais rico de toda a RMBH destacando-se, depois dela, as produções de Betim e Contagem, respectivamente. Esses 3 municípios produziram, conjuntamente, praticamente 84% de toda a produção interna da RMBH no ano 2000. Disso se conclui que os demais municípios da RMBH são muito pobres. A produção de Ribeirão das Neves, por exemplo, correspondeu, naquele período, a apenas 1,61% do PIB regional.

TABELA N°14:
RMBH - PRODUTO INTERNO BRUTO, DEFLACIONADO PELO DEFLATOR IMPLÍCITO
DO PIB NACIONAL (2000)

Município da RMBH	PIB	(%)
Baldim	21.676	0,06
Belo Horizonte	16.060.535	43,35
Betim	9.606.869	25,93
Brumadinho	200.656	0,54
Caeté	95.426	0,26
Capim Branco	19.723	0,05
Confins	36.140	0,10
Contagem	5.310.591	14,34
Esmeraldas	130.492	0,35
Florestal	19.828	0,05
Ibirité	354.714	0,96
Igarapé	86.114	0,23
Itaguara	35.818	0,10
Itatiaiuçu	50.089	0,14
Jaboticatubas	41.374	0,11
Juatuba	300.877	0,81
Lagoa Santa	220.281	0,59
Mário Campos	22.876	0,06
Mateus Leme	147.634	0,40
Matozinhos	219.520	0,59
Nova Lima	653.111	1,76
Nova União	13.853	0,04
Pedro Leopoldo	458.436	1,24
Raposos	30.457	0,08
Ribeirão das Neves	595.032	1,61
Rio Acima	24.847	0,07
Rio Manso	12.179	0,03
Sabará	491.261	1,33
Santa Luzia	770.243	2,08
São Joaquim de Bicas	96.928	0,26
São José da Lapa	169.714	0,46
Sarzedo	58.809	0,16
Taquaraçu de Minas	10.653	0,03
Vespasiano	677.752	1,83
Total	37.044.510	100,00

Fonte: IPEADATA. gov.br

Em relação ao grau de alfabetização, os dados censitários de 1991 permitem observar que 90,06% dos habitantes da RMBH eram alfabetizados e apenas 9,94% declararam, naquela data, não saber ler e escrever²⁰. Porém ao serem analisados

²⁰ Para se analisar o grau de escolaridade, tomou-se como referência a definição de alfabetização do IBGE e considerou-se apenas os indivíduos com 20 anos ou mais de idade.

isoladamente, percebe-se uma enorme diversificação entre os municípios em relação a essa variável. Em Rio Manso, por exemplo, o grau de alfabetização era de apenas 67%, em 1991, sendo, portanto, bastante elevado o número de indivíduos que não sabiam ler nem escrever um simples bilhete, naquele município, naquele período. Por outro lado, em Belo Horizonte apenas 7,58% dos habitantes eram analfabetos.

O Censo de 2000 revela ter havido uma melhoria no nível de escolaridade da população da RMBH, uma vez que se verificou uma redução do número de analfabetos para 6,64% e aumento da escolaridade média e mediana de 6,41 e 4,34 para 7,25 e 6,4 anos, respectivamente.

Esses ganhos aconteceram de maneira diferenciada entre os vários municípios, mas, de modo geral, o nível de escolaridade aumentou mais rapidamente naqueles onde o mercado de trabalho é mais desenvolvido e mais moderno como é o caso de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Dessa observação pode-se dizer que nesses municípios (1) os indivíduos buscaram aumentar sua qualificação na tentativa de melhorar o processo de inserção e aumentar o tempo de permanência no mercado de trabalho e/ou (2) o processo de seletividade migratória nesses municípios é positivo, ou seja, apenas os migrantes com níveis de escolaridade mais elevados conseguem permanecer nos mesmos, enquanto a população com atributos sócio-econômicos piores é expulsa para os outros municípios da própria RMBH, onde o processo de seletividade é menos rigoroso.

Através desses dados buscou-se mostrar que a RMBH é marcada por alto grau de diversificação demográfica e sócio-econômica. Convém salientar que em regiões com elevado grau de diversificação há uma tendência para a intensificação da mobilidade espacial da população, porque as oportunidades econômicas não se

distribuem uniformemente no espaço regional e isso faz com que algumas áreas se tornem mais atrativas que outras, embora estejam espacialmente próximas.

Além da distribuição espacial da atividade econômica, outros fatores também contribuem para tornar uma região mais ou menos atrativa, dentre eles pode-se mencionar aqueles relacionados ao mercado imobiliário, como o preço de aquisição do lote; a oferta de serviços de saúde; a disponibilidade de equipamentos urbanos e de opções de lazer; a acessibilidade, envolvendo desde a estrutura viária até a disponibilidade de meios de transporte, dentre outros.

5.2 - As migrações intrametropolitanas na RMBH

Como se mencionou anteriormente entende-se por migrações intrametropolitanas as mudanças de residência verificadas entre municípios pertencentes a uma mesma região metropolitana, em determinado período de tempo.

As migrações intrametropolitanas estão, indubitavelmente, associadas à formação heterogênea do espaço metropolitano, que influenciam o preço da terra. Além disso, estão associadas ao acesso da população aos serviços de infra-estrutura urbana, tais como saneamento básico, serviços de saúde, transportes, etc, aos equipamentos de lazer. Em outras palavras, dependem das características do espaço metropolitano, do custo de vida nesse espaço e das condições econômicas de seus habitantes. Por esses motivos refletem, como dito anteriormente, o processo de segregação sócio-espacial da população.

A população da RMBH evoluiu de 371.643 habitantes, em 1940 para um total de 4.358.171 habitantes, no ano 2000 (TABELA N°15).

TABELA Nº15:
BH, RRMBH e RMBH – População (1940 – 2000)

	BH	RRMBH	RMBH
1940	211.377	157.407	368.784
1950	352.724	170.195	522.919
1960	693.328	237.955	931.283
1970	1.235.030	484.585	1.719.615
1980	1.780.855	895.473	2.676.328
1991	2.020.161	1.502.010	3.522.171
2000	2.238.526	2.119.645	4.358.171

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 2000

Nesse processo de expansão, algumas características devem ser ressaltadas. De 1940 até os anos 60 o ritmo de crescimento da RMBH apresentou-se em ascensão, devido às reduções da mortalidade verificadas no país e também na RMBH a partir dos anos 30, associada à permanência da fecundidade em níveis elevados; e, principalmente, devido às migrações interestaduais e intra-estaduais em direção àquela região, impulsionadas pelo desenvolvimento dos setores industriais de Contagem e Betim e também pelo intenso processo de parcelamento da terra verificado na região, naquele período.

O ritmo de crescimento populacional de Belo Horizonte manteve-se alto e crescente até os anos 50. Os anos 60 marcam o início da redução do ritmo desse crescimento e o processo de inversão demográfica, passando a periferia a crescer mais rapidamente que o centro. Nos anos 60, enquanto a RRMBH crescia a uma taxa de 7,37% ao ano, Belo Horizonte crescia, em média, 5,94% ao ano (GRÁFICO Nº7).

Nos anos 70 tem-se a continuidade do processo de arrefecimento do ritmo de crescimento populacional de Belo Horizonte, o início do declínio do ritmo de crescimento da RRMBH e, portanto, também da RMBH. E, se por um lado a queda da fecundidade - verificada em todo o país a partir dos anos 60 - explica o comportamento declinante dessas taxas, por outro lado o ainda elevado ritmo de crescimento da

RRMBH é fortemente alimentado pelas migrações intrametropolitanas originárias em Belo Horizonte, como se verá adiante.

Dos anos 70 em diante o ritmo de crescimento de BH, da RRMBH e, conseqüentemente, da RMBH vem declinando continuamente, e a periferia permanece crescendo mais aceleradamente que o centro. Durante os anos 90, as taxas de crescimento médio anual de Belo Horizonte, da RRMBH e da RMBH foram iguais a 1,17% , 3,98% e 2,44% ao ano, respectivamente.

GRÁFICO N°7
BH, RRMBH e RMBH – TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (1940-2000)

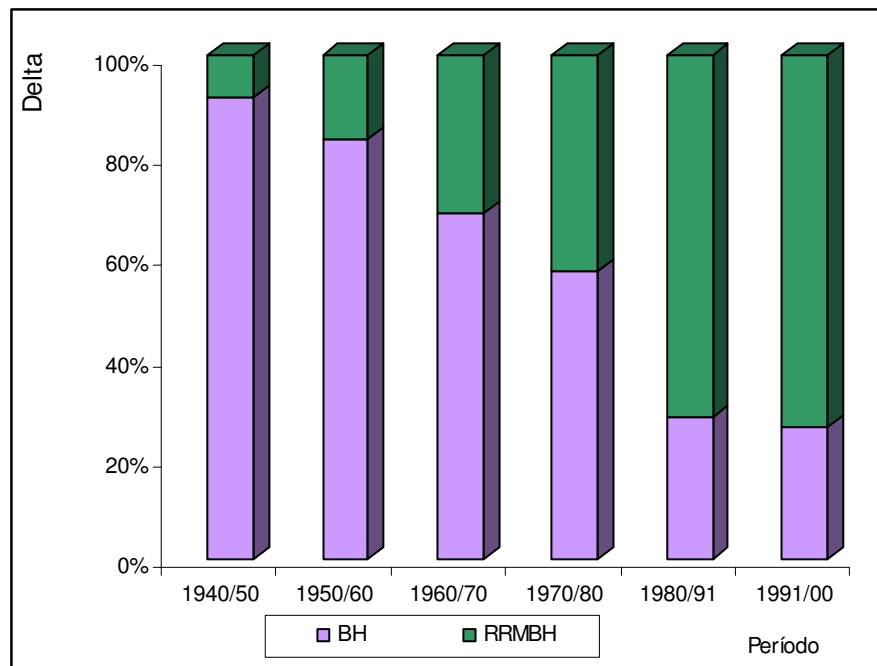


Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 2000

Como conseqüência da inversão demográfica, verificada nos anos 60, a participação relativa do crescimento populacional de Belo Horizonte no incremento absoluto da população da RMBH tem sido cada vez menor (GRÁFICO N°8). Nos anos 1940, 91,7% do incremento absoluto da população da RMBH deveu-se ao incremento da população da capital mineira, mas nos anos 2000 a participação relativa de Belo Horizonte no crescimento da RMBH foi de apenas 26,12%, sendo a maior contribuição

(73,88%) dada pela periferia. Por isso, diz-se que o processo de expansão da RMBH está, na verdade, associado ao incremento populacional da periferia muito mais do que ao incremento do seu núcleo.

GRÁFICO Nº 8
BH, RRMBH e RMBH – PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO
(1940-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 2000

O fato de a RMBH se constituir por espaços heterogêneos implica em um processo de expansão urbana bastante diferenciado. Com o objetivo de elucidar essa questão, de agora em diante as migrações intrametropolitanas serão consideradas no contexto dos vetores de expansão metropolitana. Além disso, serão considerados os períodos 1986-1991 e 1995-2000.

A distribuição espacial da população da RMBH segundo o núcleo e os vetores de expansão, bem como as taxas de crescimento e as participações relativas de cada vetor no incremento absoluto da população da RMBH para o período 1991-2000, podem ser apreciadas na TABELA Nº16.

TABELA Nº16:
BH E VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA: POPULAÇÃO, TAXA
GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO
ABSOLUTO (1991 – 2000)

BH e vetores	1991		2000		Taxa de crescimento	Participação no incremento
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)		
BH	2.020.161	57,34	2.238.526	51,36	1,17	26,14
Oeste	713.197	20,24	1.005.736	23,08	3,97	35,02
Norte Central	336.546	9,55	523.171	12,00	5,12	22,34
Norte	130.715	3,71	165.414	3,80	2,70	4,15
Leste	122.991	3,49	151.651	3,48	2,40	3,43
Sul	115.514	3,28	137.413	3,15	1,98	2,62
Sudoeste	83.784	2,38	136.260	3,13	5,66	6,28
Total	3.522.908	100,00	4.358.171	100,00	2,44	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Apesar de, nos últimos 30 anos, ter havido um crescimento mais acelerado da periferia a população da RMBH permanece concentrada em Belo Horizonte (TABELA Nº16). Depois da Capital, destacam-se como áreas de concentração populacional os vetores Oeste e Norte Central. Em Belo Horizonte e nesses dois vetores residiam 87,14% da população da RMBH, em 1991, tendo essa participação relativa se reduzido para 86,45%, em 2000.

Os vetores Sudoeste, Norte Central e Oeste, nessa ordem, apresentaram, entre 1991 e 2000, os ritmos de crescimento populacionais mais elevados de toda a região metropolitana. O ritmo de crescimento dos Vetores Oeste e Sudoeste sofre a influência do setor industrial dos municípios de Contagem, Betim e Ibirité. O Vetor Sudoeste sofreu, ainda, a influência do mercado imobiliário, com a intensificação da prática do parcelamento da terra, naquela região (principalmente no município de Esmeraldas), visando, principalmente, a população de baixo nível de renda. Esse é também o principal fator que explica o elevado ritmo de crescimento populacional do Vetor Norte Central, aonde essa prática já vem se apresentando bastante intensa, desde os anos 70.

O vetor Sudoeste, apesar de apresentar o maior ritmo de crescimento populacional de toda a RMBH, contribuiu infimamente para o seu incremento absoluto,

no período 1991-2000. Isso porque, naquele vetor residia, naquele período, menos de 4% de toda a população da RMBH.

Se a população da RMBH tem crescido principalmente em função do incremento absoluto de sua periferia, é necessário elucidar que essa expansão se relaciona, na realidade, ao incremento populacional dos Vetores de expansão Oeste e Norte Central. Entre 1991 e 2000, a participação relativa desses dois vetores no incremento populacional absoluto da RMBH foi superior a 57%.

Os dados censitários revelaram que a migração intrametropolitana na RMBH não é apenas intensa, mas também crescente. Se entre 1986-1991 em torno de 170.573 (4,84% da população da RMBH, em 1991) mudaram de município, mas mantiveram sua residência na RMBH, entre aquele período e 1995-2000, esse número aumentou para 225.287 indivíduos (5,17% da população da RMBH, em 2000) (TABELAS N°17a e N°17b). É importante enfatizar que, *“no caso da RMBH – assim como nos principais aglomerados metropolitanos no Brasil – essas migrações têm sido resultantes, principalmente, do movimento do capital imobiliário junto com o Estado, com o objetivo de redistribuir social e espacialmente a população”* (BRITO e SOUZA, 2005: 58).

TABELA Nº17a:
BH e VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA – MIGRAÇÃO
INTRAMETROPOLITANA SEGUNDO A ORIGEM E O DESTINO (1986-1991)

BH e Vetores de residência anterior	BH e Vetores de residência atual							
	BH	Oeste	N.Central	Norte	Leste	Sul	Sudoeste	RMBH
BH	0	58.126	46.079	3.664	5.423	2.814	4.814	120.920
Oeste	2.818	16.370	4.176	163	328	441	2.122	26.418
Norte Central	1.265	1.769	2.335	663	556	121	593	7.302
Norte	1.559	413	914	1.736	99	44	161	4.926
Leste	1.010	588	913	211	276	212	45	3.255
Sul	1.081	1.201	332	214	54	702	516	4.100
Sudoeste	1.099	1.404	460	70	34	199	386	3.652
RMBH	8.832	79.871	55.209	6.721	6.770	4.533	8.637	170.573

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991

TABELA Nº17b:
BH e VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA – MIGRAÇÃO
INTRAMETROPOLITANA SEGUNDO A ORIGEM E O DESTINO (1995-2000)

BH e Vetores de residência anterior	BH e Vetores de residência atual							
	BH	Oeste	N. Central	Norte	Leste	Sul	Sudoeste	RMBH
BH	0	58.541	51.844	7.006	7.686	5.654	10.407	141.138
Oeste	8.273	23.616	6.759	665	815	1.108	8.619	49.855
Norte Central	3.741	2.656	4.642	1.502	385	170	1.711	14.807
Norte	1.571	467	1.190	1.782	133	114	212	5.469
Leste	1.604	1.199	1.285	220	196	17	449	4.970
Sul	1.285	1.337	417	192	375	971	365	4.942
Sudoeste	754	1.523	463	207	77	183	899	4.106
RMBH	17.228	89.339	66.600	11.574	9.667	8.217	22.662	225.287

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000

Observe nas TABELAS Nº17a e Nº17b que, tanto no período 1986-1991 quanto no período 1995-2000, a emigração de Belo Horizonte em direção aos vetores de expansão da RMBH superou, em muito, a emigração dos mesmos em direção à Capital.

Em termos líquidos, Belo Horizonte perdeu, entre 1986-1991, 112.088 habitantes para os municípios periféricos e, pode-se dizer que sua população absoluta seria, em 1991, aproximadamente 5,5% maior, caso não tivessem ocorrido trocas populacionais no interior da RMBH (TABELA Nº18). O saldo migratório apresentado por Belo Horizonte não se apresentou apenas alto e negativo, mas também crescente ao longo do período. No último quinquênio da década de 1990, a migração líquida

apresentada pela capital em relação à RRMBH foi igual a -123.910 habitantes, embora seu impacto sobre a população absoluta da Capital tenha se mantido constante. Esses valores indicam que a migração intrametropolitana é uma importante fonte de saída de população de Belo Horizonte, e, portanto, um importante elemento do processo de expansão urbana da RMBH.

A diferença entre a corrente e a contra-corrente migratória pode ser mais bem mensurada através da estimativa do índice de reposição, que indica a relação entre imigrantes e emigrantes em determinada população. No caso específico de Belo Horizonte, as diferenças são tão grandes que o índice de reposição, apesar de aumentar nesse interregno, permanece extremamente baixo: entre 1995-2000, para cada indivíduo que deixou o município entrou apenas 0,12 indivíduo, proveniente de algum município da própria RMBH.

TABELA N°18:
BH e VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA – INDICADORES DA MIGRAÇÃO
INTRAMETROPOLITANA (1986-1991 e 1995-2000)

BH e Vetores de expansão	1986-1991				I/E	1995-2000				I/E
	I	E	SM	TLM		I	E	SM	TLM	
BH	8.832	120.920	-112.088	-5,55	0,07	17.228	141.138	-123.910	-5,54	0,12
Oeste	79.871	26.418	53.453	7,49	3,02	89.339	49.855	39.484	3,93	1,79
Norte Central	55.209	7.302	47.907	14,23	7,56	66.600	14.807	51.793	9,90	4,50
Norte	6.721	4.926	1.795	1,37	1,36	11.574	5.469	6.105	3,69	2,12
Leste	6.770	3.255	3.515	2,86	2,08	9.667	4.970	4.697	3,10	1,95
Sul	4.533	4.100	433	0,37	1,11	8.217	4.942	3.275	2,38	1,66
Sudoeste	8.637	3.652	4.985	5,95	2,37	22.662	4.106	18.556	13,62	5,52
RMBH	170.573	170.573	0			225.287	225.287	0		

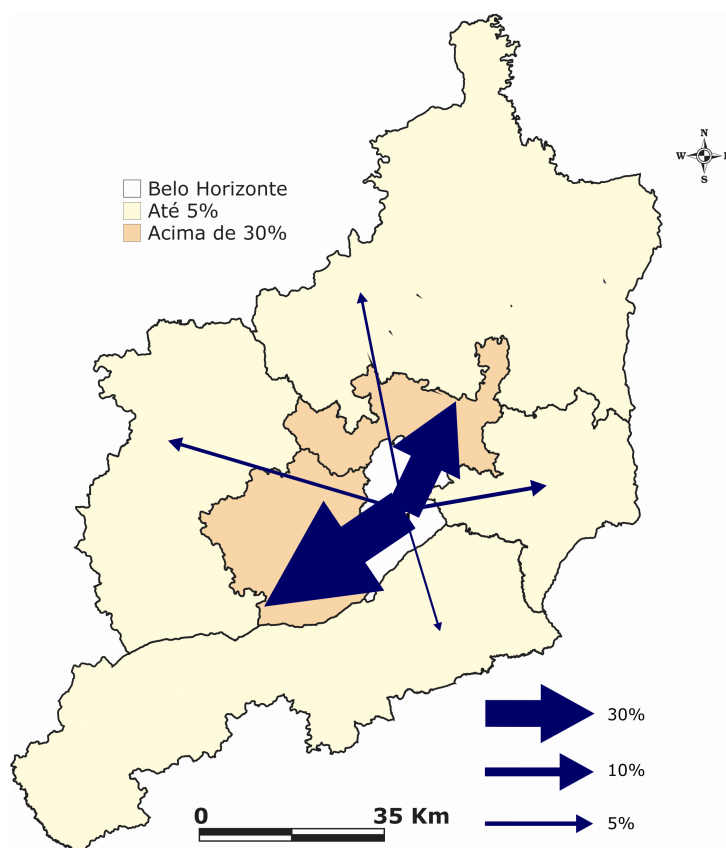
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

É importante lembrar que na análise sobre os movimentos migratórios interestaduais e intraestaduais, a Capital se destacou como o principal destino dos migrantes. No entanto, quando se analisa a migração intrametropolitana, ela se sobressai por suas elevadas perdas líquidas. Dessas considerações pode-se inferir que muitos

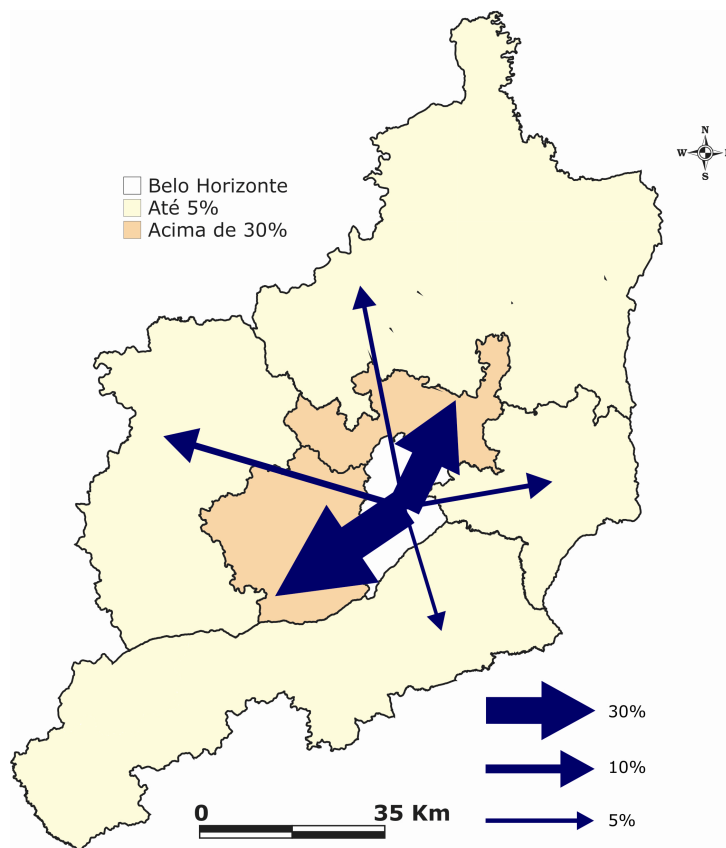
indivíduos, em sua maioria provenientes do interior do Estado de Minas Gerais, são, inicialmente, atraídos para a Capital. Ao chegarem lá, passam por um processo seletivo e muitos acabam “*expulsos*” para os municípios periféricos da RMBH, onde as exigências sócio-econômicas são menores e onde a sobrevivência diária é relativamente mais barata. Sendo assim, se para a Capital a migração intrametropolitana representa uma importante fonte de saída de população, para os vetores de expansão ela representa importante fonte de entrada.

Em todos os vetores de expansão o saldo migratório intrametropolitano foi positivo, no entanto, observando-se os MAPAS N°3A e N°3B percebe-se claramente que os migrantes intrametropolitanos são, de alguma forma, “induzidos” para os Vetores Oeste e Norte Central.

MAPA N°3A:
EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO URBANA DE DESTINO (1986-1991)



MAPA Nº3B:
EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO URBANA
DE DESTINO (1995-2000)



Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 1992 e 2002.

No período 1986-1991, o Vetor Oeste apresentou o maior saldo migratório intrametropolitano. No entanto, naquele mesmo período a maior Taxa Líquida de Migração (TLM) e o maior Índice de Reposição foram aqueles estimados para o Vetor Norte Central, indicando que, em termos relativos, o impacto das migrações intrametropolitanas foi maior naquele Vetor, comparativamente aos demais vetores de expansão da RMBH. Entre 1995-2000 o Vetor Norte Central continuou exibindo a maior TLM e o maior índice de reposição, além de apresentar o maior saldo migratório intrametropolitano. A conjugação desses indicadores permite afirmar que ele é, na atualidade, o principal vetor de expansão urbana da RMBH.

Considerando o saldo migratório negativo, alto e crescente, entre Belo Horizonte e os demais vetores de expansão da região metropolitana, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000, torna-se imprescindível melhor compreender a emigração originária na Capital, uma vez que ela é determinante do processo de expansão urbana da RMBH.

Acredita-se que a emigração de BH para a RRMBH contribui para recrudescer a estratificação sócio-espacial já existente no espaço metropolitano. Os fluxos emigratórios de BH para cada vetor de expansão devem apresentar diferenças substantivas no que diz respeito às suas características demográficas e sócio-econômicas e, portanto, refletir e intensificar as desigualdades sociais já existentes na RMBH.

5.3 - As características da emigração de BH para cada vetor de expansão da RMBH

Em relação à sua composição por sexo, o fluxo emigratório de Belo Horizonte apresenta-se bastante equilibrado, havendo apenas um ligeiro predomínio de mulheres, em ambos os períodos. No entanto, considerando os fluxos para cada vetor de expansão, isoladamente, são verificadas diferenças substanciais. Entre 1986 e 1991, por exemplo, o fluxo em direção ao vetor Leste possuía em torno de 9% a mais de mulheres, enquanto naqueles em direção aos vetores Sul e Sudoeste predominaram homens.

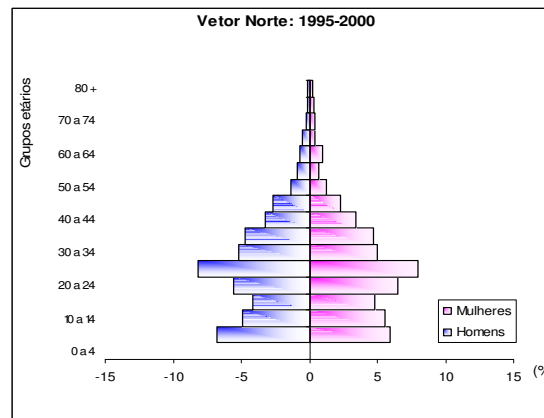
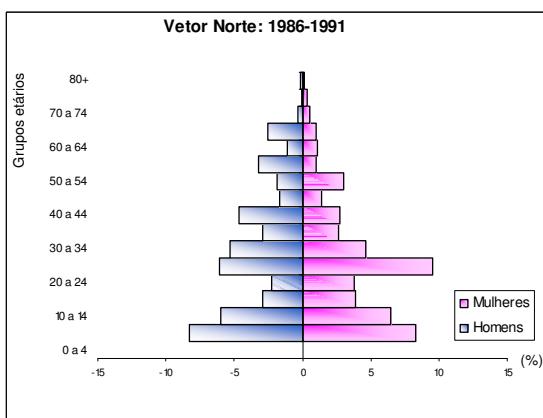
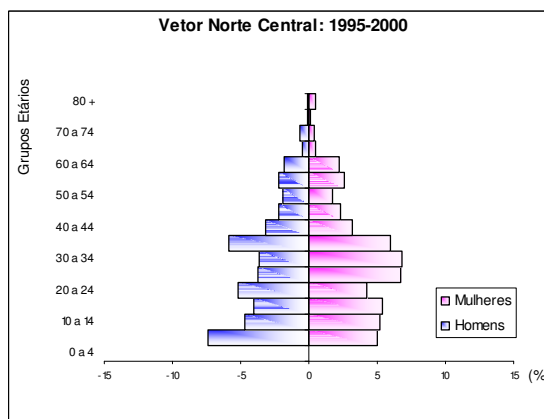
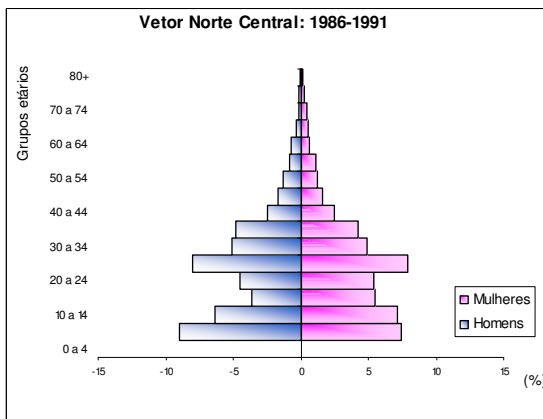
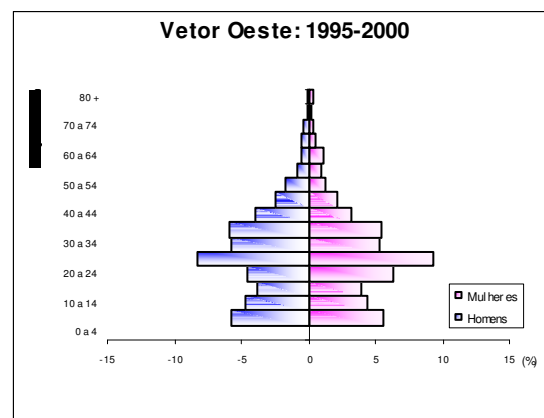
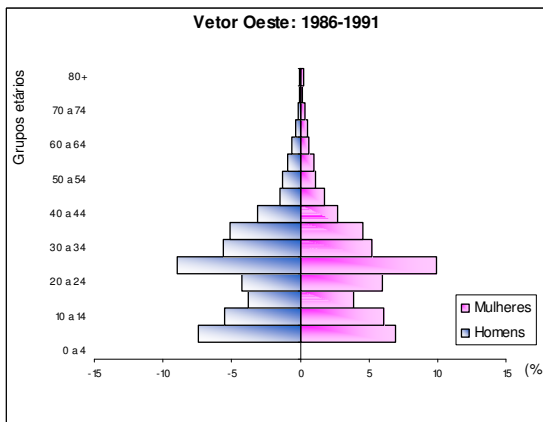
TABELA N°19:
 VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA - COMPOSIÇÃO POR SEXO DOS
 FLUXOS EMIGRATÓRIOS DE BELO HORIZONTE PARA CADA VETOR DE
 EXPANSÃO METROPOLITANA (1986-1991 e 1995-2000)

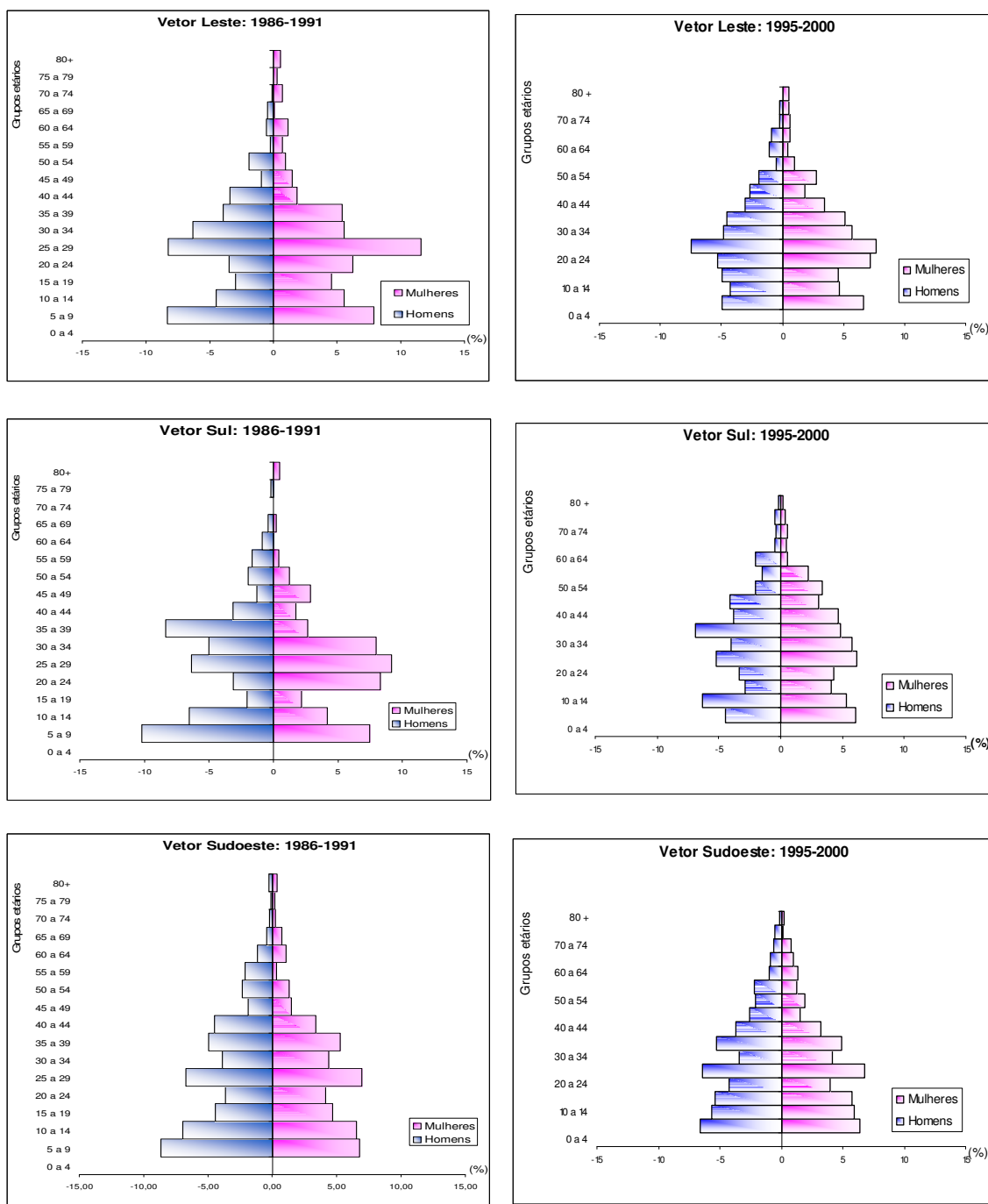
Vetores de expansão	1986-1991			1995-2000		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Oeste	48,82	51,18	58.126	49,27	50,73	58.541
Norte Central	49,36	50,64	46.077	49,34	50,66	51.843
Norte	49,39	50,61	3.663	47,31	52,69	7.005
Leste	45,46	54,54	5.424	46,87	53,13	7.688
Sul	50,94	49,06	2.813	47,99	52,01	5.658
Sudoeste	52,27	47,73	4.812	50,71	49,29	10.407
Total	49,08	50,92	120.915	49,12	50,88	141.142

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais (1991 e 2000)

As estruturas etárias dos emigrantes, embora apresentem formas diferenciadas entre os vetores de expansão e, em alguns casos, para o mesmo vetor, ao longo do tempo, são consideradas dentro da normalidade, uma vez que, nesses fluxos, predominam migrantes jovens e adultos (GRÁFICO N°9).

GRÁFICO Nº9:
ESTRUTURAS ETÁRIAS DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE
SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE DESTINO
(1986-1991 e (1995-2000)





Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais (1991 e 2000)

Se no fluxo emigratório de Belo Horizonte para a RRMBH, no período 1986-1991 o número de analfabetos era relativamente alto e apenas ligeiramente inferior a 10%, no fluxo ocorrido entre 1995-2000 a participação relativa de analfabetos não chegou a 6% (TABELA N°20). No entanto, considerando os fluxos emigratórios de Belo Horizonte para cada vetor de expansão, individualmente, algumas observações

podem ser feitas. Em primeiro lugar, o grau de analfabetismo tendeu a diminuir em todos os fluxos. Em relação a isso, é preciso considerar que essa redução se fez sentir na população brasileira, de modo geral, em resposta às políticas governamentais dos anos 80 e 90, no esforço de universalizar o ensino fundamental no país. (CASTRO, 2000). Em segundo lugar, “*desenhou-se uma tendência de regionalização do analfabetismo e de sua concentração*” (CASTRO, 2000, in HENRIQUES, 2000: 428) nos vetores de expansão mais pobres da RMBH.

TABELA 20:
GRAU DE ALFABETIZAÇÃO DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE
PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO OS
VETORES DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 e 1995-2000)

Vetor de expansão	1986-1991			1995-2000		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Oeste	91,78	8,22	38.518	95,26	4,74	42.027
Norte Central	88,46	11,54	28.083	93,66	6,34	35.160
Norte	94,34	5,66	2.348	94,27	5,73	4.779
Leste	91,23	8,77	3.591	94,37	5,63	5.382
Sul	93,13	6,87	1.864	97,42	2,58	4.026
Sudoeste	87,49	12,51	2.982	89,26	10,74	6.695
Total	90,49	9,51	77.386	94,27	5,73	98.069

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais, 1991 e 2000

De modo geral, os emigrantes de Belo Horizonte para a RRMBH são indivíduos que possuem baixo nível de escolaridade, embora a escolaridade média daqueles que realizaram o movimento migratório no período 1995-2000 seja maior do que a daqueles que realizaram o movimento migratório entre 1986-1991 (TABELA Nº21). Os vetores Sudoeste e Norte Central atraíram os indivíduos que possuíam os níveis de escolaridade mais baixos, nos dois períodos, enquanto os vetores Norte e Sul atraíram os mais qualificados.

TABELA N°21:
TEMPO MÉDIO DE ESTUDO DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM
IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO
(1986-1991 e 1995-2000)

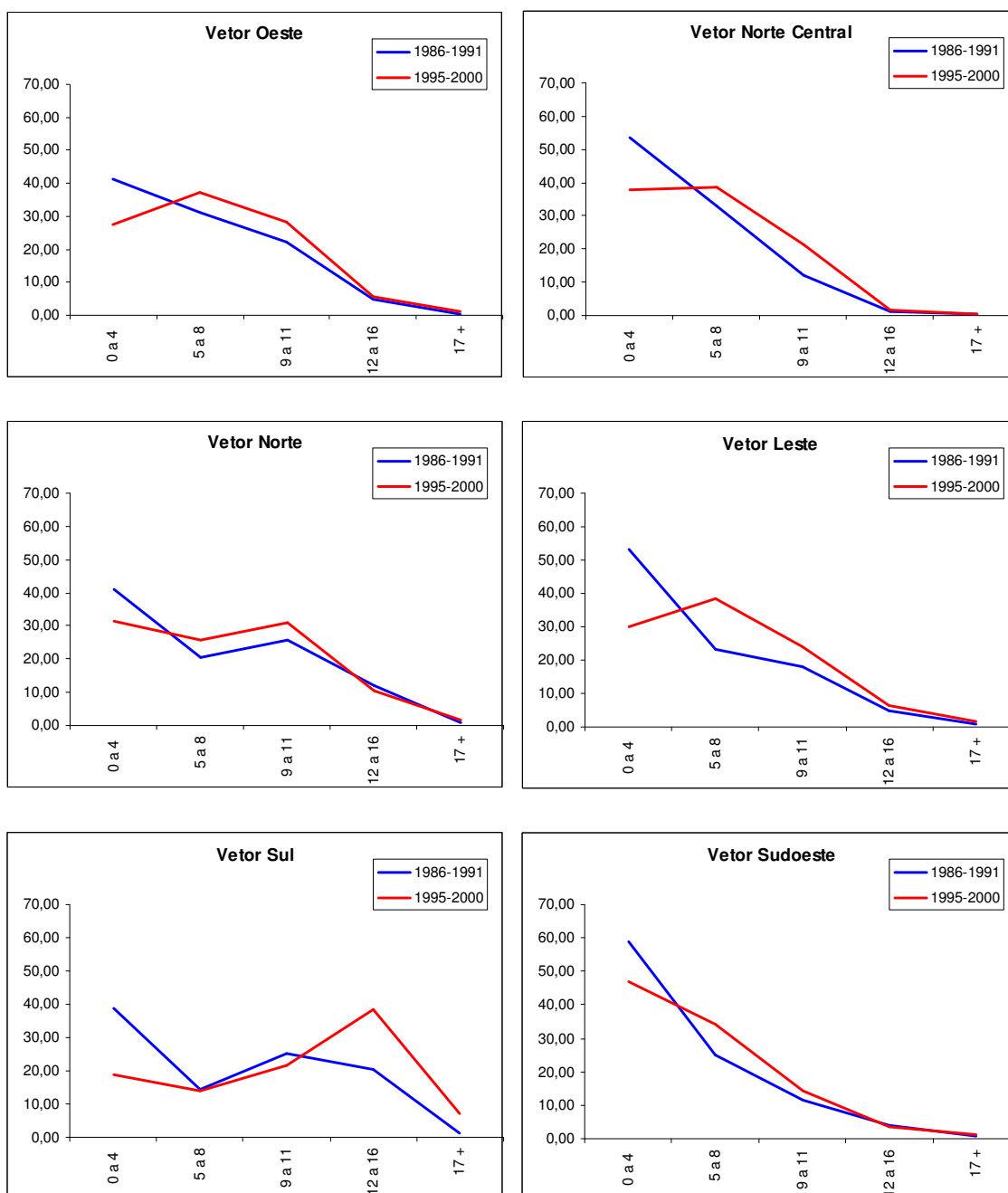
Vetor de expansão	Tempo médio de estudo	
	1986-1991	1995-2000
Oeste	6,67	7,44
Norte Central	5,49	6,33
Norte	7,58	7,84
Leste	6,19	7,17
Sul	8,28	10,80
Sudoeste	5,53	5,85
RMBH	6,26	7,09

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais (1991 e 2000)

Observa-se no GRÁFICO N°10 que, com exceção dos fluxos em direção aos vetores Norte e Sul, nos demais se percebe uma concentração de imigrantes com, no máximo, 8 anos de estudo. No caso do fluxo de Belo Horizonte em direção ao vetor Sudoeste, no período 1995-2000, detectou-se um total de 81% de indivíduos nessa faixa de escolaridade, mas como esse fluxo é de baixa densidade, o caso mais notável se torna o de Ribeirão das Neves, por se tratar de um fluxo de alta densidade, com 76,5% dos indivíduos naquela faixa de escolaridade.

As distribuições relativas dos emigrantes que tiveram como destino os vetores Norte e Sul segundo a variável “anos de estudo” apresentam-se bastante distintas das demais estruturas apresentadas no GRÁFICO N°10. No vetor Norte os municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo destacam-se por possuir muitas áreas destinadas a condomínios e sítios para a população de classe média e alta e, no vetor Sul, destacam-se os municípios de Nova Lima e Brumadinho.

GRÁFICO Nº10:
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: FIBGE, micro dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

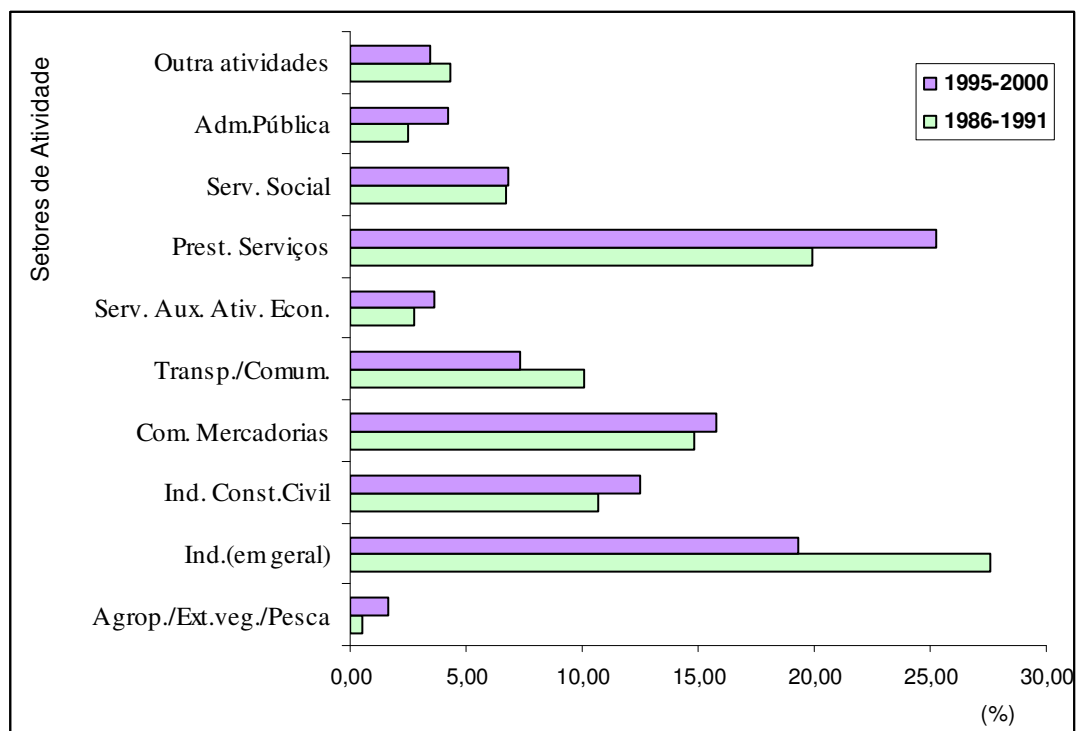
O nível de escolaridade é um atributo que, além de influenciar o processo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, determina sua trajetória no mesmo, na medida em que influencia a produtividade dos trabalhadores. A baixa escolaridade

funciona, então, como uma barreira à entrada em alguns segmentos do mercado de trabalho.

Considerando os emigrantes de Belo Horizonte para a RRMBH, com mais de 10 anos de idade, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000, verificou-se que a taxa de atividade entre eles é relativamente baixa, principalmente se considerarmos que a grande maioria dos migrantes é composta por pessoas em idade ativa, uma vez que esse evento é bastante seletivo por idade. A taxa de atividade - calculada pelo quociente entre a população com 10 anos ou mais de idade que declarou ter exercido atividade remunerada nos 12 meses anteriores a cada censo e a população total com 10 anos ou mais de idade - estimada para os emigrantes do período 1986-1991 foi de aproximadamente 53%, caindo para 51% entre os emigrantes do período 1995-2000.

Utilizando os Censos Demográficos de 1991 e 2000 verificou-se que, tanto entre os emigrantes do período 1986-1991 quanto entre os emigrantes do período 1995-2000, a indústria em geral, e a construção civil em particular, destacaram-se como importantes setores de absorção dessa mão de obra no mercado de trabalho. Além destes, destacam-se também os setores de prestação de serviços, transportes e comunicação e o comércio de mercadorias (GRÁFICO Nº11).

GRÁFICO Nº11:
EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE EM DIREÇÃO À RRMBH, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE
(1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: FIBGE, Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

Além de identificar os principais setores de atividade, julga-se necessário conhecer as ocupações (principais) exercidas por esses indivíduos no mercado de trabalho. Nesse aspecto considerou-se o emigrante por vetor de destino e por grupo ocupacional.

A distribuição relativa desses indivíduos segundo o grupo ocupacional é significativamente diferente, considerando os vários vetores de expansão. No entanto, em todos os fluxos o grupo que agrega as ocupações do setor industrial (indústria da transformação e da construção civil) apresentou um peso relativamente alto, assim como os grupos que agregam as ocupações do setor de comércio e da prestação de serviços. Mesmo no caso do vetor Sul, que difere dos demais pela elevada participação de

ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas, há um número relativamente grande de pedreiros, serventes de pedreiros, pintores, caiadores, motoristas, empregadas domésticas, faxineiras, vendedores, etc, no fluxo, isso porque a presença de indivíduos mais pobres é necessária para atender as necessidades das famílias mais afortunadas.

TABELA Nº22:
EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE EM DIREÇÃO À RRMBH, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O GRUPO OCUPACIONAL E O VETOR DE
EXPANSÃO METROPOLITANA DE DESTINO (1986-1991)

Grupo ocupacional	Oeste	Norte Central	Norte	Leste	Sul	Sudoeste	Total
Administrativas	18,72	9,80	18,49	13,95	17,84	6,15	14,83
Técnicas/Cient./Artísticas/Assemelhadas	7,15	4,35	11,35	4,48	19,76	1,90	6,24
Agropecuária.e extração vegetal e animal	0,77	1,58	10,14	0,48	2,88	3,08	1,42
Produção extrativa mineral	0,25	0,25	0,00	0,00	1,04	0,00	0,24
Ind. de transformação e construção civil	27,80	29,12	16,63	29,64	18,56	40,94	28,30
Comércio e atividades auxiliares	13,56	13,29	10,35	10,94	6,48	9,45	12,96
Transportes e comunicações	6,01	7,02	7,57	7,73	5,52	5,65	6,47
Prestação de serviços	16,77	23,65	16,92	25,16	23,20	20,69	19,93
Defesa Nacional e Segurança pública	2,27	3,77	3,07	1,43	0,00	3,64	2,79
Outras	6,68	7,18	5,50	6,22	4,72	8,50	6,83
Total	27.650	19.607	1.401	2.524	1.250	1.788	54.220

Fonte: FIBGE, Microdados dos Censos Demográficos de 1991.

Infelizmente, o Censo Demográfico de 2000 apresenta grupos ocupacionais diferentes daqueles do Censo de 1991 e, por esse motivo, a comparação direta é impossibilitada. De qualquer forma, é possível perceber a alta participação relativa de trabalhadores nas ocupações relacionadas à produção de bens e serviços industriais e do setor de serviços e do comércio, como no caso dos migrantes de Belo Horizonte no período 1986-1991 (TABELA Nº22). Os dados indicam, então, não ter havido mudanças substanciais na característica desses fluxos, considerando a ocupação principal dos migrantes belo-horizontinos no mercado de trabalho (TABELAS Nº22 e 23).

A grande novidade é a distribuição relativa dos migrantes que se destinaram ao vetor Sul. Observe-se, para tanto, a elevada participação de trabalhadores ocupando

cargos superiores da administração pública e da administração de empresas privadas, assim como a elevada participação de profissionais das ciências e das artes e de nível técnico. É um fluxo diferenciado, tendo em vista que em todos os outros o número de indivíduos nesses grupos ocupacionais é relativamente baixo.

TABELA Nº23:
EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE EM DIREÇÃO À RRBH, COM IDADE IGUAL
OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O GRUPO OCUPACIONAL E O VETOR DE
EXPANSÃO METROPOLITANA DE DESTINO (1995-2000)

Grupo ocupacional	Oeste	Norte Central	Norte	Leste	Sul	Sudoeste	Total
Membros forças armadas, policiais e bombeiros militares	1,65	2,50	2,13	2,97	1,87	1,64	2,05
Superiores do poder público/dirigentes de empresas	4,70	2,10	7,87	5,01	17,51	3,58	4,44
Profissionais das ciências e das artes	4,37	2,00	8,01	4,81	28,32	2,43	4,66
Técnicos de nível médio	9,74	8,00	11,80	9,80	9,33	5,72	8,97
Trabalhadores de serviços administrativos	12,94	10,24	5,98	8,82	7,96	5,72	10,81
Trabalhadores do setor de serviços e comércio	34,80	42,48	36,62	40,66	19,34	45,02	37,83
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	0,68	0,69	4,02	0,89	1,80	6,24	1,21
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	28,12	29,02	20,01	24,58	12,86	26,89	27,14
Trabalhadores de reparação e manutenção	3,00	2,97	3,54	2,45	1,02	2,76	2,88
Total	28.434	22.875	2.908	3.470	2.839	3.656	64.182

Fonte: FIBGE, Microdados dos Censos Demográficos 2000.

Uma vez que os rendimentos relacionam-se à produtividade do trabalhador, é previsível o fato de que os emigrantes de Belo Horizonte para a RRBH sejam, em sua grande maioria, pobres.

Entre 1986-1991 o rendimento médio de um emigrante de BH para a RRBH apresentava-se em torno de apenas 2,6 salários mínimos (TABELA Nº24), e a elevação do rendimento médio do emigrante belo-horizontino sugere ter havido um recrudescimento dos mecanismos de seletividade no núcleo da RRBH. Note-se, ainda, que os vetores Norte Central e Sudoeste têm atraído os emigrantes mais pobres de toda a RRBH, enquanto os vetores Sul e Norte têm atraído aqueles com rendimentos médios mais elevados.

TABELA Nº24:
 RENDIMENTO MÉDIO DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 e 1995-2000)

Vetor de expansão	1986-1991	1995-2000
Oeste	2,94	3,59
Norte Central	1,92	2,71
Norte	3,57	4,39
Leste	2,32	3,14
Sul	5,43	9,50
Sudoeste	1,99	2,77
Total	2,58	3,51

Fonte: FIBGE, Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

A distribuição de renda, por vetor de expansão pode ser apreciada na TABELA Nº25 e no GRÁFICO Nº12.

TABELA Nº25:
 DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE RENDA E O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 e 1995-2000)

Faixa de renda	Oeste		Norte Central		Norte		Leste		Sul		Sudoeste	
	86-91	95-00	86-91	95-00	86-91	95-00	86-91	95-00	86-91	95-00	86-91	95-00
até 1	25,69	12,80	38,06	17,53	34,72	21,39	38,49	18,15	25,33	8,69	42,79	26,39
+ de 1 até 2	28,45	31,34	31,56	38,71	22,82	25,17	28,61	34,57	19,72	14,64	34,28	36,00
+ de 2 até 3	16,36	16,39	15,70	17,16	10,16	10,97	11,87	14,95	9,08	9,71	12,25	14,44
+ de 3 até 5	15,05	19,70	10,00	16,10	9,33	15,75	12,62	15,33	15,35	9,40	4,19	12,53
+ de 5 até 10	10,81	14,99	3,40	8,37	13,80	16,27	5,56	13,51	10,89	17,85	3,97	6,84
+ de 10 até 15	2,31	2,94	0,60	1,13	5,16	4,81	1,47	2,33	8,09	11,97	0,50	0,85
+ de 15 até 20	0,54	0,89	0,30	0,46	3,03	1,82	0,32	0,49	5,28	9,15	0,45	0,98
+ 20	0,79	0,96	0,38	0,54	0,99	3,82	1,07	0,66	6,27	18,59	1,57	1,97
Total Absoluto	27.424	28.430	19.278	22.876	1.319	2.908	2.520	3.471	1.212	2.841	1.788	3.656

Fonte: FIBGE, Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

Considerando os fluxos migratórios do período 1986-1991, mais da metade dos emigrantes de Belo Horizonte para cada um dos vetores de expansão, com exceção do vetor Sul, recebia na ocupação principal um rendimento de, no máximo, 2 salários mínimos.

As piores situações foram verificadas nos fluxos em direção aos vetores Sudoeste e Norte Central, onde se detectou, nessa faixa de rendimento, mais de 77% e 69% dos emigrantes, respectivamente. Para se ter uma melhor dimensão da desigualdade na distribuição de renda, os emigrantes com um rendimento igual ou superior a 15 salários mínimos representavam menos de 2% no fluxo de Belo Horizonte para o vetor Sudoeste e menos de 1% no caso do vetor Norte Central. No caso do fluxo em direção ao vetor Sul, a distribuição de renda se apresentava, naquele período, bem menos desigual: 45% dos indivíduos daquele fluxo tinham uma renda máxima de 2 salários mínimos, enquanto 11,6% declararam um rendimento igual ou superior a 15 salários mínimos.

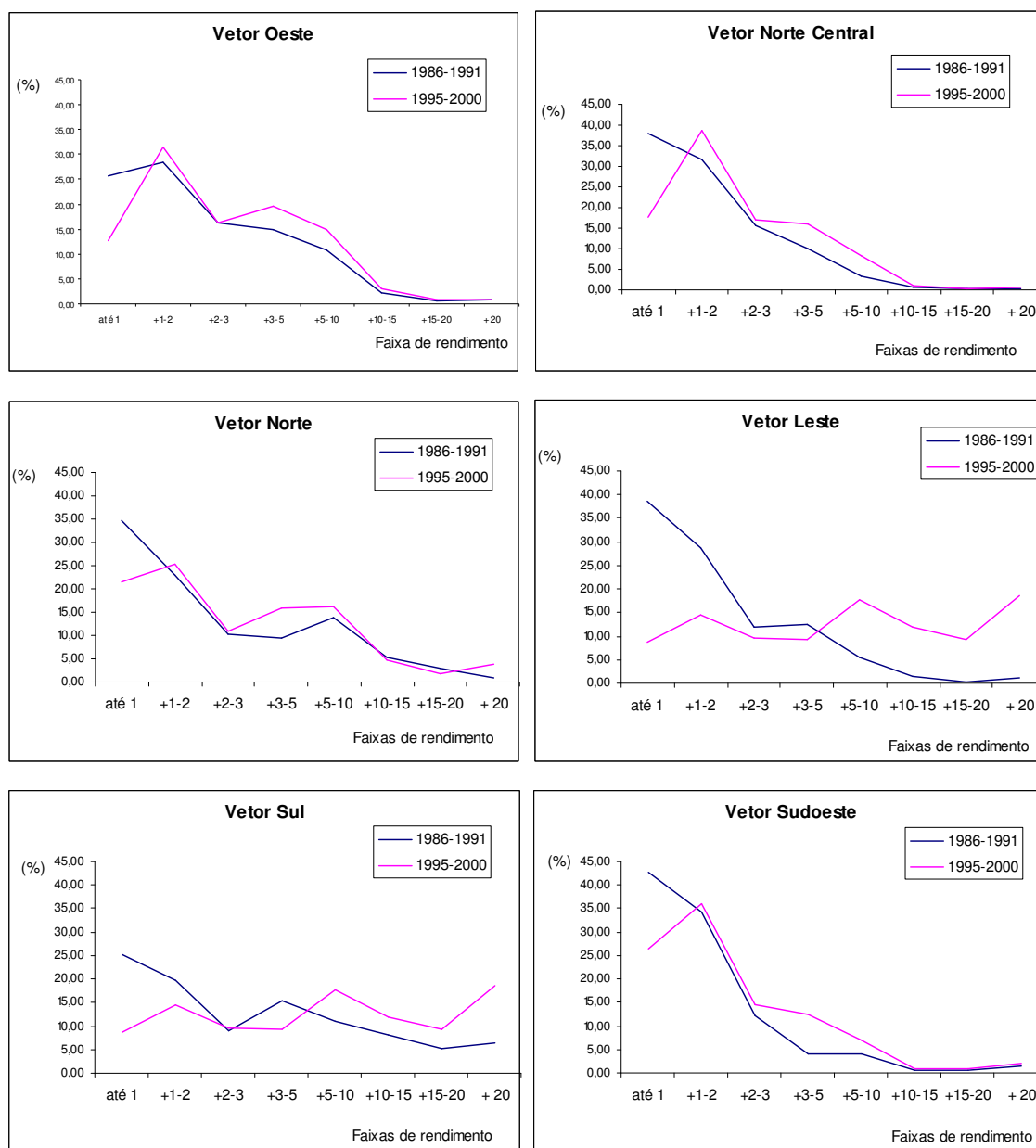
Em função dessas diferenças, as curvas referentes às distribuições relativas dos emigrantes maiores de 10 anos, por faixa de rendimento, apresentaram estruturas bastante diferenciadas, segundo os vetores de expansão.

Analisando o período 1995-2000, verifica-se entre os emigrantes de Belo Horizonte uma distribuição de renda mais igualitária, embora a desigualdade permaneça elevada. Importante considerar, também, que as distribuições de renda dos emigrantes desse período continuaram refletindo a segregação sócio-econômica da população no espaço metropolitano.

As mudanças distributivas podem ser verificadas através da comparação entre a curva de distribuição de renda do período 1986-1991 com aquela referente ao período 1995-2000. Observa-se ter havido mudanças de estruturas em praticamente todos os fluxos, nesse interregno. Em alguns casos a curva da distribuição de renda se tornou mais suave e, em outros, observa-se a mudança do ápice da primeira para a segunda faixa de rendimento. Os vetores Sudoeste e Norte Central continuaram se destacando

por atraírem os emigrantes mais pobres de Belo Horizonte, embora também naqueles vetores a distribuição de renda tenha se tornado mais igualitária.

GRÁFICO Nº12:
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE PARA A
RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO A FAIXA DE
RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO
(1986-1991 e 1995-2000)



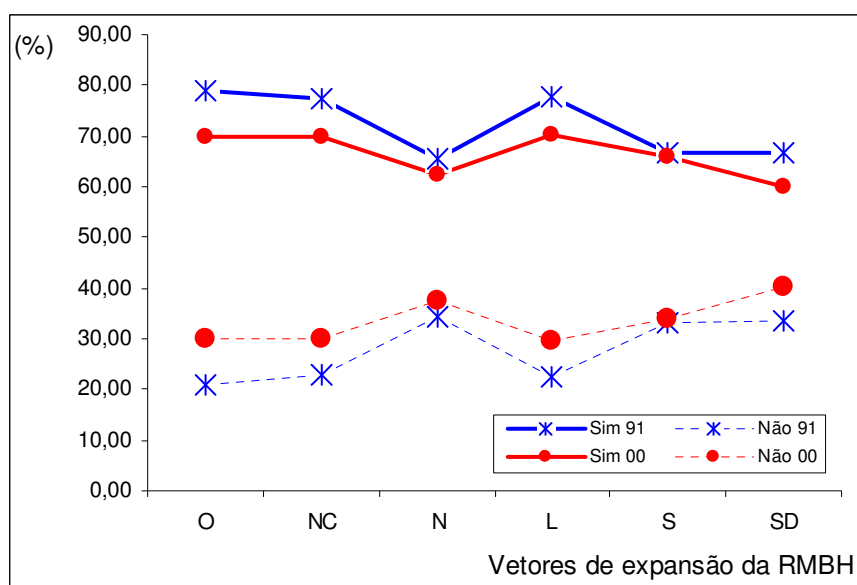
Fonte: FIBGE, Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Sobre as condições de trabalho desses indivíduos procurou-se em primeiro lugar informações referentes à posição dos mesmos na ocupação principal. Os

emigrantes de Belo Horizonte dos períodos 1986-1991 e 1995-2000 eram, em grande maioria, empregados, destacando-se, também, a elevada participação relativa de trabalhadores por conta-própria, em ambos os fluxos. Em contrapartida, eram relativamente poucos os empregadores, sendo sua presença mais notória – ainda que pouco significativa - no fluxo de Belo Horizonte em direção ao vetor Norte, no período 1986-1991 e em direção ao vetor Sul, no período 1995-2000.

No fluxo de Belo Horizonte para a RRMBH entre 1986-1991, 77,37% dos empregados tinham carteira assinada, enquanto 22,6% eram informais. Os dados do Censo Demográfico de 2000 indicaram, entretanto, uma tendência para o aumento da informalidade e redução relativa das relações formais de trabalho. Essa também não é uma característica específica desse fluxo, mas do mercado de trabalho brasileiro, nos anos 90.

GRÁFICO Nº13:
EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE TRABALHO E O VETOR DE EXPANSÃO DE DESTINO (1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: FIBGE, Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

À guisa de conclusão, se pode observar que os fluxos migratórios intrametropolitanos originários em Belo Horizonte são heterogêneos, ou seja, são formados por indivíduos com diferentes atributos sócio-econômicos. A diversificação é maior nos fluxos emigratórios de BH em direção aos vetores Norte e Sul, marcados pela elevada participação de indivíduos de classes sociais mais elevadas, que escolhem sair de Belo Horizonte e residir em condomínios fechados, por medo da violência no grande centro, atraídos pela possibilidade de uma vida mais tranqüila e mais próxima da natureza, etc. Mas, nesses fluxos é também relativamente alta a presença de indivíduos mais pobres e de baixa qualificação. A constituição sócio-econômica desses fluxos, “*constitui a reprodução de esquemas tradicionais de relações de trabalho*” (MENDONÇA, PERPÉTUO e VARGAS, 2004: 17).

Os fluxos de alta densidade - aqueles em direção aos Vetores Oeste e Norte Central - e os de baixa densidade em direção aos Vetores Sudoeste e Leste possuem formação mais homogênea: são constituídos basicamente por indivíduos com indicadores sócio-econômicos ruins. Por esse motivo, pode-se dizer que a migração intrametropolitana é, na RMBH, uma migração de pobres, expulsos de suas áreas mais nobres em direção às menos valorizadas, fato que nos permite afirmar que a expansão urbana da RMBH é, então, marcada pela “*periferização da pobreza*”.

Vimos, nesse capítulo, que na atualidade o principal vetor de expansão urbana da de Belo Horizonte e da RMBH é o vetor Norte Central, que passou, na última década a ocupar uma posição historicamente ocupada pelo Vetor Oeste. O detalhamento das características da expansão metropolitana em direção àquele Vetor será o tema do próximo capítulo.

6. A EXPANSÃO URBANA DA RMBH EM DIREÇÃO AO VETOR NORTE CENTRAL – O CASO ESPECÍFICO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

O Vetor Norte Central, formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa se afirma como importante Vetor de expansão de Belo Horizonte e da RMBH a partir dos anos 60. Em 1960, o Vetor Norte Central possuía 18.960 habitantes, 2% da população total da RMBH. Em 2000, com uma população de 523.180 habitantes, 12% da população de toda a RMBH, o vetor Norte Central se destacava por ser o segundo mais populoso da RMBH. (TABELA N°26).

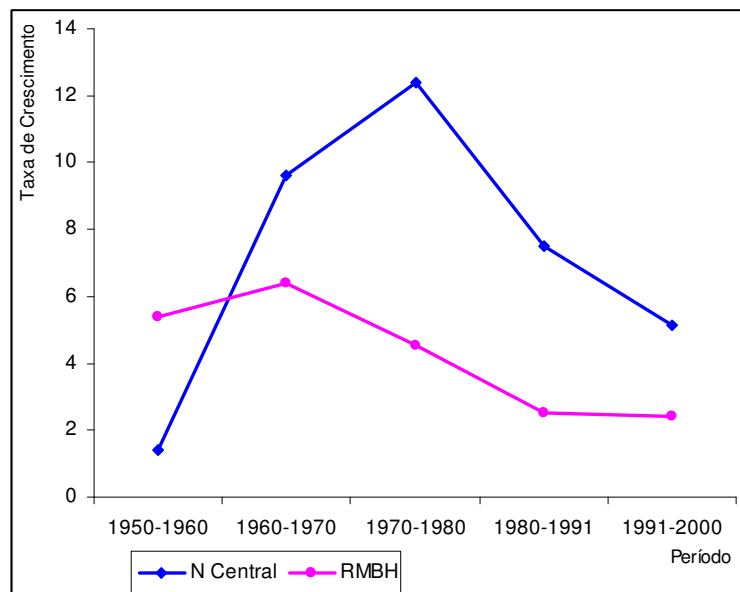
TABELA N°26:
RMBH e VETOR NORTE CENTRAL – POPULAÇÃO (1940 – 2000)

Ano	Vetor Norte Central (1)	RMBH (2)	(%) (3) = (1)/(2)
1940	18.321	371.643	4,93
1950	16.485	547.187	3,01
1960	18.960	925.683	2,05
1970	47.437	1.719.490	2,76
1980	152.198	2.676.392	5,69
1991	336.545	3.522.367	9,55
2000	523.180	4.358.288	12,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000

O aumento da participação relativa da população do Vetor Norte Central deve-se ao elevado ritmo de crescimento apresentado pelo mesmo ao longo do tempo. Entre 1960 e 1970, sua população - que na década anterior vinha crescendo a 1,4% ao ano - cresceu, a um ritmo médio aproximado de 9,6% ao ano, superando o ritmo de crescimento da RMBH, que, naquele mesmo período, apresentava-se elevado e em torno de 6,4% ao ano (GRÁFICO N°14).

GRÁFICO Nº14:
RMBH e VETOR NORTE CENTRAL - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL
(1940-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1940 a 2000

Mas foi durante os anos 70 que o Vetor Norte Central experimentou a sua maior taxa de crescimento populacional: 12,36% ao ano, ritmo significativamente superior ao crescimento da RMBH, o qual já se apresentava em declínio desde a década anterior.

Entre 1970 e 1980, o espetacular crescimento daquele Vetor deveu-se principalmente a Ribeirão das Neves. Esse município apresentou, na década de 70, um incremento populacional médio anual de 21,36%. Apesar de, naquele período, Santa Luzia e Vespasiano/São José da Lapa crescerem aceleradamente, suas taxas de crescimento sequer se aproximavam daquela exibida por Neves (TABELA Nº27).

TABELA Nº 27:
MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL - TAXA GEOMÉTRICA DE
CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO DA
POPULAÇÃO DO VETOR (1940 – 2000)

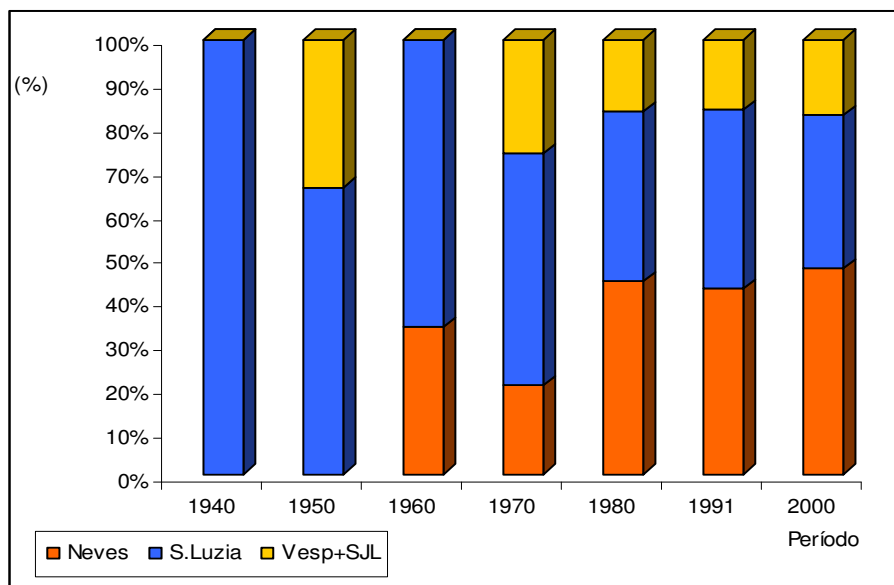
Período	Taxa de Crescimento				Participação Relativa			
	Neves	S.Luzia	Vesp+S.J.L	Total	Neves	S.Luzia	Vesp+S.J.L	Total
1960/70	4,27	7,24	-	9,60	11,66	44,70	43,65	100,00
1970/80	21,36	9,00	7,26	12,36	54,93	33,02	12,05	100,00
1980/91	7,16	7,87	7,39	7,48	41,55	42,28	16,18	100,00
1991/00	6,30	3,38	5,95	5,12	55,18	25,22	19,59	100,00

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais (1940 a 2000)

A partir dos anos 70 o ritmo de crescimento populacional do Vetor Norte Central vem declinando continuamente. Pode-se dizer que dos anos 70 para os anos 80 o declínio foi abrupto, em resposta à redução também abrupta da taxa geométrica de crescimento de Ribeirão das Neves. Dos anos 80 para os anos 90, esse declínio foi mais paulatino, decorrente, principalmente, do arrefecimento do ritmo de crescimento do município de Santa Luzia. Mas, mesmo tendo experimentado sucessivas reduções em seu ritmo de crescimento, o Vetor Norte Central continua com uma taxa superior à média regional (GRÁFICO Nº15).

Como dito anteriormente, as taxas geométricas de crescimento exibidas por Ribeirão das Neves vêm se destacando, em relação à dos demais municípios daquele Vetor. Por esse motivo, sua participação relativa no incremento absoluto da população do Vetor Norte Central tem sido cada vez maior (TABELA Nº27), assim como a concentração populacional que vem exibindo ao longo do tempo (GRÁFICO Nº15).

GRÁFICO Nº15:
MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA
POPULAÇÃO (%) (1940 a 2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 2000

As migrações interestaduais e intraestaduais contribuíram infimamente para transformarem o Norte Central no principal vetor de expansão urbana da RMBH, na última década. Mas é curioso observar que, mesmo nesse caso Ribeirão das Neves se destaca, no contexto daquele Vetor, como o maior receptor de imigrantes, tendo atraído mais de 50% dos indivíduos, dos fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais, dos períodos 1986-1991 e 1995-2000, que tiveram algum município daquele Vetor como destino.

TABELA Nº28
RMBH E VETOR NORTE CENTRAL – IMIGRANTES INTERESTADUAIS E
INTRAESTADUAIS (1986-1991 e 1995-2000)

Município do Vetor Norte Central	1986-1991		1995-200	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Ribeirão das Neves	12.518	51,18	16.282	53,23
Santa Luzia	9.042	36,97	8.610	28,15
Vespasiano + São José da Lapa	2.897	11,85	5.696	18,62
Norte Central	24.457	100,00	30.588	100,00
RMBH	229.037	10,68	244.268	12,52

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

As migrações intrametropolitanas são as que, de fato, transformaram o Vetor Norte Central em um dos principais vetores de expansão urbana da RMBH. Considerando a migração intrametropolitana entre 1986-1991, o Vetor Norte Central apresentou uma imigração de 55.185 e uma emigração de 7.296 pessoas, respectivamente, tendo como resultado um saldo migratório positivo bastante alto de 47.889 novos habitantes, o segundo maior saldo migratório de toda a RMBH. Do total de imigrantes recebidos naquele período, 46.079 pessoas (83,5%) eram emigrantes belo-horizontinos.

No quinquênio 1995-2000, aquele Vetor apresentou um saldo migratório positivo igual a 51.786 habitantes, o maior de toda a RMBH, firmando-se como o principal Vetor de expansão urbana da região metropolitana. Do total de imigrantes intrametropolitanos, naquele período, em torno de 77,8% eram emigrantes da Capital, como no caso anterior. Dessa forma, o crescimento populacional experimentado pelo Norte Central é fruto basicamente de sua interação demográfica com Belo Horizonte.

Em relação ao destino dos emigrantes intrametropolitanos de Belo Horizonte dentro do Norte Central, Ribeirão das Neves se sobressai como o mais importante receptor (TABELA Nº29).

TABELA N°29:
MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL – IMIGRANTES
INTRAMETROPOLITANOS (1986-1991 e 1995-2000)

	1986-1991	(%)	1995-2000	(%)
Ribeirão das Neves	24.872	53,98	29.445	56,80
Santa Luzia	14.622	31,73	13.834	26,68
Vespasiano/S.J. Lapa	6.585	14,29	8.565	16,52
Total	46.079	100,00	51.844	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

A literatura demográfica tem mostrado que os movimentos migratórios, apesar de suas peculiaridades, obedecem a algumas “*regras*” gerais. Como exemplo, pode-se mencionar o fato de serem seletivos por idade, predominando em praticamente todos os fluxos, indivíduos mais jovens; a existência de uma relação inversa entre a distância e a intensidade do fluxo; e também pelo fato de se originarem principalmente nas regiões mais pobres e se destinarem às áreas mais ricas. O fato de Ribeirão das Neves, um dos municípios mais pobres de toda a RMBH, se destacar entre os mais importantes receptores de população da RMBH em geral, e do Vetor Norte Central em particular, chama a atenção. Portanto, será analisado mais de perto.

6.1 - O município de Ribeirão das Neves

A Sede do município de Ribeirão das Neves, que se formou por volta de 1747 ao redor da Capela de Nossa Senhora das Neves, e o povoado de Campanha foram incorporados a Contagem em 1911, ocasião de sua promoção à categoria de Vila, permanecendo nessa condição até 1938. Naquela data foram transferidos para Betim e para Pedro Leopoldo em 1943. Em 1953 Ribeirão das Neves se emancipou de Pedro Leopoldo, sendo promovido à categoria de Cidade e tendo como distrito o povoado de Campanha que, a partir de então, recebeu o nome de Justinópolis.

O fato é que as duas áreas urbanas que deram origem ao município são completamente diferentes desde o início de sua formação. A Sede era formada por fazendas e tinha no comércio e no setor de serviços suas principais atividades econômicas, sendo sua ocupação inicialmente orientada pela penitenciária agrícola, inaugurada em 1937 (SOUSA, 2002). Segundo essa mesma autora, a Sede de Ribeirão das Neves se insere no espaço metropolitano a partir do momento em que recebe a designação de abrigar a penitenciária e se tornar a “*cidade presídio*”. O local foi escolhido pelo governo estadual basicamente em função de sua localização em relação à capital: suficientemente afastado, de forma a não comprometer a imagem de modernidade de Belo Horizonte, e suficientemente perto para permitir sua utilização.

Segundo SOUSA (2002), em 1926 teve início o processo de ocupação da região com as obras de construção da penitenciária agrícola. No primeiro momento vieram os trabalhadores, depois as famílias dos detentos. Para a autora, pelo menos nos primeiros anos após sua inauguração a penitenciária não exerceu influência negativa sobre a valorização do espaço daquele município, até porque ela havia sido construída para tornar-se a “*expressão da modernização e da justiça*”.

No entanto, nos anos 60, com a instalação da Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira, presídio de segurança máxima²¹, os preços das terras nevenses começaram a se desvalorizar. Segundo COSTA (1983: 210), a existência dos presídios acabou influenciando negativamente o mercado imobiliário, reduzindo o preço da terra, uma vez que “*those who can afford to choose where they want to live, would not consider the surroundings of a prison as a highly desirable living area*”.

Já o distrito de Justinópolis, nas proximidades da Capital e de Vespasiano, se insere no espaço metropolitano na medida em que se conurba com Belo Horizonte.

²¹ Atualmente a Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira se caracteriza como um presídio de segurança média. Não existe, em Ribeirão das Neves nenhum presídio de segurança máxima para os padrões atuais.

Segundo COSTA (1983), a estrutura fundiária de Ribeirão das Neves se caracterizava pela alta concentração das terras: as 276 pequenas propriedades existentes no município nos anos 60 ocupavam apenas 13% de sua área total, enquanto os 67 latifúndios ocupavam 78% da mesma.

Segundo a autora, nos anos 60, a principal atividade econômica do município se relacionava à produção de bens primários, principalmente de hortifrutigranjeiros, visando o abastecimento do mercado belo-horizontino, apesar da terra ser considerada de baixa fertilidade. Além da atividade agrícola, a exploração de areia e argila para a indústria da construção civil e olaria, respectivamente, constituíam importantes setores produtivos do município, naquele período.

Devido à incapacidade financeira de oferecer estímulos para o desenvolvimento da atividade industrial, juntamente com a escassez relativa de força de trabalho e com a “*vocação penitenciária*”, o município não conseguiu atrair indústrias que, naquele período, estavam se implantando na RMBH, principalmente em Contagem, Santa Luzia e Vespasiano.

Somando-se a esses fatores as características da estrutura fundiária, a baixa produtividade, a tendência de desvalorização do preço da terra e, ainda, o baixo nível de exigência do governo municipal em relação à qualidade dos parcelamentos, essa prática passou a ser vista como uma excelente alternativa econômica para os proprietários das terras nevenses. Por esse motivo, verificou-se em praticamente todo o município uma intensa prática de parcelamento da terra. Na realidade, os loteamentos do solo começaram a ser verificados mesmo antes da promoção de Ribeirão das Neves à categoria de cidade. Até 1949 foram verificados 281 loteamentos na região, todos no distrito de Justinópolis, como se pode notar na TABELA N°30.

TABELA N°30:
RIBEIRÃO DAS NEVES – PARCELAMENTO DA TERRA (1949 – 2005)

	Sede		Justinópolis		Ribeirão das Neves	
	área loteada	N° lotes	área loteada	N° lotes	área loteada	N° lotes
Até 1949			119.340	281	119.340	281
1950 - 1959	463.410	768	1.611.543	2.951	2.074.953	3.719
1960 - 1969	373.697	677	313.352	599	687.049	1.276
1970 - 1974	4.116.460	2.486	2.150.232	4.114	6.266.692	6.600
1975 - 1979	11.976.092	18.875	6.474.976	10.076	18.451.068	28.951
1980 - 1989	5.747.226	7.297			5.747.226	7.297
1990 - 1999	7.960.724	14.260	2.738.164	4.607	10.698.888	18.867
2000 - 2005	1.028.199	2.907	382.268	1.327	1.410.466	4.234
Total	31.665.807	47.270	13.789.875	23.955	45.455.682	71.225

Localidade	Sede		Justinópolis		Ribeirão das Neves	
Período	área loteada	N° lotes	área loteada	N° lotes	área loteada	N° lotes
Até 1949	0,00		100,00	100,00	100,00	100,00
1950 - 1959	22,33	20,65	77,67	79,35	100,00	100,00
1960 - 1969	54,39	53,06	45,61	46,94	100,00	100,00
1970 - 1974	65,69	37,67	34,31	62,33	100,00	100,00
1975 - 1979	64,91	65,20	35,09	34,80	100,00	100,00
1980 - 1989	100,00	100,00			100,00	100,00
1990 - 1999	74,41	75,58	25,59	24,42	100,00	100,00
2000 - 2005	72,90	68,66	27,10	31,34	100,00	100,00
Total	69,66	66,37	30,34	33,63	100,00	100,00

Fonte: PLAMBEL (1983: 22)

* os dados da TABELA N°30 referem-se às datas de avaliação dos parcelamentos e não à sua efetiva implantação.

Os dados da TABELA N°30 ainda sugerem ter havido uma mudança de comportamento do mercado imobiliário daquele município, na década de 1950. Observe que entre 1950 e 1959 a área loteada em Ribeirão das Neves aumentou significativamente, assim como o número de lotes – com ou sem aprovação - lançados no mercado. Curioso observar, também, que esses parcelamentos permaneceram concentrados no distrito de Justinópolis, enquanto os parcelamentos na Sede eram ainda relativamente modestos.

Segundo o PLAMBEL (1983), o processo de loteamento das terras nevenses foi fortemente influenciado pela expansão urbana de Belo Horizonte em direção à região norte do município, induzido pela construção do complexo de lazer da Pampulha e da abertura da Avenida Antônio Carlos. Mas é importante ressaltar que, naquele

período, o grau de ocupação dos mesmos era extremamente baixo, o que se torna facilmente perceptível ao se verificar o ritmo de crescimento populacional do município nos anos 50.

Na década de 60 houve um arrefecimento da atividade do mercado imobiliário Nevense, o que pode ser constatado pela redução da área loteada e do número de novos lotes disponibilizados no mercado, naquele período. Mas, mesmo tendo havido uma redução do número de parcelamentos na região, aproximadamente 54% dos lotes aprovados em toda a RMBH, entre 1969 e 1971, se localizavam em Ribeirão das Neves e Ibitité. Isso ocorreu tanto em função da legislação restritiva em relação à prática de parcelamentos dos municípios de Contagem e Belo Horizonte, quanto em função da falta de legislação imobiliária naqueles municípios. Em Ribeirão das Neves e Ibitité a falta de uma legislação específica favoreceu o surgimento de loteamentos destinados à população de nível sócio-econômico mais baixo, uma vez que não havia exigências legais quanto à qualidade dos parcelamentos a serem lançados no mercado.

Se até o início dos anos 60 os loteadores encontravam-se indecisos sobre o tipo de loteamento que iriam ofertar no mercado imobiliário nevense, lançando, inclusive, loteamentos do tipo chácaras de recreio, com lotes de 2.000 m² destinados a população de nível de renda mais elevado, a partir daquela data se especializaram em loteamentos populares, para a população de baixo nível de renda.

De modo geral, esses loteamentos se caracterizavam pela carência de infraestrutura urbana, de responsabilidade do setor público municipal. Ou seja, eram carentes em relação à oferta de serviços de transporte público, pavimentação e iluminação das ruas, energia elétrica, telefone, coleta de lixo, abastecimento de água e rede de esgoto. Do ponto de vista do poder público, os elevados gastos com a provisão da infraestrutura urbana não se justificavam, uma vez que, tendo em vista o baixo

índice de ocupação daqueles parcelamentos, naquele período, tais investimentos atenderiam apenas a um número reduzido de pessoas.

Além da carência de serviços urbanos, esses loteamentos se caracterizavam também pela escassez de áreas destinadas ao uso institucional e coletivo, ou seja, de áreas próprias para a construção de escolas públicas, hospitais, praças e parques. Nesse caso os parcelamentos seguiam as leis municipais, bem menos exigentes que as federais, em relação a essas questões.

Segundo COSTA (1983), a legislação federal exigia que 35% das terras de quaisquer parcelamentos fossem destinadas a uso institucional e coletivo, mas a legislação de Ribeirão das Neves além de não ter fixado áreas para a construção de praças e parques, era suficientemente frouxa para admitir uma reserva de apenas 3 a 5% das terras para uso institucional. Segundo a referida autora, praticamente nenhum loteamento da RMBH, naquele período, seguiu à risca as normas estabelecidas pela federação, mas dentre eles a situação de Neves era a mais precária.

Tendo em mente tais características torna-se fácil perceber porque, apesar do alto grau de monopólio no mercado imobiliário de Ribeirão das Neves²², os preços da terra eram relativamente baixos. Além da precariedade, os ofertantes dos terrenos levavam em conta as características sócio-econômicas dos demandantes em potencial para aquele tipo de loteamento no momento de estabelecimento do seu preço, e controlavam as formas de acesso a terra.

Para aqueles que pudessem adquirir o lote à vista os descontos variavam entre 30 e 60% do valor do imóvel e para aqueles que não tinham condições de adquirir o imóvel nesses termos, as empresas loteadoras forneciam alternativas de financiamento. De modo geral, os compradores não precisavam apresentar comprovantes de

²² Segundo COSTA (1983), apenas 10 firmas eram proprietárias de uma proporção superior a 96% dos loteamentos.

rendimentos e podiam financiar o imóvel em até 60 prestações fixas, sendo importante ressaltar que o valor real do lote normalmente não era divulgado.

Essa estratégia de comercialização dava ao comprador a falsa ilusão de estar adquirindo um lote barato, quando na verdade o seu preço era bastante elevado, se considerada a qualidade dos parcelamentos. A esse respeito SMOLKA (2003:268) adverte que *“a informalidade é cara e exacerba as condições de pobreza”*.

Na década de 1970 houve uma verdadeira “explosão” do mercado imobiliário de Ribeirão das Neves. No primeiro quinquênio dessa década foram lançados 6.600 novos lotes no mercado, sendo necessário chamar a atenção para a concentração dos mesmos em regiões pertencentes a Justinópolis, quando na verdade a maior parcela da área loteada localizava-se na Sede do município. Essa diferença pode ser utilizada como indicador de uma piora na qualidade dos loteamentos do distrito, tomando-se como referência o tamanho médio dos lotes.

No segundo quinquênio, porém, observa-se maior número de lançamentos de parcelamentos de toda a história de Ribeirão, totalizando 28.951 novos lotes no município naquele período. E, ao contrário do que vinha ocorrendo anteriormente, a partir desse período os parcelamentos tenderam a se concentrar na Sede.

Segundo COSTA (1983: 209),

“A low level of agricultural productivity in the fringes of an urban agglomeration in a rapid process of expansion tends to make the purchase of rural land an easy task for property developers. For the traditional rural landowner the selling of his property can be seen as an alternative to a not very promising agriculture, while for some landowners the land development activity can be a means of valorizing their capital invested on land”

Dos anos 70 para os anos 80 o mercado imobiliário de Neves sofreu um novo arrefecimento. Segundo SOUSA (2002), nos anos 80 apenas 4 novos parcelamentos, totalizando 7.297 lotes, foram lançados, todos na Sede do município, isso porque naquela ocasião o mercado imobiliário metropolitano voltou-se para a produção de

loteamentos destinados à população de alto nível de renda, tendo em vista a maior fiscalização desse mercado por parte dos órgãos oficiais. Mas, nos anos 90, verifica-se um recrudescimento do setor, com o lançamento de 18.867 novos lotes, também concentrados na Sede.

O processo de parcelamento das terras nevenses continua bastante intenso. Entre 2000 e 2005 foram lançados 5 novos loteamentos (aprovados), totalizando 4.411 lotes de tamanho médio inferior àquele estabelecido como padrão. Além desses, alguns loteamentos foram lançados, mas permanecem clandestinos. Segundo informações da Prefeitura Municipal, a taxa para a aprovação dos parcelamentos é de R\$ 35,00/m², valor consideravelmente alto que antes de arrefecer o processo contribui para o aumento da ilegalidade.

Segundo o cadastro de loteamentos do município, Ribeirão das Neves possui atualmente 155 bairros aprovados, incluindo os três centros (Sede, Justinópolis e Areias); 2 bairros (Xangrilá e Solar das Palmeiras) situados no perímetro de Ribeirão das neves que foram aprovados em outros municípios e 7 bairros não aprovados (Liberdade, São Judas Tadeu, Maria Helena 2ª Seção, Jardim Canto da Alvorada, condomínio Canto dos Pássaros, Condomínio Luar da Mata e Ivo de Abreu). O município conta, também, com o Distrito Industrial João de Almeida, ainda pouco ocupado.

Segundo o PLAMBEL (2003), a formação do espaço físico Nevense foi orientada pelo mercado imobiliário privado, obedecendo aos interesses econômicos dos loteadores. Essa idéia está presente também em MOURA (1983: 245), na medida em que admite que *“the decision of when, how, and how much to develop can be taken according to market fluctuations or to any other circumstances, and the gains obtained by such control are manipulated exclusively by the developer”*.

A efetiva ocupação daquele espaço foi fortemente orientada pela estrutura viária. Além da Avenida Antônio Carlos, foram de suma importância a BR-040 e a MG-6, que permitem o acesso da população a outros loteamentos, a Belo Horizonte e aos outros municípios limítrofes. Além da estrutura viária, o processo de ocupação foi também orientado pelo núcleo urbano pré-existente formado pela Sede, Justinópolis e também pelo distrito de Areias.

A Sede e Justinópolis são núcleos urbanos mais antigos e, portanto, consolidados. Possuem setor comercial relativamente desenvolvido e alguns equipamentos de uso público como escolas e centros de saúde. Além desses fatores, a Sede abriga o poder político-administrativo e Justinópolis conta com uma proximidade espacial maior de Belo Horizonte, fatores que contribuem para a valorização dos terrenos localizados nessas duas áreas e, portanto, tornam-nas mais atraentes para o surgimento de novos parcelamentos.

Areias é um caso à parte. Apesar de se localizar em uma região mais distante, nos limites de Neves com Pedro Leopoldo, é uma região que apresenta uma topografia favorável à ocupação. Além de contar com a disponibilidade de alguns equipamentos urbanos, é uma região que tem um setor produtivo mais desenvolvido, comparativamente a Sede e a Justinópolis. Na região são desenvolvidas atividades de horticultura, cerâmicas e extração de areia, que empregam parcela da população residente. A atividade comercial é constituída apenas por pequenos estabelecimentos, de forma que a realização do consumo se dá no município de Belo Horizonte, uma vez que é relativamente mais fácil chegar até a Capital do que à Sede municipal. No entanto, nesse trabalho, os dados referentes à “Sede” incluem os dados relativos ao Distrito Sede, propriamente dito, e também aqueles referentes ao Distrito de Areias.

6.2 – As características da População de Ribeirão das Neves

Em 1950, quando ainda pertencia a Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves era um pequeno povoado com uma população apenas ligeiramente superior a 4 mil habitantes. Mas, em um período de apenas 50 anos, a população daquele município cresceu vertiginosamente, ultrapassando 246 mil habitantes, em 2000. As taxas de crescimento populacional do município, em geral elevadas, variaram enormemente ao longo do tempo e também se apresentaram consideravelmente distintas, se considerarmos a Sede e Justinópolis, como se pode notar na TABELA Nº 31.

TABELA Nº31:
RIBEIRÃO DAS NEVES – POPULAÇÃO E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO,
SEGUNDO O DISTRITO (1950 – 2000)

Período	População		
	Justinópolis	Sede	Total Neves
1950	1.535	2.732	4.267
1960	2.226	4.165	6.391
1970	4.798	4.909	9.707
1980	53.207	14.050	67.257
1991	89.466	54.387	143.853
2000	136.500	110.089	246.589

Taxa de Crescimento			
Período	Justinópolis	Sede	Total Neves
1950-1960	3,79	4,31	4,12
1960-1970	7,98	1,66	4,27
1970-1980	27,20	11,09	21,36
1980-1991	4,84	13,09	7,16
1991-2000	4,90	8,31	6,29

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1950 a 2000

A literatura tem mostrado que, apesar do processo de parcelamento da terra ter ocorrido desde o final dos anos 40, o espaço nevensense se caracterizou, até o final dos anos 70, por grandes vazios demográficos. Em 1970 Ribeirão das Neves ainda era uma pequena cidade da região metropolitana, com uma população inferior a 10 mil

habitantes. Isso porque, apesar do frenético ritmo de lançamento de parcelamentos na região, sua ocupação foi bastante lenta.

Segundo COSTA (1983), a morosidade no processo de ocupação se explica em primeiro lugar, porque a venda dos lotes era lenta, apesar das várias estratégias de comercialização utilizadas pelas firmas loteadoras²³ e, em segundo lugar, porque a maioria das famílias não tinha condições de pagar a prestação mensal do lote e, simultaneamente, construir a edificação, dadas as restrições orçamentárias.

Entre 1960 e 1970, a população de Ribeirão das Neves cresceu, em média, 4,27% ao ano. Mas, enquanto a Sede crescia a um ritmo médio anual de aproximadamente 1,66%, Justinópolis crescia em torno de 8% ao ano, refletindo, com certa defasagem temporal, o comportamento do mercado imobiliário privado, que até meados dos anos 70 priorizou o lançamento de parcelamentos naquele Distrito.

Como dito anteriormente, durante os anos 70 a população de Ribeirão das Neves apresentou a sua maior taxa geométrica de crescimento: 21,36% ao ano. E, ainda como reflexo do comportamento do mercado imobiliário nos períodos anteriores, o crescimento populacional de Justinópolis - a uma taxa média anual de 27,2% - explicou nada mais nada menos que 84% do crescimento populacional do município. Ainda nesse período, a população da Sede também cresceu a um ritmo extremamente alto (de 11,09% ao ano), mas sua participação relativa no incremento absoluto total do município foi de apenas 15,9%. Significa dizer que nos anos 60 e 70 Ribeirão das Neves cresceu em função da dinâmica demográfica de Justinópolis, basicamente, como se pode notar na TABELA N°32.

²³ Eram elaborados panfletos e anúncios nas rádios populares enfatizando as vantagens de aquisição de um terreno para a construção da casa própria; o financiamento era feito através da própria firma loteadora, sem necessidade de comprovação de rendimento; em geral o financiamento era pago em 60 prestações fixas, de valor compatível com o nível de renda do comprador; o preço final do lote normalmente não era divulgado; descontos de 30 a 60% para compras a vista, etc.

TABELA Nº32:
RIBEIRÃO DAS NEVES – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DISTRITOS NO
INCREMENTO ABSOLUTO (1950 – 2000)

Período	Justinópolis	Sede	Neves
1950-1960	32,5	67,5	100,0
1960-1970	77,6	22,4	100,0
1970-1980	84,1	15,9	100,0
1980-1991	47,3	52,7	100,0
1991-2000	45,8	54,2	100,0

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1950 a 2000

Dos anos 70 para os anos 80, a taxa de crescimento populacional de Ribeirão das Neves diminuiu consideravelmente, mas mesmo assim permaneceu elevada e, na década de 80, esteve em torno de 7,2% ao ano. A partir daquela data, a população da Sede passou a crescer mais rapidamente, novamente refletindo com certa defasagem temporal o comportamento do mercado imobiliário privado, que a partir de meados dos anos 70 concentrou, naquela área, o lançamento de novos parcelamentos.

Atualmente com uma taxa geométrica de crescimento de 6,29% ao ano, Ribeirão das Neves permanece, no contexto da RMBH, como um dos municípios de crescimento populacional mais acelerado, sendo importante ressaltar que esse crescimento ocorre cada vez mais em função da Sede (TABELA Nº32). O elevado ritmo de crescimento que vem sendo sustentado por Neves relaciona-se à ocupação efetiva dos loteamentos populares lançados nas décadas anteriores e à continuidade, embora em menor proporção, da prática do parcelamento.

Em relação à situação do domicílio, em 1991, 83,37% da população de Ribeirão das Neves residia em áreas urbanas, já o Censo Demográfico de 2000 revelou um grau de urbanização de 99,4%. Esse aumento acelerado do grau de urbanização pode estar relacionado a duas questões, a saber: (1) ao aumento da população residente em áreas já consideradas urbanas pelo IBGE em 1991 e (2) pela reclassificação de áreas rurais em urbanas, entre 1991 e 2000.

Como dito anteriormente, Ribeirão das Neves está entre os municípios mais pobres da RMBH, com uma produção interna que não chegou a corresponder a 2% de toda a produção da região metropolitana, no ano 2000, ano em que alcançou a sua maior participação relativa no PIB regional. (TABELA N°34). É interessante formalizar, ainda, que o crescimento do PIB de Neves deve-se ao bom desempenho do Setor de Serviços, único que cresceu continuamente entre 1970 e 2002.

TABELA N°33:
RMBH e RIBEIRÃO DAS NEVES – EVOLUÇÃO DO PIB (1970 – 2003)

Período	RMBH	Ribeirão das Neves	RN/RMBH
1970	7.864.247,62	9.174,76	0,12
1975	14.926.218,98	33.490,53	0,22
1980	23.566.034,77	119.699,18	0,51
1985	24.730.849,80	142.208,87	0,58
1996	37.303.020,24	297.314,54	0,80
1999	34.361.150,71	537.280,47	1,56
2000	37.044.510,38	595.032,38	1,61
2001	37.894.711,73	581.951,28	1,54
2002	36.486.725,94	571.850,63	1,57
2003	36.807.782,46	553.528,83	1,50

Fonte: www.ipeadata.gov.br, acessado dia 01-09-2006.

A baixa magnitude desse indicador permite inferir que Ribeirão das Neves, por apresentar desenvolvimento tardio em relação aos demais municípios da RMBH²⁴, possui, ainda hoje, um mercado de trabalho de baixo dinamismo e baixa produtividade. Por esse motivo, a possibilidade de aquisição de emprego na economia local não deve ser apontada como um fator de atração populacional, naquele município.

²⁴ O município, até os anos 70, não atraiu a atividade industrial, pois, como vimos no Capítulo 1, as políticas públicas de incentivo à industrialização sempre priorizaram os municípios de Contagem, Betim e Santa Luzia, de forma que esses municípios passaram a representar vantagens locais para quaisquer novas indústrias que tivessem interesse em se instalar na RMBH. Além disso, tendo em vista o tamanho de sua população - apenas 6.387 habitantes, em 1960, período em que se percebe considerável evolução da atividade industrial mineira - pode-se dizer que a oferta de mão-de-obra no município era pequena, comparativamente àquela verificada em Contagem e Betim, municípios que possuíam uma população superior a 26 mil habitantes, naquele mesmo período.

Aliás, não parece correto afirmar que Ribeirão das Neves vem exercendo grande e crescente poder de atração sobre os migrantes. Os dados aqui apresentados sugerem que o crescimento populacional de Neves, na verdade, está intimamente associado ao processo de expansão urbana de Belo Horizonte e reflete, portanto, seu poder de atração e retenção populacional.

Deve ser salientado que, ao se considerar as migrações interestaduais e intraestaduais, a Capital se destacou, na RMBH, como principal receptor de imigrantes, em sua maioria caracterizados por baixos atributos sócio-econômicos. Mas, ao se analisar as migrações intrametropolitanas, Belo Horizonte apresentou o maior saldo migratório negativo dentre todos os municípios da RMBH. Através da associação dessas informações, verificou-se que a residência na Capital é, para muitos, apenas uma etapa de um movimento migratório em direção à RMBH.

O fato é que os preços excessivos da terra urbana - em consequência “*de uma regulação excessiva, excludente, elitista, ..., que impõe condições não razoáveis – impossíveis de cumprir pelos pobres*” (SMOLKA, 2003: 258), e também em consequência do descompasso entre a oferta e a procura por esses lotes (SMOLKA, 2003) – têm tornado essa terra inacessível à população de baixa renda. Sem acesso ao lote formal (seja pelo seu próprio estado de pobreza, seja em função do preço excessivo da terra), parcela significativa da população se vê “*empurrada*” da Capital para a periferia, principalmente para onde o mercado imobiliário se caracteriza por algum grau de informalidade. Sob essa ótica, não é Ribeirão das Neves que atrai imigrantes, mas Belo Horizonte que expulsa parcela significativa de sua população que, apesar de não conseguir manter sua residência no núcleo da RMBH, pretende continuar residindo no seu entorno.

Os loteamentos de Ribeirão das Neves representaram para muitos uma oportunidade, senão a única, de adquirir moradia própria. Representaram, também, para essas pessoas, a chance de continuar residindo nas proximidades da Capital e, portanto, de estar inserido em seu mercado de trabalho.

Indubitavelmente, as migrações, principalmente aquelas de caráter intrametropolitano (TABELA N°34), foram determinantes do ritmo de crescimento populacional de Ribeirão das Neves, até porque é sabido que as taxas de fecundidade de todo o país vêm declinando ao longo do tempo, independentemente da classe social e dos níveis de renda e escolaridade dos indivíduos.

TABELAN°34:
RIBEIRÃO DAS NEVES – IMIGRANTES, SEGUNDO O TIPO DE MOVIMENTO
MIGRATÓRIO (1986-1991 e 1995-2000)

Tipo de movimento migratório	1986-1995	(%)	1995-2000	(%)
Interestadual	3.861	9,18	4.636	8,62
Intra-estadual	8.655	20,58	11.646	21,67
Intrametropolitana	29.548	70,25	37.472	69,71
Total	42.064	100,00	53.754	100,00
População total	143.852	-	246.846	-
Taxa de Imigração	29,24	-	21,78	-

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais (1991 e 2000)

Uma análise da composição da população de Ribeirão das Neves, segundo o status migratório, torna nítida a importância das migrações para a sua formação, tendo em vista a elevada participação relativa de migrantes no seu estoque populacional, nos dois períodos em questão (TABELA N°35). Por “*não migrantes*” entende-se todos os indivíduos que, além de terem nascido em Ribeirão das Neves, declararam, nos Censos de 1991 e 2000, nunca terem residido em outro município; por “*migrantes*” entende-se todos os não-naturais do município e também os retornados plenos, ou seja, indivíduos que, apesar de terem nascido em Neves declararam, nos Censos de 1991 e 2000, terem residido em outro município. É importante considerar, ainda, que os não migrantes são,

em sua grande maioria, efeitos indiretos de movimentos migratórios anteriores em direção a Neves e que a migração de retorno permanece pouco significativa para a constituição populacional do município²⁵.

TABELA Nº 35:
RIBEIRÃO DAS NEVES - POPULAÇÃO, SEGUNDO O
STATUS MIGRATÓRIO (1991 e 2000)

<i>Status</i> migratório	1991	(%)	2000	(%)
Não migrantes	38.934	27,07	73.720	29,86
Migrantes	104.919	72,93	173.126	70,14
População	143.853	100	246.846	100,00

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Através da variável tempo de residência, é possível classificar os migrantes de acordo com o momento de chegada em Ribeirão das Neves, ou seja, é possível classificá-los de acordo com as coortes migratórias. No entanto, é preciso ressaltar que em cada Censo foram identificados apenas os sobreviventes de cada coorte à mortalidade e à re-emigração, sendo o verdadeiro fluxo desconhecido tendo em vista que apenas os sobreviventes foram recenseados. Além disso, o fluxo migratório real será mais próximo dos valores detectados em cada Censo quanto menor o tempo de residência, pois o tempo de exposição a tais eventos é também pequeno e, portanto, a probabilidade de ocorrência dos mesmos é menor. Os dados da TABELA Nº36 mostram que a maioria dos imigrantes residentes em Ribeirão das Neves é recente, ou seja, chegou nos 10 anos que antecederam cada Censo.

²⁵ Dos 104.919 imigrantes residentes em Ribeirão das Neves, em 1991, apenas 900 (0,86%) eram naturais que haviam retornado após a realização de movimento migratório, em algum período anterior. Em 2000, dentre todos os migrantes apenas 2,58% eram de retorno.

TABELA Nº 36:
RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES, SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA (1991 e 2000)

Tempo de Residência	1991	(%)	2000	(%)
0 a 4	48.344	46,08	63.667	36,77
5 a 9	21.978	20,95	38.980	22,52
10 a 19	30.254	28,84	46.971	27,13
20 a 29	3.327	3,17	20.695	11,95
30 a 39	755	0,72	2.225	1,29
40 a 49	148	0,14	396	0,23
50 a 59	45	0,04	156	0,09
60 +	70	0,07	37	0,02
Imigrantes	104.919	100,00	173.127	100,00

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

6.3 - Quem são os imigrantes intrametropolitanos de Ribeirão das Neves

Do total de imigrantes intrametropolitanos em Ribeirão das Neves, entre 1986 e 1991, em torno de 84% eram emigrantes de Belo Horizonte, tendo essa proporção se reduzido para pouco menos de 79%, quando se observa o período 1995-2000 (TABELA Nº37).

Essa redução é apenas relativa, pois em números absolutos, Ribeirão das Neves recebeu um número significativamente maior de emigrantes belo-horizontinos entre 1995-2000, comparativamente ao período 1986-1991. Isso se explica pela maior participação relativa dos emigrantes intrametropolitanos do Vetor Oeste e dos outros municípios do próprio Vetor Norte Central. O município praticamente não recebe emigrantes intrametropolitanos dos Vetores Leste, Sul, Sudoeste e Norte.

TABELA N°37:
RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS, SEGUNDO O
VETOR DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE ORIGEM (1986-1991 e 1995-2000)

Vetor de expansão	1986-1991	(%)	1995-2000	(%)
Belo Horizonte	24.872	84,17	29.445	78,58
Oeste	2.845	9,63	4.921	13,13
Norte Central	924	3,13	1.872	4,99
Norte	179	0,60	262	0,70
Leste	259	0,88	523	1,40
Sul	234	0,79	193	0,52
Sudoeste	235	0,79	254	0,68
Total	29.549	100,00	37.471	100,00

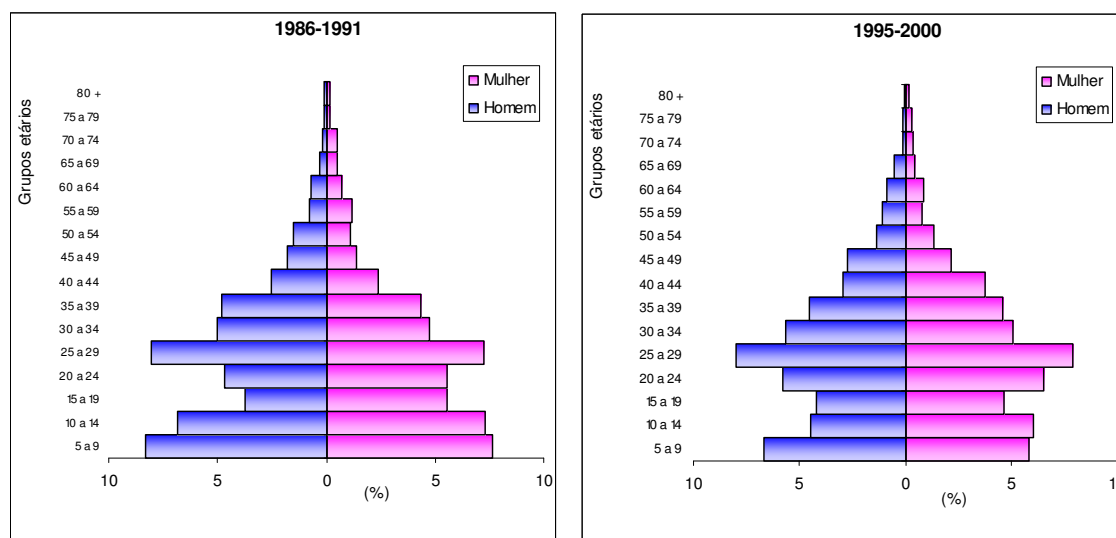
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

E, uma vez que a emigração intrametropolitana de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves é, de longe, a mais significativa do ponto de vista da expansão urbana da RMBH em direção ao Vetor Norte Central, apenas esse fluxo será considerado.

Nos fluxos dos períodos 1986-1991 e 1995-2000 observou-se apenas um ligeiro predomínio de mulheres em relação aos homens, além de uma estrutura etária bastante jovem (GRÁFICO N°16). Essa, por sua vez, já era esperada, pois os emigrantes intrametropolitanos de Belo Horizonte, os quais praticamente determinam a estrutura etária dos imigrantes intrametropolitanos de Ribeirão das Neves, são, em sua maioria, jovens, seguindo a tendência natural dos fluxos migratórios.

Os emigrantes de Belo Horizonte para Neves, do fluxo 1986-1991 tinham, em média, 25,76 anos, sendo a idade mediana igual a 24,19 anos. Apesar do envelhecimento da estrutura etária, verificado entre os fluxos 1986-1991 e 1995-2000, pode-se dizer que ela permanece jovem, com idades média e mediana iguais a 27,8 e 26,5 anos, respectivamente.

GRÁFICO Nº16:
RIBEIRÃO DAS NEVES – ESTRUTURA ETÁRIA DOS IMIGRANTES
INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH (1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Em relação ao nível de escolaridade verificou-se, como de praxe, o grau de alfabetização dos imigrantes intrametropolitanos em Ribeirão das Neves nos dois períodos, considerando os indivíduos com 20 anos ou mais de idade. Pode-se dizer que, dentre aqueles que se mudaram de Belo Horizonte para Neves entre 1986-1991, o grau de analfabetismo era elevado totalizando 12,8% dos indivíduos pertencentes àquele fluxo. O grau de analfabetismo apresentou-se especialmente alto entre as mulheres: mais de 16% das mulheres emigrantes de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves, entre 1986 e 1991 eram analfabetas.

Sabendo-se que emigração de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves é predominantemente familiar, que os domicílios chefiados por mulheres estão aumentando não apenas na RMBH, mas em praticamente todo o país, e que a chefia feminina parece mais comum entre as mulheres mais pobres e com baixo nível de escolaridade, o alto índice de analfabetismo feminino permite inferir a existência de uma elevada participação de mulheres chefes de domicílio nesse fluxo. Segundo o

CEDEPLAR (2004), alguns tipos de arranjos domiciliares, dentre eles os domicílios chefiados por mulheres, são mais vulneráveis à pobreza e aos problemas sociais dela decorrentes.

Nas teorias mais antigas sobre os movimentos migratórios, a emigração masculina era tida como uma estratégia para melhorar a situação econômica e o status social do homem e de sua família, enquanto a mulher aparecia exclusivamente como a esposa que acompanhava o marido, estando sua migração ligada eminentemente a fatores não-econômicos (por exemplo, a fatores reprodutivos). Teorias mais recentes admitem que a mulher, assim como o homem, pode usar a emigração como uma estratégia para manter a sua situação econômica e social, para manter seu papel como principal mantenedora da família; e, quando aparecem como acompanhantes de seus maridos, podem esperar por maiores oportunidades de emprego para si próprias, visualizando na emigração uma oportunidade de adquirir independência econômica e melhorar seu status sócio-econômico.

Nesse sentido, os resultados levam a crer que muitas mulheres utilizam, de fato, a emigração de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves como estratégia de sobrevivência de sua família, pois lá têm acesso à terra, de forma legal ou ilegal. Além disso, essa emigração representa para essas mulheres (e para os demais membros da família) a possibilidade de continuar atuando no mercado de trabalho belo-horizontino, tendo em vista a proximidade espacial e a facilidade de acesso entre os dois municípios. Mas é importante ressaltar que essa estratégia contribui, também, para a continuidade e reprodução da pobreza dessas famílias, dado o estabelecimento de um círculo vicioso que reitera suas condições sócio-econômicas.

É notória a melhoria da qualidade do fluxo migratório do período 1995-2000, comparativamente àquele ocorrido entre 1986-1991, quando consideramos esse quesito.

Nesse último fluxo não chegava a 7% o número de analfabetos. O analfabetismo permaneceu mais intenso entre as mulheres, porém os diferenciais entre os sexos reduziram-se consideravelmente, dada a redução abrupta do analfabetismo entre a população feminina (TABELA N°38).

TABELA N°38:
RIBEIRÃO DAS NEVES - GRAU DE ALFABETIZAÇÃO DOS IMIGRANTES
INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU
SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O SEXO (1986-1991 e 1995-2000)

Alfabetização	1986-1991			1995-2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Sim	90,49	83,86	87,20	93,52	92,63	93,07
Não	9,51	16,14	12,80	6,48	7,37	6,93
Total	7.581	7.485	15.066	9.929	10.121	20.050

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Considerando-se a variável “anos de estudo”, verificou-se que o nível de escolaridade daqueles que se mudaram de Belo Horizonte para Neves entre 1986-1991 era extremamente baixo: mais de 60% dos indivíduos pertencentes àquele fluxo eram analfabetos funcionais e, somando-se a esses aqueles com no máximo 8 anos de estudo, detecta-se a escolaridade de praticamente 90% dos indivíduos. As escolaridades média e mediana estimadas e iguais a 4,65 e 3,62 anos de estudo, respectivamente, confirmam a afirmativa anterior.

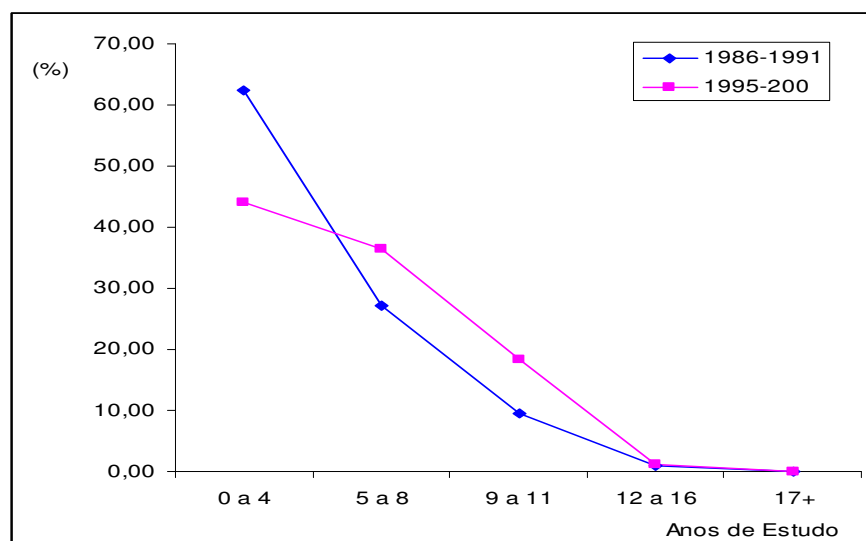
O aumento das escolaridades média e mediana revelou que o emigrante do período 1995-2000 era um indivíduo com nível de escolaridade relativamente melhor, muito embora continuem comprovando o fato de que são expulsos para Neves principalmente aqueles com baixos níveis de instrução formal. Nesse aspecto “sobreviveriam”, então, na Capital apenas os indivíduos “mais fortes” do ponto de vista sócio-econômico, enquanto os “mais fracos” seriam expulsos para algumas áreas periféricas da RMBH, dado que nessa “expulsão” há também um processo de seletividade, como se viu no Capítulo 3.

TABELA Nº39
RIBEIRÃO DAS NEVES - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS IMIGRANTES
INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BELO HORIZONTE, COM IDADE
IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO O SEXO (1986-1991 e 1995-2000)

Anos de estudo	1986-1991			1995-2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	58,61	66,39	62,48	44,09	44,00	44,05
5 a 8	30,26	24,14	27,22	39,44	33,36	36,37
9 a 11	10,35	8,52	9,44	15,15	21,62	18,42
12 a 16	0,78	0,95	0,87	1,24	1,01	1,12
17 ou +	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,04
Total	7.557	7.466	15.023	9.861	10.086	19.947
Escolaridade média	4,91	4,38	4,65	5,58	5,91	5,74
Escolaridade mediana	3,73	3,51	3,62	4,53	4,71	4,61

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

GRÁFICO Nº17:
RIBEIRÃO DAS NEVES – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS IMIGRANTES
INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BELO HORIZONTE, COM IDADE
IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS (1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Entre esses indivíduos as taxas de atividade²⁶ em geral são baixas. Entre 1986-1991, 48,9% dos emigrantes de BH para Neves declararam terem trabalhado durante os

²⁶ A taxa de atividade é dada pelo quociente entre o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade que trabalharam durante os 12 meses anteriores à data de referência ou, pelo menos, em parte deles e a população total com 10 anos ou mais de idade.

12 meses – ou pelo menos em parte deles – anteriores à data de referência. Naquele mesmo período, a taxa de atividade para a população total da RMBH com 10 anos ou mais de idade era em torno de 52,21% .

Entre 1991 e 2000 a taxa de atividade na RMBH reduziu para aproximadamente 49,37%, devido ao comportamento do mercado de trabalho ao longo dos anos 90. Segundo o CEDEPLAR (2004), o desemprego na RMBH aumentou paulatinamente até 1998. A partir daquela data ascendeu acentuadamente e permaneceu em níveis elevados até 2002.

Ainda tomando-se como referência o CEDEPLAR (2004) e BRUSCHINI (2000), verificou-se que a principal mudança apresentada pelo mercado de trabalho nas últimas décadas tem sido o aumento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho, devido à precariedade da situação sócio-econômica familiar, ao aumento das oportunidades oferecidas para as mulheres no mercado de trabalho, às mudanças nos arranjos domiciliares, dentre outros.

O aumento das taxas de atividade entre as mulheres emigrantes não foge, então, à regra geral. Na verdade, fortalece a hipótese da existência de uma alta proporção de mulheres chefes de domicílios nesses fluxos e reafirma que essa emigração faz parte de um processo de exclusão social extremamente rigoroso na Capital, principalmente se esses resultados forem associados à redução das taxas de atividade masculinas.

De acordo com o CEDEPLAR (2004) a idéia anterior é reforçada já que, na RMBH, entre 1997 e 2002 a redução da taxa de atividade masculina foi simultaneamente acompanhada pelo aumento da taxa de desemprego entre os homens. O significado dessa associação é a redução da participação masculina no mercado de trabalho, ou seja, o aumento da inatividade entre os homens ao mesmo tempo em que se

observou o aumento do desemprego dentre aqueles que se encontravam economicamente ativos.

TABELA N°40:
RIBEIRÃO DAS NEVES - TAXA DE ATIVIDADE DOS IMIGRANTES
INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU
SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO (1986-1991 e 1995-2000)

Período	Homens	Mulheres	Total
1986-1991	67,82	30,79	48,90
1995-2000	64,04	37,56	50,39

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

A maioria dos emigrantes dos períodos 1986-1991 e 1995-2000, que trabalhou nos 12 meses (ou pelo menos em parte deles) anteriores às datas de referência dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, era composta por empregados dos setores público e privado. Entre os homens - e também entre as mulheres, embora em menor intensidade - é notória a elevada participação relativa de trabalhadores autônomos e conta própria, em ambos os fluxos, lembrando-se que normalmente essa classificação está associada à informalidade²⁷. Entre as mulheres destaca-se, ainda, o emprego doméstico (TABELA N°41).

²⁷ É importante ressaltar que os dados da TABELA N°41 não dimensionam o grau de informalidade nas relações trabalhistas dos imigrantes intrametropolitanos de Ribeirão das Neves, pois mesmo sabendo que normalmente o emprego informal está associado à posição na ocupação “Autônomo ou conta própria”, é também elevada a informalidade nos serviços domésticos.

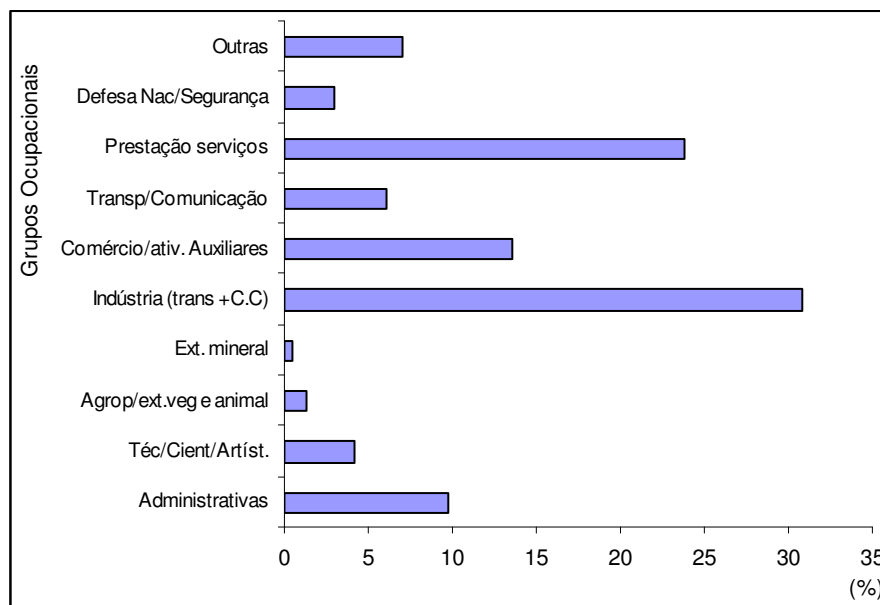
TABELA N°41:
RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES
DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E A
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1986-1991 e 1995-2000)

Posição na ocupação	1986-1991			1995-2000		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Empregado do setor público e privado	73,35	54,09	67,15	78,94	51,75	68,50
Trabalhador doméstico	0,95	30,80	10,55	0,71	33,13	13,16
Autônomo ou conta própria	23,71	14,05	20,60	18,97	11,54	16,12
Empregador	1,17	1,06	1,13	1,01	0,82	0,94
Outros	0,82	0,00	0,56	0,36	2,77	1,29
Total	6.934	3.289	10.223	7.995	4.984	12.979

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Destacaram-se, pela elevada capacidade de absorção desses indivíduos no mercado de trabalho, as ocupações da indústria da transformação e da construção civil e a prestação de serviços. Apenas nesses dois grupos ocupacionais estão alocados praticamente 55% dessa força de trabalho. Alguns outros grupos ocupacionais, apesar de menos notórios, também devem ser mencionados. Dentre eles, o comércio e atividades auxiliares, as ocupações do setor administrativo e do setor de transportes e comunicação, respectivamente (GRÁFICO N°18).

GRÁFICO Nº18:
RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES
DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO OS GRUPOS
OCUPACIONAIS (1986-1991)

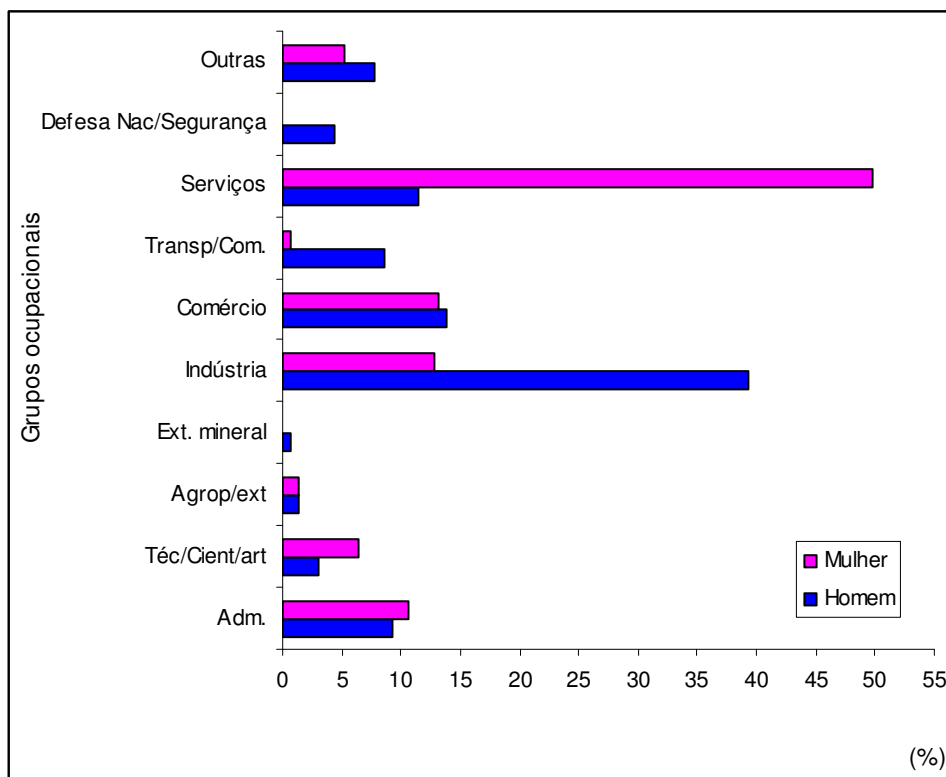


Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991

A mão de obra feminina é relativamente predominante em apenas 3 grupos ocupacionais, a saber: Prestação de serviços, nas ocupações técnicas/científicas e assemelhadas e nas ocupações do setor administrativo. Nos demais grupos, principalmente nas ocupações do setor industrial, predominam homens (GRÁFICO Nº19).

Dentre as principais atividades masculinas sobressaem os pedreiros e serventes de pedreiro, pintores, caiadores e mestres de obra, entre os trabalhadores da “indústria da transformação e construção civil”; os comerciantes (empregados), comerciantes por conta própria e vendedores, entre os trabalhadores do “comércio e atividades auxiliares”; e os motoristas e cobradores, no setor de “transportes e comunicação”. As mulheres atuavam, principalmente, como empregadas domésticas não especializadas, faxineiras, cozinheiras em bares e restaurantes e também como serventes.

GRÁFICO Nº19:
RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES
DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O
GRUPO OCUPACIONAL (1986-1991)



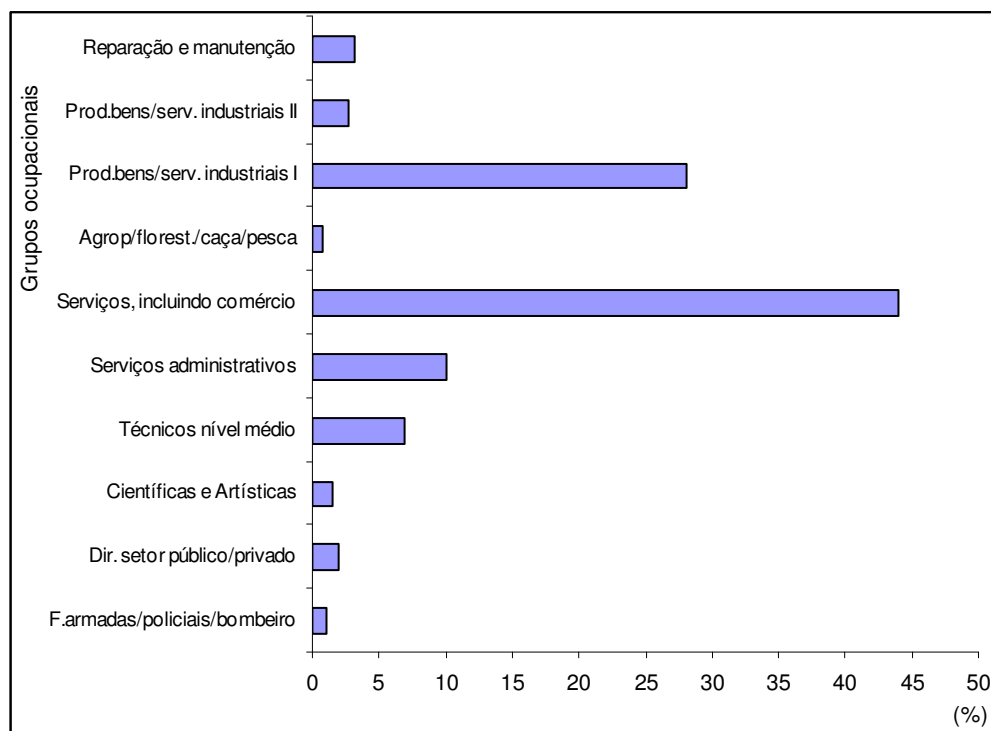
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991

Como se mencionou anteriormente, infelizmente os grupos ocupacionais definidos no Censo Demográfico de 2000 não são os mesmos daqueles do Censo Demográfico de 1991, impossibilitando a comparação direta entre esses resultados.

Aproximadamente 75% dos imigrantes do fluxo 1995-2000, que declararam ter trabalhado (integral ou parcialmente) nos 12 meses anteriores à data de referência censitária, encontravam-se empregados como “trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados” (no GRÁFICO Nº20 esse grupo ocupacional está sob o título Serviços, incluindo comércio) e como “trabalhadores da produção de bens e serviços industriais” (no GRÁFICO Nº20 os grupos ocupacionais Produção de Bens e

serviços industriais I e II). Também merece destaque os “trabalhadores dos serviços administrativos” e os “técnicos de nível médio”.

GRÁFICO Nº20:
RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO OS GRUPOS OCUPACIONAIS (1995-2000)



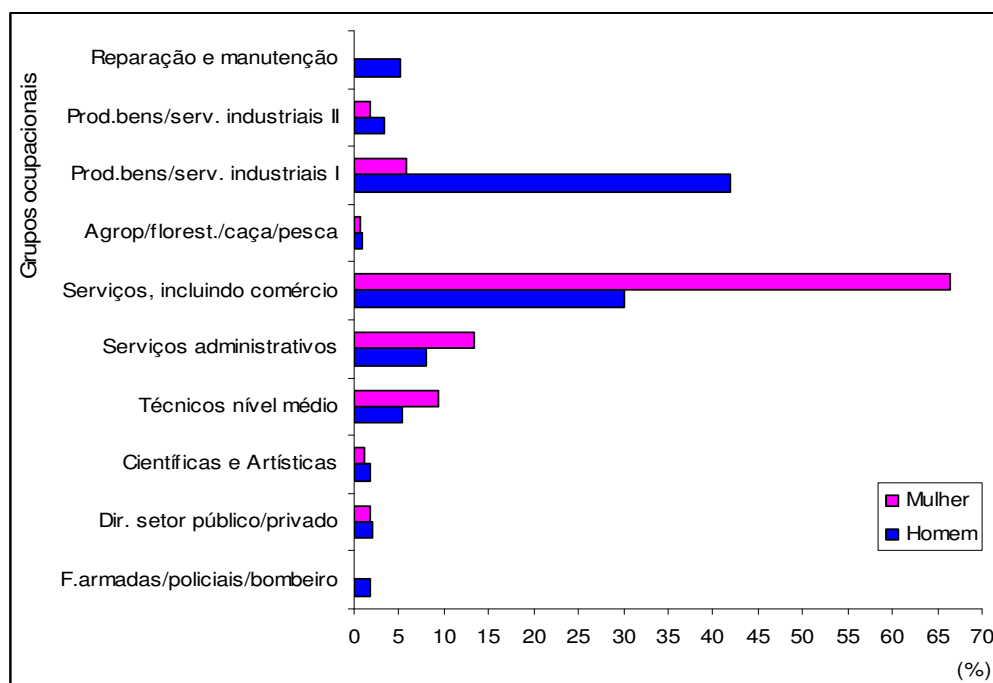
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000

A constatação da presença de (poucos) indivíduos com nível de escolaridade relativamente alto, inseridos em segmentos do mercado de trabalho onde as exigências em relação à qualificação do trabalhador são maiores, confirma a observação de SMOLKA (2003), quando afirma que a informalidade não está restrita aos pobres, embora seja mais intensa entre eles. Segundo o autor,

“mesmo para quem não é pobre, pode ainda ser muito difícil (e caro) comprar lotes no mercado formal, na medida em que o comprador pode não estar qualificado para a compra (falta de credenciais legais ou inserção formal no mercado de trabalho) ou até ser desestimulado a isso, seja pela impunidade às transações no mercado imobiliário informal, seja por fatores extra-econômicos (vínculos comunitários, ou de parentesco, por exemplo) afetando a mobilidade residencial”. (SMOLKA, 2003:266)

Entre os migrantes do período 1995-2000, a presença de homens trabalhadores era predominante em praticamente todos os grupos ocupacionais, com exceção de apenas dois: “técnicos de nível médio” e “trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados” (GRÁFICO Nº21). Na verdade, o perfil ocupacional dos migrantes do último quinquênio é praticamente idêntico ao dos migrantes do período 1986-1991. Entre as mulheres continuou predominando as empregadas domésticas, faxineiras, passadeiras, vendedoras e demonstradoras em lojas e mercados; entre os homens, os pedreiros, pintores, caiadores, mestres de obras, vendedores em lojas, vigilantes, guardas e vigias. Observa-se, então, que mesmo tendo havido melhoria do nível de escolaridade dos migrantes de uma coorte migratória para outra, o perfil ocupacional permaneceu praticamente o mesmo.

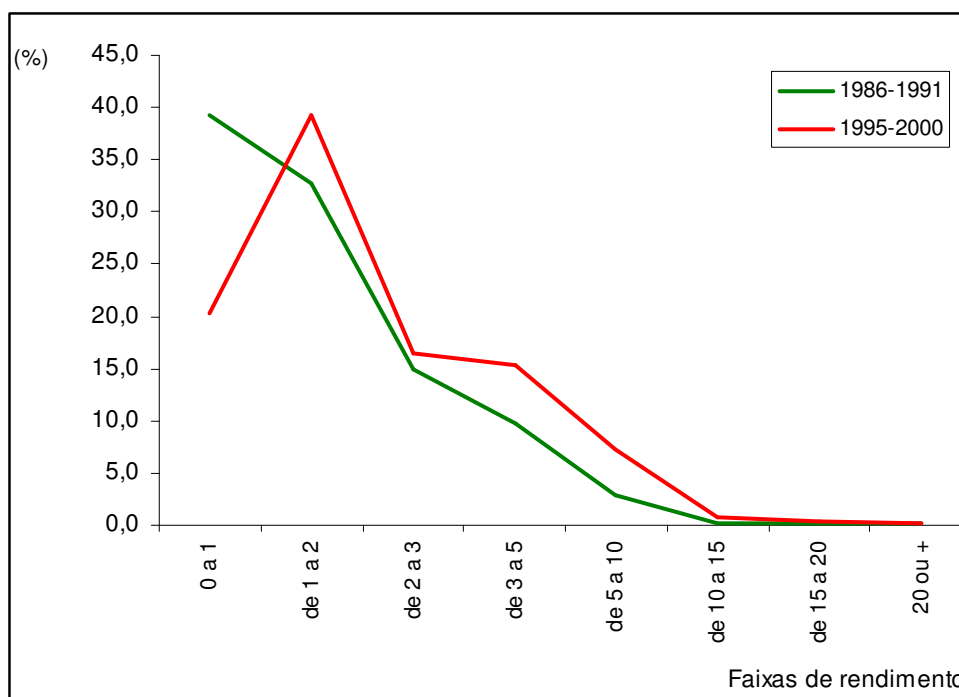
GRÁFICO Nº21:
RIBEIRÃO DAS NEVES – IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E O GRUPO OCUPACIONAL (1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000

Em relação ao nível de rendimento, os emigrantes intrametropolitanos dos períodos 1986-1991 e 1995-2000 com destino a Ribeirão das Neves, em sua grande maioria, eram indivíduos de baixo nível de renda, como se pode notar no GRÁFICO Nº22, o qual mostra a distribuição relativa dos trabalhadores por faixa de rendimento.

GRÁFICO Nº22:
RIBEIRÃO DAS NEVES - IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O NÍVEL DE RENDIMENTO (1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Os migrantes do período 1986-1991 tinham renda média em torno de 2,12 e renda mediana da ordem de 1,32 salários mínimos, respectivamente. Esses valores expressam quão pobres eram esses indivíduos, principalmente quando se observa a renda mediana percebe-se que metade dos indivíduos trabalhadores daquele fluxo tinha rendimento mensal apenas ligeiramente superior a 1 salário mínimo.

A situação de pobreza apresentou-se mais aguda entre as mulheres. Como tradicionalmente vem ocorrendo, os rendimentos femininos apresentaram-se inferiores

aos masculinos, refletindo o fato de que as mulheres encontram-se empregadas nos piores segmentos da atividade econômica, onde as condições de trabalho tendem a ser mais precárias e onde a informalidade tende a ser mais elevada. Além disso, não se pode esquecer a discriminação sexual, que explica, em grande medida, as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro. (BRUSCHINI, 2000).

TABELA Nº42:
RIBEIRÃO DAS NEVES – IMIGRANTES INTRAMETROPOLITANOS PROVENIENTES DE BH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 10 ANOS, SEGUNDO O SEXO E A FAIXA DE RENDIMENTO (1986-1991 e 1995-2000)

Faixa de rendimento (em SM)	1986-1991			1995-2000		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Até 1	29,79	59,08	39,21	15,39	28,17	20,30
De 1 a 2	34,95	28,37	32,83	34,51	46,71	39,20
De 2 a 3	17,99	8,29	14,87	18,60	13,26	16,55
De 3 a 5	12,50	3,70	9,67	19,89	7,91	15,29
De 5 a 10	3,90	0,56	2,83	9,78	3,17	7,24
De 10 a 15	0,34	0,00	0,23	0,90	0,52	0,76
De 15 a 20	0,29	0,00	0,20	0,58	0,08	0,39
20 ou +	0,23	0,00	0,16	0,35	0,18	0,29
Total	6.838	3.243	10.081	7.994	4.984	12.978
Média	2,39	1,55	2,12	2,89	1,92	2,52
Mediana	1,57	0,84	1,32	2,04	1,50	1,91

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Mesmo tendo havido melhoria do nível de rendimento dos emigrantes de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves essas foram muito pequenas e, portanto, acabaram por reforçar o papel daquele município no complexo processo de expansão urbana da RMBH.

Nesse processo, esse município vem se especializando como o lugar da pobreza, cujo espaço se caracteriza pela precariedade de infra-estrutura e equipamentos urbanos, e cujo mercado imobiliário se caracteriza por elevado grau de informalidade. Ribeirão das Neves vem se tornando o lugar de residência dos indivíduos mais pobres da RMBH, que transferem sua residência para lá não por vêm no município a melhor

alternativa habitacional, até porque a informalidade (residencial) é cara, ao contrário do que sugere o senso comum.

Analisando a mobilidade da população em direção a Neves torna-se clara a dissociação entre o local de residência e o local de trabalho. Neves é apenas o local de residência, é apenas uma “*cidade dormitório*” para grande parcela de sua população. Esse termo refere-se aos espaços habitados por indivíduos que saem bem cedo de casa, principalmente pelo motivo trabalho, e regressam apenas à noite, seja pela distância entre o local de residência e o local do trabalho, seja pelo custo que esse deslocamento representa para o indivíduo. As *idades dormitórios* não são usadas nem mesmo para a realização do consumo e do lazer. Normalmente estes se efetivam no núcleo, que também oferece mais opções para os indivíduos. Ao que tudo indica, Ribeirão das Neves deve permanecer assim classificado ainda por um longo período de tempo.

A compreensão da dinâmica demográfica de Neves passa, necessariamente, pela compreensão de seu mercado imobiliário. A informalidade, sua principal característica, tem feito com que Neves, apesar de pobre, atraia um grande número de indivíduos, também pobres, expulsos de outros municípios da RMBH, principalmente de Belo Horizonte. Nesse aspecto sua dinâmica demográfica reflete, na realidade, os poderes de atração e retenção populacional da Capital.

A experiência de Neves mostra que a informalidade tem contribuído para acentuar a pobreza na RMBH, porque contribui para a sua reprodução e, também, porque retém no espaço metropolitano muitos daqueles que de lá seriam expulsos, não existisse naquela região um espaço destinado a habitar os indivíduos das camadas sociais mais baixas. Por outro lado, o que seria do mercado de trabalho metropolitano, sem essa oferta de mão de obra?

Na RMBH, as camadas sociais mais altas “*ainda estão distantes de dispensar a proximidade de uma parcela da população mais pobre*”, porque dependem – direta ou indiretamente - dessa mão de obra, para a prestação de serviços. A dicotomia entre o local de trabalho e o local de residência torna-se clara. Neves é, para muitos, uma “*cidade dormitório*”. Isso implica em uma elevada mobilidade pendular entre aquele município e Belo Horizonte, tema a ser abordado com maior profundidade no próximo capítulo deste trabalho.

7. A MOBILIDADE ESPACIAL DIÁRIA NA RMBH: O CASO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

O processo de expansão das cidades é gradual e se dá através da incorporação de áreas periféricas. Ao discutir o conceito de periferia, MAUTNER (2004) considera duas dimensões: espacial e social. Geograficamente, o termo se refere às áreas marginais de um município, podendo ser estendido às cidades limítrofes e também às vizinhas próximas. Já em seu aspecto sociológico, o termo se refere ao local de moradia da população mais pobre, em contraposição à área central. Essa é a regra geral.

A autora chama a atenção para o fato de que as áreas periféricas estão em constante mutação e, na medida em que vão se transformando, suas características físicas (entenda a dotação de infra-estrutura) vão se alterando. Como consequência, as *“quitandas, botecos e indústrias de fundo de quintal vão sendo substituídos por supermercados, padarias e indústrias”* (MAUTNER, 2004: 257), ou seja, vão sendo invadidas pelo capital e se transformando em verdadeiros espaços urbanos. Quando isso acontece, muitos de seus moradores acabam expulsos para áreas periféricas ainda mais distantes.

Nesse processo atuam diferentes agentes, dentre os quais o mercado imobiliário, por criar nos indivíduos novas necessidades habitacionais e por alterar, através de seus investimentos, a estrutura urbana e o espaço físico de determinada região, e o Estado, este por realizar investimentos em infra-estrutura; ambos são de fundamental importância. A ação conjunta desses agentes, por privilegiar algumas áreas, resulta em um espaço heterogêneo e, portanto, hierarquizado. (FARIA, 2000:424).

A excessiva dotação de infra-estrutura e equipamentos urbanos em algumas áreas, e a escassez relativa em outras implica na concentração da atividade econômica,

dissociando, para muitos indivíduos, o lugar de residência do local de trabalho. Nesse sentido, é preciso considerar que dos processos de expansão urbana resultam mobilidades pendulares cada vez mais intensas. Por isso, neste capítulo, duas questões serão consideradas: a mobilidade residencial dentro dos limites territoriais de Belo Horizonte e também para fora dele, e a mobilidade populacional diária entre os vários municípios da RMBH.

7.1 - A mobilidade residencial dentro do município de Belo Horizonte e da Capital para a RMBH

Nos capítulos anteriores, foi analisada a dinâmica demográfica de Belo Horizonte em relação aos demais municípios da RMBH e constatou-se que o seu ritmo de crescimento populacional e também a sua participação relativa no incremento absoluto da RMBH diminuíram ao longo do tempo. O arrefecimento do ritmo de crescimento populacional belo-horizontino relaciona-se a dois fatores: à queda da fecundidade e às migrações intra-estaduais. Entre essas últimas, destacam-se a perda de poder de atração de Belo Horizonte sobre os migrantes intra-estaduais e a elevada emigração intrametropolitana originária na Capital, como se demonstrou anteriormente.

Porém, a dinâmica demográfica da capital tem se revelado bastante diferenciada, segundo suas várias regiões de planejamento. Como dito anteriormente, oficialmente são nove as regiões de planejamento de Belo Horizonte: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Porém, é conveniente lembrar que nesse trabalho o município será subdividido em 12 regiões, porque se optou por destacar algumas áreas, dentro de algumas regiões administrativas oficiais, pela dinâmica demográfica diferenciada que apresentam em relação à área em

que estão oficialmente incluídas. A subdivisão utilizada foi apresentada no item 1.4 da Introdução, que trata das fontes de dados e da metodologia da pesquisa.

Na TABELA N°43 encontram-se a população belo-horizontina por região de planejamento, as taxas geométricas de crescimento demográfico e as participações relativas de cada região no incremento absoluto da população total do município, para o período 1970-2000.

TABELA N°43:
BH – POPULAÇÃO, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO
RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO, SEGUNDO AS REGIÕES
ADMINISTRATIVAS (1970 – 2000)

Regiões de BH*	População				Taxa de Crescimento			Delta		
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00	70/80	80/91	91/00
Área Central	98.154	85.525	72.616	70.079	-1,37	-1,48	-0,40	-2,31	-5,39	-1,16
Centro-Sul	123.081	176.521	204.109	190.024	3,67	1,33	-0,81	9,79	11,53	-6,45
Betânia	11.680	33.300	48.070	62.967	11,05	3,39	3,10	3,96	6,17	6,82
Oeste	134.442	156.517	156.188	169.327	1,53	-0,02	0,92	4,04	-0,14	6,02
Noroeste	106.391	108.979	100.176	93.556	0,24	-0,76	-0,77	0,47	-3,68	-3,03
Nordeste	167.124	187.647	181.287	173.911	1,16	-0,31	-0,47	3,76	-2,66	-3,38
Leste	245.053	281.299	269.860	259.018	1,39	-0,38	-0,46	6,64	-4,78	-4,97
Pampulha	52.855	99.388	137.615	184.616	6,52	3,00	3,38	8,53	15,97	21,52
Barreiro	113.854	232.756	299.972	348.260	7,41	2,33	1,70	21,78	28,09	22,11
Ressaca	66.579	134.160	160.160	164.967	7,26	1,62	0,34	12,38	10,86	2,20
Venda Nova	38.175	117.269	170.114	240.525	11,88	3,44	4,00	14,49	22,08	32,24
Aarão Reis	77.642	167.495	219.994	281.275	7,99	2,51	2,82	16,46	21,94	28,06
BH	1.235.030	1.780.856	2.020.161	2.238.526	3,73	1,15	1,17	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1970 a 2000

* Oeste: Calafate + Barroca + Gameleira

Noroeste: Carlos Prates + Padre Eustaquio

Nordeste: Lagoinha + Cachoeirinha + Renascença

Leste: Floresta + Horto + Santa Efigênia

Barreiro: Barreiro + Cidade Industrial + Durval de Barros

Entre os anos 70 e 80 é possível identificar seis regiões em Belo Horizonte com taxas de crescimento populacional elevadas:

- Betânia e Barreiro, a Oeste, e Ressaca, a Noroeste da Capital, nas proximidades de Contagem e Betim;

- Pampulha e Venda Nova, na região Norte e Aarão Reis, na região Noroeste, nas proximidades de Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano.

Entre 1970-80 e 1980-91, praticamente todas as regiões de Belo Horizonte, sem exceção, experimentaram reduções em seus ritmos de crescimento. Nas regiões Central, Oeste, Noroeste, Nordeste e Leste as taxas de crescimento foram, inclusive, negativas, indicando a perda populacional em números absolutos, sofrida por essas regiões naquele período. Mesmo tendo experimentado reduções em seus ritmos de crescimento, as regiões do Betânia, Barreiro, Ressaca, Pampulha, Venda Nova e Aarão Reis permaneceram crescendo acima da média municipal.

De 1980-1991 para 1991-2000 algumas mudanças foram observadas na dinâmica demográfica da capital. A região central, por exemplo, experimentou uma recuperação em seu ritmo de crescimento, embora o mesmo tenha permanecido negativo. A região Centro-Sul exibiu, pela primeira vez, entre 1991-2000, uma taxa de crescimento negativa, inclusive maior do que aquela da região central, por influência da emigração da Capital para os municípios de Nova Lima e Brumadinho onde se concentram vários condomínios residenciais para a população de alto nível de renda. Deve-se observar, ainda, a recuperação parcial do ritmo de crescimento da região Oeste.

Nos anos 90, aquelas mesmas regiões – com exceção de Ressaca - que desde os anos 70 vinham se destacando pelos elevados ritmos de crescimento populacional, continuaram exibindo as mais altas de crescimento.

Mediante tais considerações torna-se possível afirmar que as regiões de Belo Horizonte que mais crescem são exatamente aquelas espacialmente articuladas aos principais vetores de expansão urbana da RMBH. Isso permite inferir que para um grande número de famílias a mobilidade intrametropolitana se dá em etapas: primeiro

essas famílias são empurradas das áreas centrais para as mais periféricas do próprio município e somente depois são expulsas da Capital para a RRMBH, principalmente para os municípios mais próximos do local de residência anterior, em Belo Horizonte.

Essa inferência se torna ainda mais robusta quando se constata que dos anos 80 para os anos 90 as taxas de crescimento populacional da Pampulha, de Venda Nova e de Aarão Reis, nas proximidades do principal vetor de expansão urbana da RMBH na última década, recrudesceram. Nos anos 90, essas três regiões foram responsáveis por praticamente 82% do crescimento populacional de Belo Horizonte²⁸.

Entre 1997 e 2002 houve um total de 421.220 mudanças de residência dentro do município de Belo Horizonte. Desse total, praticamente 46% (192.411) se verificaram entre bairros pertencentes a uma mesma região de planejamento (intra-regional). Essa mobilidade, apesar de alterar a distribuição espacial da população dentro da regional, não influencia suas taxas de crescimento nem tampouco sua participação relativa no incremento absoluto da população da Capital. Tais impactos serão sentidos observando-se as mudanças de residência de uma regional para outra (inter-regional).

A mobilidade Inter-regional é enorme, devido ao alto grau de diversificação econômica e às diferenças de preços no mercado imobiliário, entre as várias regiões. Essa mobilidade pode ser apreciada na TABELA N°44.

²⁸ Se somarmos todas as participações relativas positivas o valor será superior a 100%. O valor de 100% só será verificado pela soma total, dado que algumas regiões do município contribuíram, na verdade, para o arrefecimento de sua população.

TABELA N°44:
BELO HORIZONTE – INDICADORES DA MOBILIDADE INTRAMUNICIPAL,
INTERMUNICIPAL E TOTAL, SEGUNDO AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
(1997-2002)

Regiões de BH	Intramunicipal				Intermunicipal			Total		
	Intra- regional	Inter-regional			I	E	saldo	I	E	saldo
		I	E	saldo						
Área Central	6.907	13.473	12.683	790	254	1.842	-1.588	13.727	14.525	-798
Centro Sul	12.977	21.213	21.820	-607	135	5.634	-5.499	21.348	27.454	-6.106
Oeste	16.637	17.648	23.096	-5.448	134	11.403	-11.269	17.782	34.499	-16.717
Betânia	5.601	9.551	6.955	2.596	59	1.689	-1.630	9.610	8.644	966
Barreiro	25.456	20.003	16.852	3.151	310	21.770	-21.460	20.313	38.622	-18.309
Ressaca	13.308	8.413	11.087	-2.674	694	11.245	-10.551	9.107	22.332	-13.225
Noroeste	15.939	16.904	27.097	-10.193	160	8.181	-8.021	17.064	35.278	-18.214
Pampulha	11.156	25.079	15.773	9.306	243	6.891	-6.648	25.322	22.664	2.658
Leste	22.585	23.295	28.935	-5.640	490	10.263	-9.773	23.785	39.198	-15.413
Nordeste	10.319	12.948	22.612	-9.664	289	7.700	-7.411	13.237	30.312	-17.075
Aarão Reis	26.077	36.202	26.033	10.169	1.166	14.912	-13.746	37.368	40.945	-3.577
Venda Nova	25.449	24.080	15.866	8.214	1.552	15.060	-13.508	25.632	30.926	-5.294
Total	192.411	228.809	228.809	0	5.486	116.589	-111.103	234.295	345.398	-111.103

Fonte: FJP: Pesquisa Origem-Destino, 2001-2002

Como se trata do movimento inter-regional, obviamente se algumas regiões do município perderam população, outras as receberam e, portanto, o saldo migratório intramunicipal deve ser igual a zero. As regiões de Belo Horizonte que apresentaram saldo migratório positivo são exatamente aquelas que exibiram as maiores taxas de crescimento populacional, entre 1991-2000. Os saldos positivos mais elevados foram verificados em Aarão Reis, na Pampulha e em Venda Nova, respectivamente.

Na TABELA N°45 tem-se a distribuição relativa da migração inter-regional, em Belo Horizonte, no período 1997-2002. Como se trata de mudanças de residência entre diferentes regiões de planejamento, a diagonal principal apresenta-se vazia.

De modo geral, o fluxo principal se origina nas regiões Noroeste, Nordeste, Oeste e Leste, respectivamente, onde reside a classe trabalhadora (principalmente do setor industrial – indústria de bens de consumo – e comercial) e se destina às regiões do Aarão Reis, Pampulha, e Venda Nova. É a mobilidade da classe trabalhadora que, por

força dos mercados de trabalho e imobiliário, tem sido empurrada para as áreas mais periféricas da Capital e, muitas vezes, para a RRMBH, como já mencionado.

Um fluxo secundário, por ser de baixa densidade, também pode ser observado. Como exemplo pode-se mencionar o caso da região Centro-Sul, que atraiu indivíduos que antes residiam na região Leste (principalmente nos arredores do bairro Santa Efigênia) e na região Oeste (nesse caso, principalmente nas áreas que envolvem os bairros Gutierrez, Prado e Barroca). Essa é a mobilidade da população de nível sócio-econômico relativamente mais alto em direção às áreas mais nobres da cidade, provavelmente ocupando espaços deixados pelos seus antigos moradores, já que essa região apresentou saldo migratório negativo, se forem considerados os movimentos intra e intermunicipais. Por isso considera-se que a mobilidade espacial da população dentro do município de Belo Horizonte reflete um processo de seletividade populacional, o qual expressa, de forma clara, o processo de exclusão social no município.

TABELA N°45:
BELO HORIZONTE - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL,
SEGUNDO AS REGIÕES DE ORIGEM E DESTINO (1997-2002)

Região de Origem	Regiões de Destino												Total
	1 Central	2 C. Sul	3 Oeste	4 Bet.	5 Bar.	6 Res.	7 NR	8 Pamp.	9 L	10 ND	11 A.R.	12 V.N.	
Área Central		2,28	1,14	0,19	0,03	0,41	0,75	0,45	0,70	1,05	0,23	0,06	7,29
Centro Sul	2,67		1,01	0,34	0,29	0,19	0,68	0,56	1,69	0,73	0,02	0,12	8,30
Oeste	0,92	1,80		1,02	1,00	0,25	0,78	0,38	0,50	0,21	0,45	0,15	7,45
Betânia	0,24	1,20	2,29		0,71	0,37	0,15	0,00	0,08	0,08	0,02	0,00	5,14
Barreiro	0,22	0,32	2,91	0,82		0,24	0,50	0,15	0,38	0,28	0,36	0,46	6,66
Ressaca	0,12	0,00	0,31	0,08	0,48		1,85	0,36	0,36	0,13	0,27	0,57	4,52
Noroeste	0,49	0,45	0,52	0,00	0,27	1,41		1,40	0,89	0,65	0,74	0,62	7,43
Pampulha	0,55	0,15	0,64	0,14	0,47	1,93	3,58		0,70	1,22	1,81	2,12	13,30
Leste	0,73	0,39	0,65	0,33	0,12	0,40	1,09	0,51		2,12	0,69	0,20	7,24
Nordeste	0,39	0,53	0,11	0,04	0,21	0,05	0,96	0,97	1,72		1,30	0,25	6,54
Aarão Reis	0,40	1,39	0,80	0,17	0,36	0,45	1,81	0,70	2,55	5,38		1,18	15,19
Venda Nova	0,08	0,17	0,50	0,36	0,72	0,52	1,75	1,93	1,23	0,82	2,85		10,93
Total	6,79	8,69	10,91	3,49	4,66	6,21	13,89	7,40	10,81	12,66	8,75	5,72	100,00

Fonte: FJP: Pesquisa Origem-Destino, 2001-2002

A mobilidade intermunicipal foi devidamente caracterizada no terceiro capítulo desse trabalho. Porém é conveniente ressaltar que a pesquisa OD 2002 veio confirmar as afirmativas anteriores, a respeito das migrações intrametropolitanas, baseadas nos dados censitários. Dentre elas deve-se destacar o saldo migratório negativo e elevado apresentado por Belo Horizonte, bem como os papéis dos vetores de expansão Oeste e Norte Central como absorvedores da grande maioria desses migrantes.

Como se informou ainda na introdução deste trabalho, a pesquisa OD permite ir um pouco mais além que os dados censitários, devido ao nível de desagregação por áreas homogêneas, adotado no processo de tabulação de seus dados. Através dela é possível analisar a mobilidade intermunicipal a partir das 12 regiões de planejamento de Belo Horizonte, adotadas neste trabalho.

Na TABELA N°46 é possível perceber que todas as regiões de planejamento de BH apresentaram saldos migratórios intrametropolitanos negativos, mesmo aquelas que exibiram saldos positivos na mobilidade intramunicipal. Nessa mesma TABELA podem ser observadas as distribuições relativas dos emigrantes intrametropolitanos de Belo Horizonte, do período 1997-2002, segundo a região de planejamento de origem e o vetor de expansão de destino, na RMBH.

TABELA N°46:
BH e VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA - MOBILIDADE DE RESIDÊNCIA
(1997-2002)

Regiões de Belo Horizonte (Origem)	Vetores de Expansão metropolitana (Destino)						
	Oeste	Norte Central	Norte	Leste	Sul	Sudoeste	Total
Central	1,23	0,65	6,48	1,32	15,93	1,58	1,58
Centro-Sul	2,5	5,73	5,21	7,55	22,74	1,12	4,44
Betânia	0,47	1,83	0	0,4	2,49	0,97	1,03
Oeste	7,77	6,13	10,5	3,39	11,69	5,81	7,01
Barreiro	43,78	5,6	13,7	5,39	31,54	17,9	24,91
Noroeste	5,65	2,44	1,46	0	2,67	6,45	4,03
Ressaca	13,9	7,06	0,8	0	0	19,7	10,3
Nordeste	5,45	11,55	13,18	10,23	2,89	10,81	8,46
Aarão Reis	3,08	14,99	21,86	44,06	0	11,95	10,62
Leste	5,25	11,48	6,89	24,66	4,74	4,15	8,49
Pampulha	4,04	13,93	6,29	1,36	3,28	6,23	7,72
Venda Nova	6,88	18,62	13,62	1,64	2,03	13,33	11,42
TOTAL BH	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: FJP - Pesquisa Origem-Destino, 2002

Os movimentos migratórios intrametropolitanos, na RMBH, são fortemente influenciados pelos atributos sócio-econômicos dos indivíduos, como já percebido pela análise dos dados censitários, mas também sofrem forte influência da dimensão espacial.

O Vetor Oeste atraiu, principalmente, os emigrantes que residiam no Barreiro, em RESSACA e na região Oeste da Capital; o Vetor Norte Central, aqueles que emigraram da região de Venda Nova, Aarão Reis, Pampulha e da região Nordeste, além daqueles que residiam na região Leste do município. Em outras palavras, são fluxos mais homogêneos, constituídos por população de baixa renda residente em regiões administrativas de Belo Horizonte espacialmente próximas a eles.

Do outro lado temos o fluxo migratório intrametropolitano em direção ao vetor Sul, que se apresenta mais heterogêneo. Esse Vetor tem atraído pessoas de alto nível de renda, principalmente residentes nas regiões Central e Centro-Sul da Capital mineira, em função da especialização de seu espaço em condomínios de luxo para a classe social

mais alta, e também indivíduos mais pobres - residentes no Barreiro e na região Oeste - que constituem a mão de obra necessária para prestação de serviço para a população mais rica, de modo a garantir sua qualidade de vida.

A disponibilidade dos saldos migratórios e da população por região de planejamento permite estimar o impacto das migrações sobre determinada população²⁹.

Pode-se dizer que:

- Com exceção das regiões administrativas Betânia e Pampulha, em todas as outras a mobilidade populacional total contribuiu para reduzir o ritmo de crescimento de suas populações.
- Na área central, no Barreiro, Aarão Reis e Venda Nova, apesar da mobilidade intramunicipal resultar em saldo positivo, a perda populacional dessas regiões para a RRMBH se apresentou mais intensa;
- No caso das regiões Centro Sul, Oeste, Ressaca, Noroeste, Leste e Nordeste o impacto negativo da mobilidade intramunicipal foi potencializado pela mobilidade intermunicipal, ou seja, essas regiões perderam indivíduos tanto para outras regiões do próprio município quanto para a RRMBH.
- No caso das regiões Betânia e Pampulha, o impacto total da migração sobre seu ritmo de crescimento populacional é positivo, indicando que a mobilidade total intrametropolitana tem contribuído, de fato, para o incremento populacional absoluto dessas áreas. São regiões, assim como as demais, com saldos migratórios intermunicipais negativos, porém o número de habitantes que recebem de outras regiões

²⁹ Esse impacto é medido pela Taxa Líquida de Migração. A TLM é, comumente estimada para migrações intermunicipais, em diante. Como na TABELA N encontra-se, inclusive, dados relativos à mobilidade intramunicipal, evitou-se a utilização desse termo.

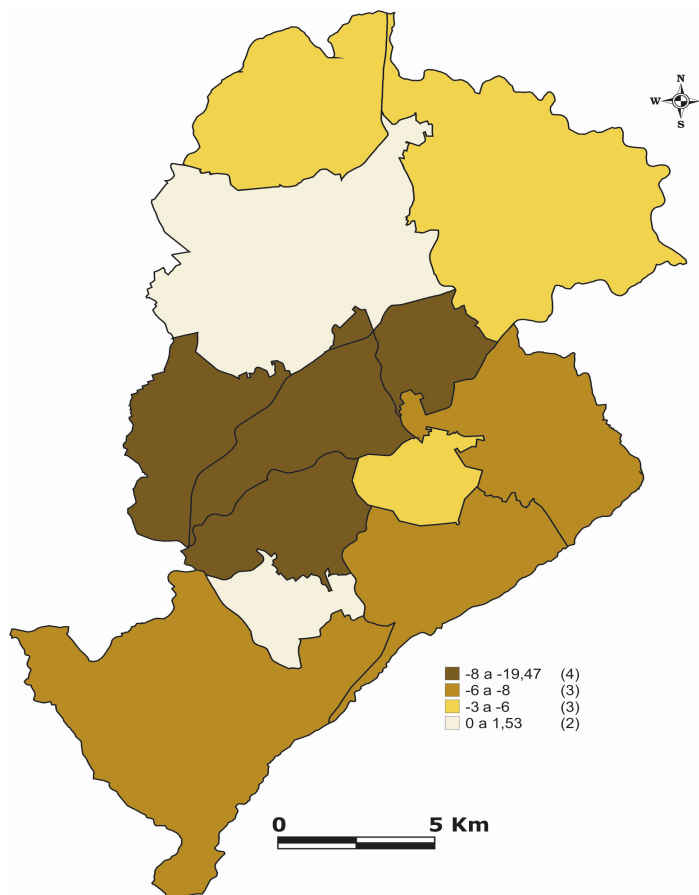
administrativas de Belo Horizonte é superior ao número de habitantes que perdem para a RRMBH.

TABELA N°47:
BELO HORIZONTE – “TLM” INTRAMUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E TOTAL,
SEGUNDO A REGIÃO ADMINISTRATIVA (1997-2002)

Regiões de BH	Intrabh	Intermunicipal	Total
Área Central	1,13	-2,27	-1,14
Centro Sul	-0,32	-2,89	-3,21
Oeste	-3,22	-6,66	-9,87
Betânia	4,12	-2,59	1,53
Barreiro	0,90	-6,16	-5,26
Ressaca	-1,62	-6,40	-8,02
Noroeste	-10,90	-8,57	-19,47
Pampulha	5,04	-3,60	1,44
Leste	-2,18	-3,77	-5,95
Nordeste	-5,56	-4,26	-9,82
Aarão Reis	3,62	-4,89	-1,27
Venda Nova	3,42	-5,62	-2,20
Total		-4,96	-4,96

Fonte: FJP - Pesquisa Origem-Destino, 2002

MAPA Nº4
BELO HORIZONTE – “TLM” TOTAL, SEGUNDO A REGIÃO ADMINISTRATIVA
(1997-2002)



Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 1992 e 2002.

A partir dessas considerações, algumas observações se tornam necessárias:

1. A mobilidade espacial da população dentro de uma mesma região de planejamento e entre distintas regiões de planejamento de BH é intensa;
2. As regiões periféricas de Belo Horizonte atraem grande parte da população residente em suas áreas mais centrais;
3. As regiões periféricas de maior poder de atração são aquelas localizadas nas proximidades dos principais vetores de expansão urbana da RMBH;

4. Além dos fatores sócio-econômicos, a proximidade espacial é um elemento marcante da mobilidade residencial na Capital e dela para a RRMBH.

Além de mensurar a mobilidade de residência de Belo Horizonte para outros municípios da RMBH, buscou-se analisar os atributos sócio-econômicos dos emigrantes do período 1997-2002. Em primeiro lugar, analisou-se a situação de desocupação desses indivíduos onde se constatou que dos 116.589 emigrantes, apenas 37.134 (31,85%) eram trabalhadores, enquanto 79.455 (68,15%) eram pessoas desocupadas. Dentre os desocupados, 27.015 (praticamente 34%) eram crianças menores de 10 anos e, considerando-se apenas aqueles com 10 anos ou mais, observou-se um elevado número de estudantes (34,6%), “*do lar*” (28,01%) e de desempregados (17,3%, se considerados os desempregados procurando trabalho, e 18,7% se a eles forem somados aqueles que nunca trabalharam, mas que estavam procurando emprego no período de referência).

Em torno de 40% dos emigrantes de Belo Horizonte para a RRMBH, no período 1997-2002, declararam trabalhar no mesmo município de residência. Por isso admite-se que muitos indivíduos se sentiram estimulados a emigrar de Belo Horizonte para residirem nas proximidades do local de trabalho, de forma a reduzir os custos - monetários e não monetários - que os deslocamentos diários, impostos pela dicotomia entre os locais de trabalho e de residência, representam. Além disso, é inegável o papel exercido pelo mercado imobiliário no momento de tomada de decisão, pois os preços da terra na RRMBH são, em geral, mais acessíveis à classe trabalhadora.

Por outro lado, verifica-se um total de 18.493 indivíduos que, apesar de terem mudado de Belo Horizonte para outro município da RMBH, entre 1997 e 2002, mantiveram seus empregos na Capital. Esse número corresponde a 83% do total de

trabalhadores emigrantes belo-horizontinos que declararam, na Pesquisa OD-2002, ter como local de trabalho um município diferente do município de residência. Tão elevada proporção permite admitir que são pessoas “expulsas” da Capital pelos seus mecanismos de seletividade - a destacar o seu mercado imobiliário - mas que continuaram ativas em seu mercado de trabalho e participantes de sua vida quotidiana.

É importante salientar que nessa análise foram considerados apenas aqueles cuja mudança de residência se deu entre 1997 e 2002. Então, na verdade, o número de habitantes de outras cidades metropolitanas, ex-residentes ou não de Belo Horizonte, ativos no mercado de trabalho e participantes do quotidiano belo-horizontino é muito maior do que o acima mencionado.

7.1.2 – As características da mobilidade residencial de BH para Ribeirão das Neves

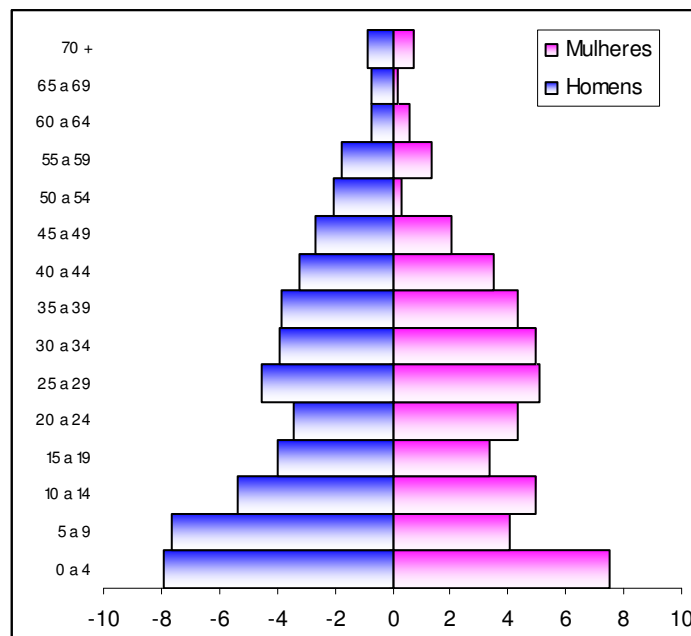
Segundo dados da pesquisa OD-2002, no quinquênio 1997-2002 Ribeirão das Neves recebeu um total de 30.688 emigrantes intrametropolitanos. O fluxo específico da mobilidade residencial de Belo Horizonte em direção a Ribeirão das Neves³⁰, naquele período, envolveu um total de 21.754 pessoas.

O fluxo migratório de BH para Neves, no período 1997-2002, revelou-se tipicamente familiar, envolvendo o chefe do domicílio, o cônjuge e os filhos, embora em alguns poucos casos tenha sido registrada a presença de outros parentes do chefe ou do cônjuge (como pai, mãe e irmão, basicamente). Dentre os chefes de domicílio predominavam homens, mas mais de 15% dos domicílios eram chefiados por mulheres.

Apesar de ser um fluxo de curta distância, observou-se predomínio de homens (52,57% do total dos indivíduos do fluxo) e, também, uma estrutura etária bastante jovem, com uma idade média inferior a 25 anos.

³⁰ Por ser esse o principal fluxo e, tendo em vista os objetivos desse trabalho, apenas esse fluxo será considerado.

GRÁFICO Nº23:
RIBEIRÃO DAS NEVES – ESTRUTURA ETÁRIA DOS IMIGRANTES
INTRAMETROPOLITANOS, PROVENIENTES DE BH (1997-2002)



Fonte: FJP - Pesquisa Origem-Destino, 2002

Em relação à naturalidade, apenas 1.765 (8,11%) pessoas declararam ter nascido em outro estado da federação e, nesse caso, eram principalmente baianos, paulistas, cariocas e capixabas. A grande maioria era natural de Minas Gerais, principalmente de municípios da própria região metropolitana, notadamente Belo Horizonte. A migração de retorno³¹ apresentou-se pouco significativa, não correspondendo a 6% do total de indivíduos que emigraram de Belo Horizonte para Neves, entre 1997 e 2002.

³¹ A migração de retorno está sendo analisada pelo prisma da naturalidade, ou seja, está-se considerando como migração de retorno apenas o movimento dos naturais que em algum momento deixaram Ribeirão das Neves para residir em outro município de Minas Gerais ou em outro estado da federação, mas que, residindo em Belo Horizonte, entre 1997 e 2002, decidiu deixar a capital para voltar a residir em Neves, naquele período. Apesar de estarmos cientes de que o conceito de migração de retorno pode ser ampliado de modo a incluir aqueles que embora não tenham nascido no município de lá emigraram, residiram em outro e para lá retornaram, e que ao fazermos isso ela pode se apresentar mais significativa, infelizmente não contamos com informações suficientes para isso na pesquisa origem-destino.

Além das variáveis de caráter demográfico, outras de caráter sócio-econômico foram pesquisadas. O que se verificou foi que a mudança de domicílio de Belo Horizonte para Ribeirão das Neves está indubitavelmente associada à aquisição da casa própria, em sua grande maioria quitada. Mas apesar disso, os dados indicam também que as condições de vida dessa população são muito precárias: em torno de 62% da população declarou residir em domicílios localizados em logradouros sem pavimentação, ou seja, sem asfalto ou calçamento e 93% declararam residir em domicílios sem rede pluvial.

7.2 - A mobilidade pendular na RMBH

As migrações intrametropolitanas estabelecem estreita relação com o processo de expansão urbana da RMBH e implicam, além da separação entre os locais de trabalho e de residência, a dissociação entre a mobilidade espacial e social, para a grande maioria dos indivíduos.

A esse respeito, é importante elucidar que os movimentos migratórios rurais-urbanos dos anos 60, 70 e 80 se caracterizaram por apresentar uma forte relação entre a mobilidade espacial e social, ou seja, para a maioria dos indivíduos daquelas coortes migratórias, a mudança de residência implicou ascensão social. Porém, essa afirmativa não é verdadeira para os movimentos migratórios urbanos-urbanos da atualidade.

Atualmente, as migrações urbanas-urbanas, principalmente aquelas de caráter intrametropolitano, têm se revelado antes uma estratégia de sobrevivência do que uma estratégia de ascensão social. Como se afirmou anteriormente, se por um lado residir na periferia de uma região metropolitana reflete um processo de exclusão social intenso no grande centro, por outro lado essa residência representa, para um grande número de

indivíduos, praticamente a única possibilidade de continuar inserido no mercado de trabalho metropolitano.

A partir dos anos 90 os movimentos urbanos-urbanos aumentaram, principalmente aqueles de caráter intrametropolitano, viabilizados pelo aperfeiçoamento dos sistemas de transportes e comunicação. Essas migrações implicam uma dependência cada vez maior da população dos municípios periféricos em relação ao mercado de trabalho e aos serviços e equipamentos urbanos ofertados no município central. Sendo assim, na medida em que as migrações intrametropolitanas se tornam mais intensas, os movimentos pendulares também se tornam mais volumosos e mais frequentes.

Além de estar relacionada à migração intrametropolitana, a intensidade do movimento pendular depende, também, de outros fatores. Dentre eles pode-se mencionar a distância a ser percorrida, as vias de acesso e o tempo necessário ao deslocamento. A modernização dos sistemas de transporte e comunicação, a ampliação e o melhoramento das vias de acesso permitem o deslocamento entre distâncias cada vez maiores, em um período de tempo cada vez menor. (ANTICO, 2006).

Segundo MOURA, CASTELLO BRANCO e FIRKOWSKI (2005: 122), entende-se por movimento pendular “*a mobilidade correspondente ao conjunto de deslocamentos que o indivíduo efetua para executar os atos de sua vida cotidiana (trabalho, compras, lazer)*”, mas apesar de sua natureza temporária e breve, esses deslocamentos são “*capazes de transformar a cidade anterior, compondo, recompondo e decompondo novos territórios*” (idem). O termo se refere aos movimentos populacionais cotidianos que não envolvem mudanças de residência entre a origem e o destino, sendo o destino final o próprio lugar de origem do indivíduo.

É preciso considerar que se por um lado os fluxos pendulares diários tendem a se intensificar, por outro lado os trajetos tendem a se tornar cada vez mais longos e

devem implicar um aumento do número de “*ciudades dormitórios*”. Essas duas características tornam latente a necessidade de mensuração e melhor compreensão das características desses fluxos.

Com os dados das pesquisas OD de 1992 e de 2002 foram confeccionadas as matrizes origem-destino³² para a análise dos movimentos pendulares na RMBH. Essas matrizes foram elaboradas levando-se em consideração apenas o motivo trabalho, o principal responsável pela mobilidade diária de um número expressivo de pessoas.

Como se pode notar na TABELA N°48, em 1992, 184.598 pessoas trabalhavam em um município diferente do município de residência, tendo esse número aumentado para 346.116 pessoas em 2002. Esses números comprovam o recrudescimento da mobilidade pendular, em resposta ao aumento da mobilidade residencial na RMBH, ao longo desse período; indicam a forte interação demográfica e sócio-econômica existente entre os municípios da RMBH; e refletem as disparidades sócio-econômicas existentes entre eles, anteriormente discutidas.

³² Apesar de ser uma técnica de análise demográfica bastante simples, a confecção de uma matriz Origem-Destino é bastante útil para melhor compreensão dos movimentos migratórios, em geral, e dos movimentos pendulares, em especial, uma vez que permite visualizar todo o fluxo, do ponto de vista da origem e do destino, simultaneamente. Para a elaboração das matrizes OD's aqui apresentadas, foram utilizadas informações referentes ao município de residência e o município onde o indivíduo trabalhava, no momento de realização das referidas pesquisas. É importante informar que para a confecção da matriz de mobilidade pendular referente ao período 2002 foram considerados apenas 21 municípios, aqueles que formavam a RMBH em 1991 (os distritos que se emanciparam nesse interregno foram considerados juntamente com o município de origem).

TABELA N°48:
RMBH - MOBILIDADE PENDULAR POR MOTIVO EMPREGO (1992 e 2002)

Municípios	1.992			2.002		
	entrada	saída	saldo	entrada	saída	saldo
Belo Horizonte	109.984	45.174	64.810	209.880	75.956	133.924
Betim	18.755	13.338	5.417	30.540	28.219	2.321
Contagem	40.024	47.624	-7.599	65.870	72.362	-6.492
Ibirité	1.002	13.537	-12.535	3.093	28.077	-24.984
Sarzedo	293	1.377	-1.085	475	3.058	-2.583
Oeste	60.074	75.877	-15.803	99.978	131.716	-31.738
Ribeirão das Neves	1.659	22.186	-20.527	5.236	46.946	-41.710
Santa Luzia	2.395	15.421	-13.026	4.625	33.207	-28.582
Vespasiano	1.821	3.577	-1.756	4.336	12.131	-7.795
São José da Lapa	234	694	-461	744	1.348	-604
Norte Central	6.108	41.878	-35.770	14.941	93.632	-78.691
Lagoa Santa	1.664	1.451	212	3.360	2.986	374
Pedro Leopoldo	855	687	168	1.339	1.525	-186
Norte	2.519	2.138	381	4.699	4.511	188
Caeté	55	664	-609	517	2.144	-1.627
Sabará	1.912	11.992	-10.080	3.047	20.894	-17.847
Leste	1.967	12.655	-10.688	3.564	23.038	-19.474
Nova Lima	2.143	3.004	-861	8.348	6.620	1.728
Brumadinho	336	381	-45	1.165	1.078	87
Raposos	138	988	-850	68	1.775	-1.707
Rio Acima	105	404	-299	240	514	-274
Sul	2.722	4.777	-2.055	9.821	9.987	-166
Esmeraldas	268	406	-138	969	4.160	-3.191
Igarapé	400	790	-390	622	1.324	-702
Juatuba	500	219	281	1.088	1.224	-136
Matheus Leme	57	685	-629	554	568	-14
Sudoeste	1.225	2.100	-875	3.233	7.276	-4.043
Total	184.598	184.598	0	346.116	346.116	0

Fonte: Pesquisa Origem-Destino, 1992 e 2002.

Como se pode notar na TABELA N°48, Belo Horizonte foi o município da RMBH que registrou o maior número de entradas diárias de trabalhadores, tanto em 1992 quanto em 2002, porque possui o mercado de trabalho mais amplo e, portanto, a maior oferta de empregos de toda a RMBH. Se no contexto das migrações intrametropolitanas Belo Horizonte se destaca como o município que mais perde população, por outro lado, se apresenta como o principal destino dos indivíduos que se movimentam diariamente na RMBH.

Parafraseando ARANHA (2006: 97),

“Se por um lado o município expulsava parcela de sua população em direção aos municípios do entorno metropolitano contribuindo para a intensificação do processo de periferização e de crescimento da metrópole, por outro lado, Belo Horizonte permanecia como o principal local de destino de muitos dos seus ex-residentes que aí continuavam se deslocando para trabalhar”.

Depois de Belo Horizonte, apenas os municípios do Vetor Oeste, notadamente Contagem e Betim, registraram entradas significativas nos dois períodos analisados. Vale lembrar que esse Vetor, em função da concentração industrial, também possui um amplo mercado de trabalho e, portanto, concentra uma grande oferta de empregos.

Apesar da expressiva entrada diária de trabalhadores, o Vetor Oeste apresentou saldo pendular negativo, tanto em 1992 quanto em 2002, porque de seus municípios – incluindo Contagem e Betim – saíram diariamente um grande número de trabalhadores para outros municípios da RMBH, principalmente para Belo Horizonte.